



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

**Mestrado em Ciências Militares - Especialidade de Segurança
(GNR)**

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

NÚCLEOS DE PROGRAMAS ESPECIAIS: QUE MODELO?

AUTOR: Aspirante de Infantaria Sónia Daniela de Sá Machado

ORIENTADOR: Tenente da GNR Gonçalo João Mendes de Brito

Lisboa, Agosto de 2011



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

**Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Segurança
(GNR)**

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

NÚCLEOS DE PROGRAMAS ESPECIAIS: QUE MODELO?

AUTOR: Aspirante de Infantaria Sónia Daniela de Sá Machado

ORIENTADOR: Tenente da GNR Gonçalo João Mendes de Brito

Lisboa, Agosto de 2011

DEDICATÓRIA

À minha família e
a todos os que sempre estiveram do meu lado.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi efectuado com o contributo de várias pessoas, sem as quais não teria sido possível a sua realização. Por esse motivo, manifesto o meu agradecimento.

Desta forma, começo por agradecer ao meu orientador, Tenente da GNR Gonçalo Brito, pela disponibilidade e compreensão que dispensou durante a realização deste trabalho.

Ao Tenente-Coronel de Artilharia, António José Palma Esteves Rosinha, ao Alferes de ADM da GNR Pedro Marques, e ao Alferes Daniel Silva, por mostrarem absoluta disponibilidade e transmissão de conhecimentos. Ao primeiro, por toda a ajuda prestada desde a construção do inquérito, ao segundo pelo tempo disponibilizado para a análise dos resultados do supra inquérito, e ao terceiro, pela disponibilidade e ajuda na análise das entrevistas.

Aos oficiais, sargentos e civis da Divisão de Comunicação e Relações Públicas e ao Major Rogério Copeto, da Repartição de Programas Especiais da Divisão de Emprego Operacional, ao Major de GNR Manuel Carlos Afonso, ambos da Guarda Nacional Republicana, pelas informações cedidas.

A todos os oficiais, Chefes de Operações dos Comandos Territoriais de Lisboa, Porto, Viseu e Portalegre que se disponibilizaram a responder às entrevistas, aos Comandantes de Destacamento dos referidos Comandos e militares que prestam serviço nas Secções de Programas Especiais pela disponibilidade que demonstraram ao responder ao questionário, em todas as fases da sua elaboração.

Aos camaradas do meu curso, por todas as vivências que ao longo destes anos me proporcionaram, os quais irei recordar para sempre com saudade.

Agradeço à minha família por todo o apoio e compreensão. Tudo o que sou, lhes devo a eles. Agradeço ao meu especial amigo Filipe Martins, pelo companheirismo, compreensão, dedicação, carinho e principalmente pela paciência que demonstrou ao longo da elaboração deste trabalho.

Por último, mas não menos importante, agradeço a todos Vós e a todos aqueles cujo nome não se encontra aqui presente mas, que de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, cedendo dados e informações, partilhando a sua experiência pessoal e profissional.

A todos, o meu Muito Obrigada!

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
ÍNDICE	iii
ÍNDICE DE FIGURAS	Erro! Marcador não definido.
ÍNDICE DE GRÁFICOS	vi
ÍNDICE DE QUADROS	Erro! Marcador não definido.
ÍNDICE DE TABELAS	vii
LISTA DE ABREVIATURAS	viii
LISTA DE SIGLAS	x
EPIGRAFE	xi
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO	1
JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	2
DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO	2
FINALIDADE, OBJECTIVOS, QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO E HIPÓTESES	2
METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	4
ESTRUTURA DO TRABALHO E SÍNTESE DOS CAPÍTULOS	4
PARTE I: REVISÃO DA LITERATURA	5
CAPÍTULO 1: POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E DE PROXIMIDADE	5
1.1 CONCEITO DE PROXIMIDADE	5
1.2 CONCEITO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE	6
1.2.1 AS CARACTERÍSTICAS DO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE	7
1.3 SÍNTESE	9

CAPÍTULO 2: O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE E A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.....	10
2.1 ABORDAGEM DO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE NA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.....	10
2.2 GNR E AS SECÇÕES DE PROGRAMAS ESPECIAIS.....	11
2.2.1 Programa “Escola Segura”.....	12
2.2.2 Programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança”.....	14
2.2.3 Programa “Comércio Seguro”.....	15
2.3 SÍNTESE.....	16
CAPÍTULO 3: O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE E A REALIDADE NA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	17
3.1 ABORDAGEM DO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE NA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	17
3.2 PROGRAMA INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE (PIIP).....	17
3.3 SÍNTESE.....	20
PARTE II: TRABALHO DE CAMPO	21
CAPÍTULO 4: METODOLOGIA	21
4.1 MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO	21
4.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICAS	21
4.2.1 ENTREVISTAS.....	22
4.2.2 QUESTIONÁRIOS.....	22
4.3 MEIOS UTILIZADOS	25
4.4 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	25
4.5 SÍNTESE.....	25
CAPÍTULO 5: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	26
5.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS.....	26
5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS QUESTIONÁRIOS	31
5.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS.....	31
CAPÍTULO 6: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	36
6.1 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES.....	36

6.2 REFLEXÕES FINAIS.....	38
6.3 RECOMENDAÇÕES	39
6.4 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO.....	40
6.5 PROPOSTA DE INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
APÊNDICES.....	45
APÊNDICE A: GUIÃO DAS ENTREVISTAS	46
APÊNDICE B: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	50
APÊNDICE C: TABELAS DE ANÁLISE DE RESULTADOS.....	79
APÊNDICE D: QUESTIONÁRIO	84
APÊNDICE E: ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	92
ANEXOS.....	105
ANEXO A: MODELOS DE POLÍCIA E DE POLICIAMENTO	106
ANEXO B: ORGANOGRAMA DAS SECÇÕES DE PROGRAMAS ESPECIAIS.....	109
ANEXO C: PROGRAMA INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE	110
ANEXO D: PROJECTO-PILOTO IMPLEMENTADO NA PSP	111
ANEXO E: MISSÃO DAS EQUIPAS DE PROXIMIDADE E APOIO À VÍTIMA E DAS EQUIPAS DO PROGRAMA ESCOLA SEGURA	112

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pergunta nº 3.....	31
Gráfico 2: Pergunta nº 4.....	31

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 5.1: Valores estatísticos da Parte I	32
Tabela 5.2: Valores estatísticos da Parte II	32
Tabela 5.3: Valores estatísticos da Parte III	33
Tabela 5.4: Valores estatísticos da Parte IV	35

LISTA DE ABREVIATURAS

ACRAL	Associação de Comerciantes de Região do Algarve
C	Concordo
CM	Comando Metropolitano
Cmdt	Comandante
Cmdt'S	Comandantes
ComTer	Comando Territorial
CNAP	Confederação Nacional de Associação de Pais
CO	Comando Operacional
CR	Comando Regional
CS	Comércio Seguro
CT	Concordo Totalmente
D	Discordo
DCRP	Divisão de Comunicação e Relações Públicas
DEO/DO/CO	Divisão de Emprego Operacional da Direcção de Operações do Comando Operacional
DIC	Direcção de Investigação Criminal
DT	Discordo Totalmente
DTer	Destacamento Territorial
EG	Escola da Guarda
EII	Equipas de Investigação e Inquérito
EPAV	Equipas de Proximidade e Apoio a Vítimas
EPES	Equipas do Programa Escola Segura
ES	Escola Segura
EUA	Estados Unidos da América
FS	Forças de Segurança
GCPES	Grupo Coordenador do Programa Escola Segura
GNR	Guarda Nacional Republicana
H	Hipótese
IAVE	Investigação de Apoio a Vítimas Específicas
IPJ	Instituto Português da Juventude
IS	Idosos em Segurança
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
MAI	Ministério da Administração Interna
ME	Ministério da Educação
NCND	Não Concordo Nem Discordo

NCS	Núcleo Comércio Seguro
NES	Núcleo Escola Segura
NIAVE	Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
NIS	Núcleo Idosos em Segurança
NPE	Núcleo de Programas Especiais
OE	Orçamento de Estado
OG	Ordem à Guarda
P	Pergunta
PCS	Programa Comércio Seguro
PE	Programas Especiais
PES	Programa Escola Segura
PIPP	Programa Integrado de Policiamento de Proximidade
PIS	Programa Idosos em Segurança
POAP	Programa Operacional de Administração Pública
PSP	Polícia de Segurança Pública
PTer	Posto Territorial
Q	Questão
QD	Questões Derivadas
RPE	Repartição de Programas Especiais
SCS	Sistema Colectivo de Segurança
SPE	Secções de Programas Especiais
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TN	Território Nacional
TPO	Tirocino para Oficial
UI	Unidade de Intervenção
USHE	Unidade de Segurança e Honras do Estado
ZA	Zona de Acção

LISTA DE SIGLAS

Al.	Alínea
Apud	Citado em
Artº	Artigo
Art.os	Artigos
Ed.	Edição
E.g (exempli gratia)	Por exemplo
Et.al (et. Aliae)	E outros (para pessoas)
Etc. (et cetera)	E outros (para coisas)
Ibidem	Igual à referência anterior
I.e (id est)	Isto é
mo	Moda
Nº	Número
P.	Página
Pp.	Páginas
%	Percentagem
Séc..	Século
S (α)	Desvio Padrão
S.d.	Sem data
S.l.	Sem Local
x_m	Média

EPÍGRAFE

“ A polícia de proximidade é, antes de mais, uma polícia que não se limita a reagir aos acontecimentos ou a dar seguimento às queixas das vítimas. É uma polícia que sabe antecipar, estando pronta para intervir antes da ocorrência de uma perturbação da ordem pública, de uma incivilidade ou de um acto delinvente”.

Jean- Pierre Chevènement

RESUMO

O presente trabalho cinge-se ao tema “Núcleos de Programas Especiais: Que modelo?”.

A evolução da sociedade levou a que estas se tornassem cada vez mais exigentes para com as entidades que lhes prestam serviços, inclusive as Forças de Segurança. Ao serem abordados em profundidade os Núcleos de Programas Especiais, é importante referir que é através destes que a Guarda Nacional Republicana adoptou e põe em prática a nova filosofia de policiamento, denominado de policiamento de proximidade e segurança comunitária.

Os principais objectivos deste trabalho são perceber o funcionamento, a constituição e as limitações do trabalho desenvolvido por estas equipas no seio dos grupos mais fragilizados.

O presente trabalho encontra-se dividido em duas partes fundamentais. Na primeira efectua-se o enquadramento teórico, abordando os conceitos de proximidade, policiamento de proximidade e a necessidade de estabelecer parcerias. Na segunda parte, encontra-se o estudo de caso, a análise e discussão dos resultados obtidos com o trabalho de campo, as conclusões e as recomendações.

Quanto à metodologia utilizada recorreu-se à análise documental e à aplicação de inquéritos por entrevistas e questionário a uma amostra de 54 militares dos quais, 20 Comandantes Destacamento Territorial e 34 dos Núcleos de Programas Especiais.

No final deste trabalho concluiu-se que a maior lacuna existente no actual modelo reside, essencialmente, na falta de formação e de meios materiais e humanos. Uma vez verificadas e colmatadas estas falhas, a Guarda Nacional Republicana conseguiria atingir um modelo ideal para a actuação dos Núcleos de Programas Especiais.

PALAVRAS-CHAVE: PROXIMIDADE, POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE, PARCERIAS, NÚCLEOS DE PROGRAMAS ESPECIAIS.

ABSTRACT

This work focuses on the topic "Special Programs Cores: Which model?".

The evolution of societies has meant that they have become more demanding with the entities that serve them, including the Security Forces. As we thoroughly address the Special Programs Cores, it is important to note that they have been adopted by the National Guard to put into practice the new philosophy of policing, known as community policing and community safety.

The main objectives of this work are to understand the operation, the composition and the limitations of the work of these teams within the most vulnerable groups.

This work is divided into two main parts. In the first, the theoretical framework is carried out, addressing the concepts of proximity policing and the need to establish partnerships. In the second part we have the case-study, analysis and discussion of results obtained with the field work, conclusions and recommendations.

As for the methodology we used to document analysis and the application of interviews and questionnaire surveys a sample of the 54 soldiers of which 20 and 34 Detachment Commanders of Special Programs Cores.

At the end of this study concluded that the largest gap in the current model is essentially a lack of training and lack of material and human resources. Once checked and remedied these flaws, the National Guard would achieve an ideal model for the operation of Special Programs Cores.

KEYWORDS: PROXIMITY, PROXIMITY POLICING, PARTNERSHIPS, SPECIAL PROGRAMS CORES.

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA)¹, subordinado ao tema “Núcleos de Programas Especiais: Que modelo?”, surge no âmbito da estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar para obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares na Especialidade de Segurança.

O TIA tem como objectivo habilitar os futuros Oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR) a aplicar o método científico, contribuindo assim para o desenvolvimento das competências necessárias para o desempenho das funções futuras.

Para efeitos do presente trabalho, é importante salientar que, com a reestruturação orgânica sofrida pela GNR em 2009 os supra mencionados Núcleos de Programas Especiais (NPE), passaram a designar-se de Secções de Programas Especiais (SPE) conforme Despacho nº 53/09-OG. Posto isto, ao longo do trabalho é utilizada a denominação de SPE em vez de NPE, uma vez que estas continuam a desenvolver o mesmo tipo de missões. Estas missões foram recentemente regulamentadas com aprovação da NEP 3.58 “Regulamentação dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade na GNR”, alterando desta forma e exclusivamente o nome de NPE para SPE.

O modelo de policiamento de proximidade foi adoptado em Portugal, começando a ser desenvolvido pelo Núcleo Escola Segura (NES), alargando-se posteriormente a outras áreas, Idosos em Segurança (IS), Comércio Seguro (CS) entre outros. Ao longo desta investigação foi analisada a constituição das SPE, bem como o seu funcionamento. Para tal foi realizada uma investigação específica aos meios de que dispõem, a acumulação de funções a que estão sujeitas, bem como a existência/inexistência de formação específica nesta área.

A Polícia de Segurança Pública (PSP) põe igualmente em prática estes Programas Especiais (PE), sendo eles de iniciativa ministerial, contudo adoptaram um modelo de acordo com o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP).

Neste capítulo serão abordados os seguintes assuntos: justificação do tema, delimitação do objecto de estudo em questão, a finalidade, os objectivos, as questões de investigação e as hipóteses deste estudo, a metodologia utilizada e por fim, a estrutura de trabalho e a síntese dos capítulos.

¹ O presente manuscrito não se encontra redigido segundo o novo acordo ortográfico.

JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Ao escolher este tema para o desenvolvimento do TIA, procurou-se encontrar um melhor conhecimento da realidade com que as Forças de Segurança (FS) se deparam actualmente. A escolha do tema é ainda fruto da breve experiência do autor como profissional da instituição GNR enquanto Guarda. Após uma breve reflexão acerca do tema, despertou curiosidade o motivo que levaria à adopção deste modelo de policiamento bem como a base de criação das actuais SPE.

Deste modo, o autor tem como objectivo estudar as Políticas Públicas de Segurança que promoveram a criação dos núcleos em estudo, bem como as iniciativas ministeriais que definem os moldes de actuação dos mesmos.

A GNR adoptou este modelo em 1992 através do NES, não tendo qualquer tipo de regulamentação inicial, muito embora com o passar dos anos tivessem sido celebrados protocolos entre ministérios, a instituição e outras entidades a criar normas reguladoras dos programas.

O estudo em causa é de extrema importância para a GNR, pois permite avaliar o funcionamento das SPE em quatro dos seus dezoito Comandos Territoriais (ComTer) a constituição, meios de que dispõem, bem como as condições de ingresso. Por último, a questão da formação e especialização dos elementos que integram os três núcleos, NES, o Núcleo de Idosos em Segurança (NIS) e o Núcleo de Comércio Seguro (NCS) mereceu também a nossa atenção.

Na escolha do tema que subjaz à realização deste TIA, foi tida em consideração a sua pertinência na sociedade actual, a proximidade das FS à população e a participação activa da mesma no conceito de prevenção. O tema é oportuno, na medida em que proporciona ao leitor o acesso a vários conceitos, critérios, processos e relações entre as FS e outras entidades.

DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

A questão fundamental, que se pretende ver respondida no final do presente trabalho, é “Núcleos de Programas Especiais: Que modelo?”.

Dada a abrangência de aspectos que este tema pode tratar, definiu-se como objecto de estudo as SPE da GNR. Esta investigação assenta num estudo de caso, baseado em quatro ComTer (Porto, Lisboa, Viseu e Portalegre). Relativamente à amostra configura os Chefes de operações e, ao nível dos Destacamentos Territoriais (DTer) os comandantes (Cmdt's) e os militares das SPE dos respectivos DTer. Não se pretende dessa forma, extrapolar quaisquer resultados a nível nacional, nem mesmo regional.

FINALIDADE, OBJECTIVOS, QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO E HIPÓTESES

Para conseguir obter uma resposta fundamentada à questão central anteriormente apresentada, torna-se necessário responder a algumas questões, que possibilitarão a mais

fácil e correcta tomada de decisão no que diz respeito ao trabalho em causa. Para tal serão levantadas algumas questões derivadas e possíveis hipóteses.

Estabelecem-se como objectivos deste trabalho, especificamente:

- Perceber qual a perspectiva dos Chefes de Operações relativamente às SPE;
- Perceber qual a visão dos Cmdt's de DTer e militares das SPE relativamente a esta matéria;
- Perceber o funcionamento das SPE de acordo com a Localização geográfica;
- Perceber a regularidade com que se estabelecem parcerias com outras entidades;
- Perceber como é que a instituição promove o ingresso dos militares nas SPE e, condições de trabalho.

Face aos objectivos específicos surgiram algumas questões. Sendo a questão central:

- Núcleos de Programas Especiais: Que Modelo?

E as Questões derivadas (QD):

QD1: A GNR celebra com regularidade parcerias no âmbito dos programas especiais de policiamento com entidades locais?

QD2: As SPE têm acompanhado o evoluir das sociedades?

QD3: Qual o efectivo de que dispõem, e se existe uma relação de proporcionalidade face às necessidades?

QD4: Ao nível da formação, a instituição promove alguma formação aos militares das SPE?

QD5: O efectivo desempenha funções específicas de um dos núcleos ou acumula com outras funções?

QD6: Os meios humanos e materiais correspondem às necessidades das SPE?

Em virtude das questões colocadas formulam-se as seguintes hipóteses (H):

H1: A GNR celebra parcerias no âmbito dos programas especiais com entidades locais com bastante regularidade.

H2: As SPE têm acompanhado o evoluir das sociedades.

H3: A média actua de militares por SPE, de acordo com as exigências não responde às necessidades.

H4: Aquando o ingresso os militares não recebem qualquer formação.

H5: No desempenho de funções nas SPE a GNR não promove reciclagens nem formação contínua.

H6: A formação e especialização das SPE são uma mais-valia para o desempenho de funções.

H7: O efectivo para além das funções referentes aos núcleos acumula com outras funções.

H8: As SPE deveriam aumentar o efectivo e melhorar os meios materiais para que possam responder com eficácia às necessidades.

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

O presente trabalho rege-se pela metodologia científica utilizada na investigação em ciências sociais e vai ao encontro do previsto e proposto por Sarmento (2008), devidamente adaptado às orientações da Academia Militar (2008).

Este estudo está dividido em duas partes, sendo que a primeira parte se traduz na parte teórica e foi elaborada com base numa vasta revisão de literatura, não apenas baseada em livros, mas também em diversos artigos, trabalhos e em diplomas legais. Foram formuladas questões de investigação e hipóteses para corresponder com os objectivos propostos.

A metodologia de investigação da segunda parte baseou-se no método inquisitivo na aplicação de inquéritos por questionários, bem como na observação directa da aplicação de entrevistas exploratórias, de modo a verificar as hipóteses formuladas e os conceitos tratados na Parte I.

ESTRUTURA DO TRABALHO E SÍNTESE DOS CAPÍTULOS

A especificidade do tema levou a que o trabalho fosse estruturado em duas partes fundamentais.

A primeira é a Parte I - Consiste no Enquadramento Teórico e Institucional que apresenta o referencial teórico de sustentação da segunda parte, a Parte II - Prática: Estudo de Caso.

A Parte I é composta por 3 capítulos, o capítulo 1 aborda a temática do policiamento comunitário e de proximidade, apresenta conceitos e ideias relacionadas ao conceito de “proximidade” e do “policiamento de proximidade”, bem como as suas principais características” e, por último a necessidade de estabelecimento de “parcerias” com entidades exteriores à instituição.

O capítulo 2 faz referência à “GNR e o policiamento de proximidade”. Aqui foram exploradas as SPE bem como os seus núcleos integrantes organicamente (NES, NIS, NCS), fazendo desta forma uma breve alusão a cada um dos núcleos, criação e modo de emprego face à realidade actual. O 3º e último capítulo desta parte, fala-nos do “policiamento de proximidade e a realidade na PSP”.

A Parte II é constituída por 3 capítulos e aborda a parte prática do trabalho. Inicia-se com o capítulo 4 no qual se apresenta o trabalho de campo efectuado, seguido pelo capítulo 5 onde se faz a análise e discussão dos resultados obtidos através do trabalho de campo. Por último, o capítulo 6, onde se apresentam as conclusões e recomendações do trabalho e se efectua a verificação das hipóteses formuladas inicialmente.

PARTE I

REVISÃO DE LITERATURA

CAPÍTULO 1

POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E DE PROXIMIDADE

À medida que avançamos no tempo, a sociedade em geral, torna-se mais complexa, o que faz com que, a sua evolução ao longo do tempo exija um acompanhamento por parte das forças policiais e dos demais organismos que lidam directamente com a prestação de serviços se adaptem às evoluções sofridas. As FS e as instituições que colaboram com a sociedade em geral vêem-se obrigadas a adoptar novas medidas e traçar linhas orientadoras que permitam dar resposta às exigências por parte do cidadão. Desta forma assistem ao evoluir da sociedade, tendo que adoptar o modelo de policiamento mais adequado, a considerar ainda que nem todos os locais são iguais o que permite uma adaptação de acordo com os problemas e as solicitações de que são alvo.

1.1 CONCEITO DE PROXIMIDADE

Etimologicamente, a palavra “proximidade” surge do termo latino *proximitate*, podendo ser interpretada de variadas formas: “redondeza, vizinhança, contiguidade”, apresentando-se apenas, alguns dos possíveis sinónimos da palavra em causa. Para este estudo, consideremos que proximidade significa condição ou estado do que é próximo.

Actualmente, a palavra proximidade não é adoptada apenas no âmbito da actividade policial, isto é, a sociedade em geral tem vindo abraçar tal expressão para definir alguns dos possíveis serviços que se considera importante estarem permanentemente à disposição do cidadão (António, 2003).

É importante realçar que a maioria dos problemas sociais que conferem as sociedades modernas têm como causa o enfraquecimento (nalguns casos trata-se mesmo de desaparecimento) dos mecanismos de controlo social tradicionais e/ou informais, como a família, a igreja, os grupos desportivos, etc. (António, 2003). Com o evoluir da sociedade, o abandono das zonas rurais e o crescimento acentuado das cidades, proporcionou desta forma o isolamento das pessoas, passando os próprios relacionamentos entre elas, a serem descritos pela impessoalidade, pelo individualismo e pelo anonimato, o que acaba por afectar as relações organizacionais (polícia inclusive), e entre estas e a comunidade

(António, 2003). Para fazer face e tentar colmatar esta falha, que é quase inevitável, houve a necessidade de se apostar em políticas de aproximação, não nos referimos apenas no que concerne às forças policiais.

Genericamente, a expressão “serviços de proximidade”, é entendida como sendo todas as iniciativas, projectos, propostas ou actividades que permitam o desenvolvimento local, bem como, o relacionamento entre as pessoas e acima de tudo o estabelecimento de parcerias que vêm de certa forma proporcionar o alcance de objectivos que dificilmente se alcançariam de forma isolada.

Segundo António (2003), na vertente policial, a noção de proximidade deve ser entendida numa lógica de proximidade social e de cooperação com outras entidades, traduzir-se em medidas concretas conducentes da força policial, mas também ao nível da visibilidade institucional.

1.2 CONCEITO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE

Conforme salientam alguns autores, o “Policiamento de Proximidade” é uma questão recente. “Apesar da noção de proximidade ter aparecido nos discursos políticos, sobre polícia, nos finais da década de oitenta, foi mais tarde que o termo se impôs. Foi a partir da década de noventa que as circulares policiais começaram a fazer referência à polícia de proximidade” (Jankowski *apud* Oliveira, 2006, p. 217).

Numa primeira fase, tinha como finalidade a luta contra a pequena e média criminalidade, só numa fase posterior, é que passou a traduzir a ideia de aproximação da polícia à população, muito embora durante um longo período de tempo era visto meramente como uma retórica, dado que não era clarificada a forma como essa aproximação à população deveria conduzir a acções em concreto. “Um pouco mais tarde, a partir de 1992, associou-se à polícia de proximidade a ideia de uma aproximação da polícia à população que passava pelo desenvolvimento da patrulha preventiva (*îlotage*)²; pela melhoria do atendimento nos comissariados e pelo reforço da polícia na via pública” (Jankowski *apud* Oliveira, 2006, p. 217).

Na abordagem ao conceito, é importante salientar que, proximidade, tal como referido anteriormente, direccionada à vertente policial, significa estar junto dos cidadãos; a visibilidade perante estes. Posto isto, o policiamento de proximidade está directamente ligado à fiscalização, ao cumprimento dos regulamentos, zelar pelos interesses da sociedade em geral, civilizar, logo podemos considerar que a proximidade policial significa, em primeira instância, o antes e não o depois, por outras palavras significa prevenção.

É no fundo, uma estratégia que recorre à antevisão como principal instrumento para a manutenção da paz social, devendo procurar criar mecanismos que auxiliem o acesso à polícia por parte do cidadão (António, 2003). Deve, deste modo, o agente da ordem, no seu

² *Îlotage* - Individualização operacional de agrupamentos ou células de casario, com atribuição do seu patrulhamento a agentes actuando apeados, especializados e permanentes.

dia-a-dia, procurar transmitir a ideia de que o polícia é um amigo que existe sempre pronto para ajudar e não para reprimir. Contudo, esta vertente não deve deixar de existir e deve ser sempre utilizada em situações que justifiquem o seu recurso.

Outro ponto de vista relevante deste conceito refere-se ao policiamento de proximidade como uma nova filosofia e uma nova estratégia organizacional, que permite uma colaboração mútua entre as forças de segurança e a comunidade, de modo a que, conjuntamente consigam encontrar formas inovadoras de resolver as dificuldades e os problemas sentidos por todos. Todavia, este policiamento não acaba com todos os problemas que emergem na sociedade, tenta apresentar diversas perspectivas com vista a fazer face a todos eles e a minimizar os danos colaterais através do papel interactivo com a população.

1.2.1 AS CARACTERÍSTICAS DO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE

Como salienta Oliveira (2006, p.121) “A polícia comunitária, através das boas práticas que adopta, tem em vista a renovação das relações entre a polícia e a população, de forma a tornar as necessidades expressas pela população no princípio de hierarquização das prioridades policiais”.

Segundo Skogan (1994 e 1998), Monjardet (1996) *apud* Oliveira (2006, p.121), este modelo de policiamento apresenta várias características gerais que são atribuídas à estratégia da polícia comunitária ou de proximidade, nomeadamente:

“A descentralização organizacional e a reorientação das patrulhas com vista a facilitarem a comunicação entre a polícia e o público; o desenvolvimento das acções centradas na resolução dos problemas; a delegação formal nos polícias que trabalham ao nível do bairro, reconhecendo-lhe autonomia e capacidade de definirem as prioridades locais e os horários de trabalhos mais bem adaptados às situações e às necessidades do público; o reconhecimento por parte da polícia que a segurança não é da sua exclusiva competência, devendo ser co-produzida em conjunto com a população local; o apoio às populações locais no sentido da resolução dos problemas ligados à delinquência, através de organizações de proximidade e programas de prevenção”.

Outra das características apontadas por diversos autores é a pro-actividade, isto é, prevenir. Este conceito assenta essencialmente no combate das causas que produzem efeitos socialmente negativos, pois se assim não for, estes terão tendência em propagarem-se de uma forma natural e contínua. A prevenção da ocorrência de actos ilícitos, bem como a prevenção de ocorrência de incivildades, conforme sintetiza Henry Bolle “A polícia de proximidade tem um modo de lidar com a realidade e os seus problemas, a chamada atitude pró-activa, que serve da persuasão mais do que da força e que exige uma maior presença, uma maior visibilidade das polícias no seio da comunidade” (Bolle *apud* António, 2003, p. 30).

A comunidade deve ser vista como um parceiro participativo nas estratégias que visam o desenvolvimento e a criação de uma relação sã e de segurança.

1.2.1.1 A Necessidade do Estabelecimento de Parcerias

O MAI (2002) refere que no actual quadro social e político, as autoridades políticas nos países ocidentais estão a dar respostas à controversa da insegurança, através da execução

de políticas públicas de segurança, privilegiando a via da prevenção, das parcerias e da mediação.

Segundo Mény e Thoenig *apud* Oliveira (2006, p.75), a política pública de segurança pode ser definida como:

“Um produto da actividade de uma autoridade investida de poder público e de legitimidade governamental. A política pública apresenta-se sob a forma de um programa de acção governamental num sector da sociedade ou num espaço geográfico e faz intervir todo um conjunto de actores, tais como, a educação, a segurança, as autarquias”.

Segundo Roché *apud* Oliveira (2006, p.75), define políticas públicas de segurança,

“Como o conjunto de disposições legislativas e regulamentares tomadas para gerir o domínio da segurança, assim como, as acções ou programas públicos colocados em acção pelos eleitos locais e nacionais, as administrações isoladamente ou em parcerias com outros actores associativos ou privados (comerciais)”.

Estas políticas nascem, por princípio, da assunção política das necessidades de segurança suscitadas pela sociedade civil. Deste modo em Portugal, o mediador destas políticas é

“O Ministro da Administração Interna, responsável pela política de segurança interna. No entanto, o grande desafio que se coloca, hoje em dia, em termos de segurança, é encontrar mediadores territoriais adequados. Esses mediadores podem incorporar diversas entidades, como por exemplo, os “presidentes das câmaras municipais, ou mesmo, mediadores da sociedade civil, com a natureza jurídica de associações de cidadãos. (Oliveira, 2006, p.76).

Oliveira (2006, p. 86), salienta ainda que:

“Em Portugal, a Lei 33/98, de 18 de Julho³, cria os Conselhos Municipais de Segurança, como um modelo de cooperação institucional, local. Que agrupa um grande número de organismos da Administração local e da administração central do estado, dando ainda ao conselho a liberdade de chamar outras entidades, tais como os cidadãos ou os seus grupos representativos”.

Em alguns países, nos últimos 25 anos, têm-se vindo a desenvolver estratégias para combater a criminalidade e a delinquência e têm como princípio a proximidade e o relacionamento entre as mais diversas entidades e organismos tutelados pelos governos centrais como as colectividades regionais e locais numa óptica de co-gestão da segurança (MAI, 2002).

No que diz respeito às parcerias, é de todo conveniente salientar que, as FS por si só, não conseguem regular todas as situações, necessitando assim de apelar à intervenção de terceiros na resolução dos problemas de determinada comunidade. As FS não têm isoladamente competências nesta área, uma vez que as próprias comunidades também têm essa responsabilidade dado que são parte interessada na sua própria segurança e visto ser a ela que se destina à prevenção da criminalidade.

Alberto Costa *apud* António (2003, p. 31) refere a este propósito:

“A qualidade da acção policial, e a confiança do público nela, é essencial para o seu sucesso, têm tudo a ganhar com a abertura das instituições e com o acompanhamento da sua actividade por parte dos eleitos parlamentares, dos eleitos locais, responsáveis das instituições da sociedade civil, e dos próprios cidadãos a quem afinal é destinada”.

³ A Lei 33/98, de 18 de Julho, aprova a criação dos Conselhos Municipais de Segurança, tal como as suas funções e competências.

transmitindo desta forma o quão é importante estabelecer parcerias com outras entidades nos dias de hoje. As parcerias a estabelecer podem ser classificadas do tipo institucional ou do tipo informal.

Assim,

“As parcerias podem ser constituídas por grupos institucionais ou informais, estas últimas consiste numa espécie de trabalho de espião por parte da população cujo objectivo é transmitir às FS informações (em Portugal não se aplica). Têm por objectivo resolver problemas que não possuem normalmente, uma natureza exclusivamente securitária ou policial, por via de acção concertada, global e concomitante entre os diferentes parceiros” (Oliveira, 2006, p. 86).

As parcerias institucionais constituem uma das formas mais usuais de estabelecer parcerias e assenta essencialmente na conjugação de esforços para a resolução dos problemas que afectam as diversas entidades participantes nestas parcerias. Tal conjugação é conseguida através da junção de recursos, para alcançar objectivos que dificilmente se atingiriam de forma individual.

É através da necessidade de obter conhecimentos de outros actores que se criaram os programas de prevenção, alguns deles “Estabelecidos na base de protocolos⁴ e outros através de processos normativos⁵, apelam ao contributo dos diferentes parceiros e estabelecem as bases dessa participação interdisciplinar em parceria com outros actores públicos e privados” (Oliveira, 2006, p. 87).

1.3 SÍNTESE

O modelo de policiamento comunitário e de proximidade que se expandiu até Portugal foi adoptado como o modelo ideal de policiamento para as FS. Este modelo veio contribuir para o acompanhamento e modernização da actuação das FS de modo a poderem fazer face aos diversos problemas que vão surgindo com o evoluir da própria sociedade.

Inicialmente este modelo era autónomo nas suas acções pois actuavam de acordo com o que achavam correcto, mas com o passar dos tempos verificamos que surge uma grande necessidade de colaboração por parte das FS com as comunidades locais, bem como com entidades públicas e privadas para combater determinados delitos, ou seja, a população começou a ter um papel activo nesta nova filosofia de policiamento.

Conclui-se ainda que, este modelo aposta mais numa vertente preventiva do que repressiva, pois tem como objectivo antever os problemas e adoptar medidas do tipo causa-efeito, isto é, encontrar soluções para possíveis problemas, apostando na pro-actividade.

⁴ O Programa “Escola Segura”, tem como base da sua criação um protocolo estabelecido entre o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Educação (Despacho conjunto nº 105-A/2005)

⁵ O Programa “INOVAR”, foi implementado através da Resolução de Conselho de Ministros nº 6/99, de 08 de Fevereiro.

CAPÍTULO 2

O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE E A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

2.1 ABORDAGEM DO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE NA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

Os novos moldes de policiamento, orientados em função dos problemas e expectativas do cidadão, exigem “À GNR a capacidade para dar respostas válidas a novos desafios. Chamar o cidadão a ter um papel activo na segurança, integrando-o no conceito de Policiamento de Proximidade e de Segurança Comunitária, torna-o mais participativo mas também mais exigente” (Copeto, 2011, p. 48).

A necessidade sentida pela população passa pela presença, pela comunicação, esclarecimento, apoio a grupos mais frágeis, bem como a prevenção nas mais diversas áreas como E.g, a participação no sistema de protecção de crianças e jovens em perigo, tendo desta forma a GNR um papel fundamental, no combate a estas fragilidades.

O papel das FS passa não só pela prevenção, bem como incentivar o cidadão a participar e colaborar na segurança de todos através “Do exemplo diário de empenho e de profissionalismo de cada militar da GNR, numa clara demonstração de que vale a pena acreditar, confiar e apoiar o nosso trabalho” (Copeto, 2011, pp. 48 e 49).

A GNR tem acompanhado o evoluir destas problemáticas que vão sendo motivo de constante preocupação e, para tal, conjuntamente com o poder político, celebram protocolos com outras entidades para fazer face às problemáticas mais actuais da nossa sociedade.

“A criação de equipas especializadas tem decorrido não só da necessidade de prestar um serviço de qualidade mas também da associação a um conjunto de medidas de iniciativa governamental ou da própria GNR, que têm dado origem nos últimos anos, a diversos “Programas Especiais de Policiamento de Proximidade” para apoio a cidadãos ou grupos de cidadãos particularmente vulneráveis” (Copeto, 2011, p. 49).

Este policiamento é promovido pelos militares que estão mais directamente ligados a estes programas, através do contacto directo com a população assim como com as forças locais, orientando a sua actividade para os problemas, necessidades e expectativas.”Em função desta realidade foram criadas as Secções de Programas Especiais (SPE) nos Destacamentos Territoriais e a Repartição de Programas Especiais (RPE) na Divisão de Emprego Operacional (DEO) da Direcção de Operações do Comando Operacional (DO/CO) da GNR⁶ (Copeto, 2011, p. 49).

Segundo Copeto (2011, p.49):

⁶ Ver Anexo B: Organograma das SPE

“(…) as missões e tarefas inerentes às SPE, de acordo com as diversas áreas de actividades que compõem o serviço policial, são realizadas no 1º e 3º nível, incumbindo à Direcção de Investigação Criminal (DIC) prosseguir as finalidades de 2º e 3º nível.

Para que tal desiderato se cumpra é necessária uma estreita cooperação entre a actividade de prevenção a cargo das SPE e pela actividade de Investigação Criminal prosseguida pela DIC, designadamente no âmbito do Projecto de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (IAVE) operacionalizado pelos Núcleos de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) e as Equipas de Investigação e Inquérito (EII)”.

Com o conhecimento das problemáticas locais, a GNR depara-se com diversas realidades, daí o carácter da importância destas acções. Para tal através da dinamização do efectivo por todo o Território Nacional (TN), permite uma vasta recolha de informação e pesquisa de dados importantes de modo a fazer face às mais diversas problemáticas. “O conhecimento pormenorizado dos acontecimentos habilita os Cmdt’s, por previsão e antecipação, a orientarem com maior proficiência a actividade operacional em geral e, em particular, a desenvolvida pelos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade” (Copeto, 2011, p. 49).

O modelo de Policiamento de Proximidade estabelece-se num conjunto de estratégias organizacionais que propiciam o trabalho conjunto entre a GNR e as demais entidades colaborantes nestes programas, assim como com a comunidade que, assume um papel fundamental isto é, é um dos principais actores no desenvolvimento destes programas no sentido de colaborar com as FS através de um apoio mútuo com vista à satisfação e resolução dos problemas locais de segurança.

Este modelo de policiamento apresenta alguns objectivos primordiais sendo eles os seguintes:

- *“ Contribuir para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, pelo que incumbe aos militares da GNR actuar como elementos dinamizadores de civismo, da coesão social e da segurança da comunidade;*
- *Executar acções de prevenção criminal, de acordo com as expectativas de segurança das populações;*
- *Aumentar o grau de integração, melhorando a comunicação e a ligação com todos os actores sociais;*
- *Fomentar a prestação de um serviço público, baseado na qualidade, na satisfação dos destinatários, na transparência de compromisso, contrato e parceria com as comunidades e organizações públicas e privadas;*
- *Incrementar uma filosofia de policiamento pró-activo, aumentando a qualidade da acção policial, desenvolvendo uma atitude positiva de prevenção e antecipação dos problemas”* (Copeto, 2011, p. 50).

2.2 A GNR E AS SECÇÕES DE PROGRAMAS ESPECIAIS

A GNR, no que respeita ao policiamento de proximidade “Dedica, em exclusivo, meios e efectivos na operacionalização dos Programas Especiais de Policiamento” (Copeto, 2011, p. 50).

Assim, Copeto (2011, p. 50), afirma que “Estes meios, estruturados de forma simples e ágil, foram criados em conformidade com a implementação do primeiro programa especial, o Programa Escola Segura (PES), para dar respostas ao solicitado pela tutela nesse âmbito, tendo assim nascido os Núcleos Escola Segura (NES)”.

Com a reestruturação orgânica da GNR, que entrou em vigor no dia 1 Janeiro de 2009, consoante a Lei 63/2007 de 06 de Novembro, reforça-se tal posição:

“Artigo (Artº) 39º: A Composição das Subunidades: nº1 - As subunidades operacionais dos comandos territoriais são os destacamentos, que se articulam localmente em subdestacamentos ou postos”, vindo a Portaria 1450/2008 de 16 de Dezembro, estabelecer o funcionamento destas unidades, isto é, vem definir a organização interna das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva, bem como as respectivas subunidades”.

É ainda importante referir que, até à aprovação da Lei que aprova a Orgânica da GNR, estes eram denominados Núcleos de Programas Especiais (NPE), passando desta a forma a serem denominadas SPE em 2010, integrando assim o NES, o NIS e o NCS.

De acordo com o Despacho GCG 53/09-OG, no ponto 2 referente à Articulação e Dispositivo que compõem os ComTer revela o seguinte: “Os ComTer articulam-se em Subunidades Operacionais (alínea c.), sendo estas constituídas por diversas subunidades dentro das quais os DTer (nº 1, al c) ”, que por sua vez são compostos por diversas valências integrando assim as SPE (nº 1, al g) que compõem os diversos núcleos, para além de outros, não referenciados anteriormente. No ponto nº 3 do referido Despacho estão expressas as atribuições das suas Subunidades:

“h (2 C) - O Destacamento Territorial integra os núcleos de protecção do ambiente, de investigação criminal e a secção de programas especiais: alínea (c) A Secção de Programas Especiais (NPE) é constituída pelos Núcleos Escola Segura, Idosos em Segurança, Comércio Seguro, Táxi Seguro, Férias em Segurança e outros, de acordo com os Programas implementados na respectiva Zona de Acção (ZA) ”.

Segundo Copeto (2011, pp. 50 e 51) “Neste momento encontram-se afectos em exclusividade aos programas especiais 237 militares, constituídos em 81 SPE, que dependem organicamente dos DTer”.

Estas secções são dotadas de recursos próprios, tendo à sua disposição “179 viaturas ligeiras, 42 motos e, sempre que necessário, são reforçadas e apoiadas pelos efectivos dos Postos Territoriais (PTer) e dos Destacamentos de Trânsito e ainda, pela Unidade de Intervenção (UI), Unidade de Seguranças e Honras de Estado (USHE) e Escola da Guarda (EG)” (Copeto, 2011, p. 51).

Igualmente, por força das alterações institucionais sofridas pelas alterações introduzidas pela nova lei orgânica da GNR, foram criadas novas estruturas de proximidade:

- “ Foi criada, em 2009, a RPE, na DEO, da DO/CO, com as seguintes competências:*
- Estudar e apresentar propostas de organização dos programas especiais da GNR;*
 - Elaborar, difundir e assegurar a coordenação do cumprimento das directivas e orientações relativas à prevenção criminal, policiamento de proximidade e segurança comunitária e programas especiais, designadamente no âmbito da violência doméstica, do apoio e protecção de menores, idosos e outros grupos especialmente vulneráveis ou de risco;*
 - Coordenar, supervisionar e elaborar os dados estatísticos relativos à actividade desenvolvida no âmbito dos programas especiais;*
 - Planear, coordenar a execução de missões relativas à prevenção criminal, policiamento de proximidade e segurança comunitária e programas especiais;*
 - Assegurar a ligação da GNR às instituições e organismos parceiros nos vários programas especiais” (Copeto, 2011, p. 51).*

2.2.1 PROGRAMA “ESCOLA SEGURA”

O PES remonta a 1992, ano em que foi assinado o primeiro protocolo interministerial sobre a temática da (in)segurança nas escolas, envolvendo os Ministérios da Administração Interna (MAI) e o Ministério da Educação (ME). Este protocolo iniciou-se apenas em 18

escolas numa primeira fase passando posteriormente para 48 escolas numa segunda fase, sendo estas consideradas as escolas de maior risco e insegurança do país.

A avaliação dos resultados obtidos no âmbito da aplicação do protocolo bem como a análise e interpretação dos diversos estudos, relativos à problemática da segurança das escolas, levou desta forma à institucionalização e sistematização do PES, através do Despacho nº 50/96, de 30 de Setembro, de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna.

Este despacho determinava, em linhas gerais, o reforço da actividade das forças policiais (GNR/PSP) nas escolas, assim como o emprego de parte do efectivo das unidades de ordem pública das duas forças (GNR e PSP) em tal actividade, o reforço dos meios materiais utilizados (viaturas cedidas pelos governos civis e meios de comunicações) e a nomeação dos responsáveis pelo Programa das duas FS, a nível nacional e de cada um dos Distritos.

“O programa tem dois objectivos: garantir as condições de segurança da população escolar, através da redução da insegurança em torno dos estabelecimentos de ensino e nos seus acessos, e promover comportamentos de segurança junto da mesma população através da realização de actividades educativas e informativas conducentes ao nascimento de uma verdadeira cultura de segurança e ao estabelecimento de laços de confiança que permitam uma maior proximidade entre as forças de segurança e o meio escolas” (MAI, 2002, p.173).

Em 2003, foi criado o Grupo Coordenador do Programa Escola Segura (GCPES), que consistia basicamente num grupo de trabalho plurifacetado com representantes do ME, GNR, PSP, Instituto Português da Juventude (IPJ) e Confederação Nacional das Associações de Pais (CNAP). O mesmo nunca chegou a ser oficializado muito embora tenha gerido o programa até 2005. Este GCPES foi tacitamente extinto com a publicação do Regulamento do PES através do Despacho Conjunto nº 105-A/2005, de 19 de Janeiro. Tratando-se de um documento estruturante do programa, que veio definir o seu âmbito, estrutura e objectivos, tendo por base as avaliações efectuadas, os ensinamentos e as conclusões decorrentes da análise da actividade exercida neste âmbito. É ainda de salientar que a principal alteração foi a aplicação do programa em todos os estabelecimentos de educação e ensino, públicos, privados e cooperativos, exceptuando os universitários, deixando desta forma de haver escolas protocoladas.

É necessário referir, que o Despacho Conjunto nº 105-A/2005, apresenta algumas sugestões para o funcionamento do Programa dentro das quais salientamos,

“A frequência, por parte de todos os elementos (actuais e futuros) das FS envolvidos no PES, de acções de formação específicas (condição base para o exercício de tais funções), a GNR planeia ministrar tal formação (acções de curta duração, apenas três dias) a todos os seus militares que integram o Programa ...” (GNR, 2006).

O referido Despacho, foi revogado em 2006, através do Despacho nº 25650/2006, que volta a criar o GCPES no seu artigo 7º constituído por “alíneas a) Três representantes do MAI, sendo um da GNR e um da PSP”.

O Despacho nº 2560/2006 no Artigo 3º apresenta como principais objectivos para o PES:

- a) Promover uma cultura de segurança nas escolas;*
- b) Fomentar o civismo e a cidadania, contribuindo deste modo para a afirmação da comunidade escolar enquanto espaço privilegiado de integração e socialização;*
- c) Diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas;*
- d) Determinar, prevenir e erradicar a ocorrência de comportamentos de risco e ou de ilícitos nas escolas e nas áreas envolventes;*

- e) Promover, de forma concertada com os respectivos parceiros, a realização de acções de sensibilização e de formação sobre a problemática da prevenção e da segurança em meio escolar, destinadas às forças de segurança, pessoal docente e não docente e demais elementos da comunidade educativa e à opinião pública em geral;
- f) Recolher informações e dados estatísticos e realizar estudos que permitam dotar as entidades competentes de um conhecimento objectivo sobre a violência, os sentimentos de insegurança e a vitimização na comunidade educativa”.

O PES como nos foi possível apurar, tem vindo a sofrer significativas alterações, assim como a procura na evolução da aplicabilidade deste programa, passando da

“Intervenção localizada, para dar resposta a problemas de insegurança em determinadas escolas, à intervenção generalizada a todas as escolas, da intervenção dos mínimos parceiros necessários (ME e MAI) ao alargamento progressivo das entidades envolvidas e da intervenção centrada nas FS à intervenção centrada nas Escolas, com a participação activa de toda a comunidade” (CCFSS/GNR/PSP, s.d.).

No decorrer das suas acções as FS promovem acções de sensibilização que envolvam o contacto directo com as comunidades escolares e, para tal, empenham elementos especialmente designados para o efeito.

Segundo MAI (2002, p. 173),

“A necessidade de estabelecimento de uma Polícia de proximidade especializada em determinadas áreas, exigiu que os agentes envolvidos fossem facilmente reconhecidos e se encontrassem dotados de conhecimentos aprofundados quanto aos objectivos e tarefas inerentes ao programa. A realização destas actividades é efectuada não só no meio escolar, quer junto dos professores e alunos, quer junto dos encarregados de educação, mas também em ambiente policial, nomeadamente através de visitas, palestras e actividades lúcidas no seio das esquadras e postos”.

2.2.2 PROGRAMA “APOIO 65 – IDOSOS EM SEGURANÇA”

A origem deste programa remonta ao ano de 1996, através da publicação de um despacho ministerial, em que o Ministro da Administração Interna determinou a constituição de um grupo de trabalho, integrando elementos das FS e de um elemento do seu gabinete. Este programa tem como finalidade uma maior aproximação entre as FS e determinados grupos sociais mais fragilizados, facilitando-lhes o acesso à protecção policial e reforçando-lhes as condições de segurança (MAI, 1999).

Já em 1997, através da realização de algumas experiências em locais previamente definidos, foi possível constatar que a população idosa tem sofrido bastantes alterações nestas últimas décadas, sendo possível reconhecer que sofreram um aumento progressivo do envelhecimento da população, fenómeno que tende a acentuar-se cada vez mais.

“Como aspectos mais salientes deste fenómeno, foram identificados os seguintes:

- *Assimetrias regionais acentuadas, onde são claramente identificáveis extensas Zonas do Norte e Centro interiores e no Sul do país, cuja população se encontra muito envelhecida, para além de um elevado número de pessoas idosas vivendo nos grandes aglomerados urbanos, nomeadamente em Lisboa;*
- *Aumento generalizado da idade média da população idosa;*
- *Acentuado desequilíbrio entre o número de homens e mulheres com mais de 65 anos, com claro predomínio do número de mulheres;*
- *Aumento generalizado da percentagem de idosos vivendo sós e aumento do número de casais de idosos vivendo sem outros familiares mais jovens;*
- *Aumento de pequenas localidades onde a esmagadora maioria dos habitantes é idosa, com especial incidência no interior do país” (Costa apud MAI, 2002, p. 174).*

As populações idosas que vivem isoladas tornam-se um alvo fácil de actividades criminosas, originando a criação do Programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança”, que contribui para o

reforço da segurança bem como, a manutenção do sentimento de confiança deste grupo mais frágil.

Inicialmente, foram definidos objectivos para operacionalizar este programa com vista a garantir o seu enquadramento nos princípios que norteiam o policiamento de proximidade:

- “ Implementação do modelo de actuação policial preventivo, orientado para as necessidades de segurança e salvaguardar dos direitos dos cidadãos idosos, através da cooperação institucional, nomeadamente dos Governos Cívicos, Autarquias Locais e instituições de solidariedade social, sobretudo ao nível da informação;
- Garantir que o modelo de actuação policial preventivo se traduza num aumento efectivo da visibilidade e da presença policial nos locais públicos e privados onde existia uma maior concentração de idosos;
- Actuar ao nível da maior eficácia por via da racionalização e agilização dos meios de comunicação directa entre o cidadão idoso e a força policial através da divulgação de informações úteis, nomeadamente números de telefone e conselhos práticos; criação de uma linha específica a nível nacional para onde os cidadãos idosos poderão formular queixas e pedir informações; colocação de linhas telefónicas domiciliárias ou públicas nos locais onde existam dificuldades de acesso às forças policiais por parte dos idosos, sendo que, em certas situações tal é efectuado em regime de gratuidade; desenvolver um programa de formação específica e contínua para todos os elementos das forças de segurança que sejam designados para o desempenho de funções no âmbito deste programa e incentivar o desenvolvimento de iniciativas institucionais formais (por exemplo protocolos, acordos de cooperação, contratos de prestação de serviços, seminários, congressos) e de sensibilização informal, junto das entidades públicas ou privadas, procurando ganhos sinérgicos entre as diferentes instituições com capacidade de intervenção no domínio da prevenção de insegurança, em sentido lato, e do apoio à vítima idosa” (MAI, 2002, pp. 174 e 175).

Estes objectivos não são estanques, uma vez que as realidades variam entre os diversos locais, ao nível dos apoios materiais e humanos o que faz com que estes tenham que ser adaptáveis, assim como, a necessidade de criar novos objectivos que correspondam à realidade de cada local. São ainda “Alcançados com base no conhecimento da realidade das pessoas idosas e num apoio personalizado, garantindo-lhes segurança e sensibilizando-as para a adopção de comportamentos que evitem ou reduzam eventuais práticas criminosas que sobre elas podem incidir” (Copeto, 2011, p. 51).

A GNR viabiliza os objectivos propostos para a referida força, no âmbito deste programa, através dos:

“NIS, com o apoio dos militares dos Postos Territoriais, desenvolvem diversas acções no âmbito da sua missão de policiamento de proximidade que vão desde o levantamento dos locais isolados habitados por idosos, até à realização de acções de sensibilização e informação, visitas, sinalização de casos problemáticos e na participação em equipas multidisciplinares de intervenção e acompanhamento” (Copeto, 2011, p. 51).

2.2.3 PROGRAMA “COMÉRCIO SEGURO”

O Programa “Comércio Seguro” de iniciativa do MAI foi lançado em Julho de 1999, e apresentava como objectivos:

- “Criação de condições efectivas de segurança e protecção aos comerciantes;
- Viabilizar uma intervenção imediata das Forças de Segurança em situações de roubo, furto ou ameaça grave para os comerciantes;
- Desenvolver um sistema de comunicação e gestão de informações que viabilize essa intervenção rápida e permita o acompanhamento e a prevenção deste tipo de criminalidade” (Dias, 2006, p. 1).

Tal como temos vindo a referir, este programa é desenvolvido no âmbito do policiamento de proximidade, permanente e diariamente disponível, visa essencialmente o reforço do policiamento através de patrulhas apeadas, promovendo uma estreita colaboração com os

comerciantes, acções de sensibilização e a adopção das medidas que melhor respondam às necessidades e condições específicas das diferentes comunidades locais.

Assim Dias (2006, p. 1) afirma que “Para tal, o programa propunha-se desenvolver as medidas de prevenção situacional e medidas de reacção policial”. Acerca das primeiras baseia-se no desenvolvimento dos meios de protecção dos estabelecimentos comerciais incluindo o período em que se encontram encerrados, o papel das FS é de extrema relevância no que respeita à realização de campanhas de sensibilização, visitas regulares orientadas aos estabelecimentos, visando desta forma uma maior proximidade, visibilidade e interactividade neste âmbito. Quanto às medidas de reacção policial, “Referem-se à instalação de um sistema de comunicação avisador de perigo directamente ligado à força policial, potenciando a capacidade de resposta dos agentes que se encontram mais próximos do local da ocorrência” (Dias, 2006, p. 2).

A GNR, no que respeita a este programa, tem sido pioneira e inovadora relativamente a alguns conceitos, pois este programa de iniciativa ministerial é um pouco vago e tem sustentação nas diversas parcerias que vai criando como é o caso do protocolo “Sistema Colectivo de Segurança” (SCS) especificamente celebrado para o concelho de Loulé através da Associação de Comerciantes da Região da Algarve (ACRAL).

O SCS consiste na instalação, de uma central receptora de sinais de alarme, directamente ligada à central de rádio da GNR, aquando alguma tentativa ou consumação de furto, intrusão e até mesmo de incêndio. Caso algum destes factos se verifique a central acciona o alarme, podendo simultaneamente accionar os alarmes dos restantes estabelecimentos ligados a esta central, para que, as sirenes só activem na central que se encontra instalada na GNR de modo a que se possa intervir sem alertar os delinquentes de forma a promover a sua detenção em flagrante delito.

No âmbito do Programa “Comércio Seguro”, os militares das SPE executam diversas tarefas, tais como, a:

“Elaboração de relação com os estabelecimentos comerciais, com o objectivo de conhecer a situação dos comerciantes das suas ZA e intensificar a proximidade aos comerciantes; a realização de acções de sensibilização/informação a comerciantes para os diferentes tipos de criminalidade que sobre eles incide com maior frequência e intensificar o patrulhamento para as zonas comerciais, garantindo-lhes as condições para que se sintam protegidos e apoiando-os nas suas necessidades” (Dias, 2006, p. 3).

2.3 SÍNTESE

A GNR como FS, não podia deixar de acompanhar o estado evolutivo da nossa sociedade. A adesão ao modelo de policiamento de proximidade e segurança comunitária partiu da iniciativa do poder político do Estado Português.

Este modelo teve início com o NES, em 1992, alargando-se ao PIS e, por último, ao PCS. A criação destes programas foi de iniciativa ministerial com vista à evolução, acompanhamento e modernização da actuação das FS. Estes programas concentram-se na prevenção de determinados problemas que vão surgindo ao nível das escolas, dos idosos e dos comerciantes.

É ainda de salientar que apenas o PES está regulamentado pela celebração do protocolo estabelecido entre os dois ministérios que lhe deram origem (MAI e ME), enquanto o PIS e o PCS vão estabelecendo parcerias a nível local pelas quais se regem, uma vez que têm que se adaptar em função da área de actuação.

CAPÍTULO 3

O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE E A REALIDADE NA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

3.1 ABORDAGEM DO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE NA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

As expressões de policiamento de proximidade e policiamento comunitário surgiram pela primeira vez nos discursos políticos e na terminologia policial em 1995, ficando a ideia de que este conceito não foi posto em prática como seria o pretendido. “Nenhum dos governos constitucionais (XIII, XIV, XV, e XVI) adoptou, nos últimos dez anos, uma verdadeira estratégia de policiamento de proximidade e comunitário que envolvesse as diferentes forças e serviços de segurança” (Oliveira, 2006, p. 296) muito embora, em algumas unidades e subunidades de PSP e GNR se tenham vindo a desenvolver alguns projectos de proximidade e iniciativas locais em coordenação com os seus Cmdt’s.

À semelhança da GNR, a PSP também pôs em prática os diversos PE aprovados ministerialmente, criando desta forma condições de trabalho e meios adequados no desempenho de tais funções. Devido às divergências da área de actuação que se verificam entre estas duas forças (GNR/PSP), foi necessário adequar o modo de actuação e aplicação dos programas em função de ZA e dos problemas da mesma.

A PSP, através da publicação da Directiva Estratégica nº 10/2006 de 15 de Maio, que aprova o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) apresenta linhas orientadoras desta nova filosofia de policiamento adoptada em Portugal.

3.2 PROGRAMA INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE (PIPP)

Os PE de segurança tiveram início no XIII Governo Constitucional⁷, tendo sido posteriormente integrados no PIPP⁸. “Estes projectos dirigem-se a determinados problemas específicos que, pela sua especial vulnerabilidade, mereceram uma peculiar atenção das entidades responsáveis pela segurança pública” (Oliveira, 2006).

O policiamento de proximidade foi introduzido nos conteúdos programáticos do Programa de Formação à Distância, a fim de sensibilizar todo o efectivo da PSP e da GNR, para este conceito de actuação. No que respeita aos efeitos práticos desta nova filosofia, assistiu-se

⁷ O XIII Governo Constitucional tomou posse a 28 de Outubro de 1995, constituído pelo Partido Socialista; terminou o seu mandato em 25 de Outubro de 1999.

⁸ Ver Anexo C: PIPP

inicialmente à implementação de programas dirigidos a grupos específicos da população (Ferreira, 2000).

Estes programas foram inicialmente pensados como iniciativas isoladas, sem a devida integração. Assim na I conferência Internacional sobre o policiamento de proximidade consagrou o início do PIPP, que reflecte um esforço da tutela em integrar na filosofia de proximidade (Ferreira, 2000), não apenas os supramencionados programas, mas também no que respeita a acções de sensibilização, formação assim como a criação das polícias municipais.

No portal da PSP, através da Directiva Estratégica nº 10/2006, de 15 de Maio, referente ao PIPP, que operacionalizou os objectivos (estratégicos e operacionais), estabelecidos no Programa do Governo e sistematizou mecanismos de articulação entre as valências de prevenção da criminalidade e policiamento de proximidade, as valências de ordem pública, investigação criminal e informações policiais.

Segundo o Programa do XVII Governo constitucional,

“A diminuição da criminalidade constitui o objectivo a alcançar mediante uma política que, articuladamente, combata as causas e as consequências do crime. (...) Ao nível do combate às consequências, um policiamento mais visível e eficaz, de integração e proximidade, orientado para a protecção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus tratos, (...) é decisivo para intervir a curva ascendente da criminalidade e reforçar o sentimento de segurança” (Directiva Estratégica nº 10/2006)⁹.

As polícias devem apostar numa maior prevenção da criminalidade e delinquência, pondo em prática um policiamento de maior proximidade, o reforço da visibilidade, a dissuasão e a interacção com as comunidades locais e os actores sociais mais relevantes, proporcionando uma maior participação por parte da população, pois desta forma conseguem obter melhores resultados e ir de encontro aos objectivos propostos.

De acordo com a Directiva Estratégica nº 10/2006¹⁰:

“A PSP desenvolve há vários anos boas práticas de Policiamento de Proximidade ou Policiamento Comunitário em todo o seu dispositivo, quer inseridos no âmbito dos PE lançados pela tutela (programa Escola Segura, Comércio Seguro, Idosos em Segurança), quer por iniciativa dos Comandos Metropolitanos (CM), Regionais (CR) e de Polícia, através da implementação de iniciativas direccionadas para a prevenção da criminalidade, interacção com os cidadãos e comunidades locais, apoio a grupos de risco, divulgação de conselhos de auto-protecção, etc”.

Tal como na GNR, têm recursos afectos aos PE em permanência com vista a responder às necessidades de públicos-alvo específicos através de equipas direccionadas para a resolução dos problemas destes públicos-alvo.

Este projecto, implementado inicialmente em 26 Subunidades através de um projecto-piloto¹¹ a nível nacional, visava essencialmente avaliar a capacidade de coordenação e articulação entre as diversas valências da PSP.

O PIPP da PSP obedece aos seguintes objectivos estratégicos:

⁹ Directiva Estratégica nº 10/2006 de 15 de Maio (Situação Geral ponto nº 2)

¹⁰ Directiva Estratégica nº 10/2006 de 15 de Maio (Situação Geral ponto nº 4)

¹¹ Ver Anexo D: Projecto-Piloto implementado na PSP

“(a) implementar um modelo integrado de policiamento e consolidar a articulação entre as valências de prevenção/policiamento de proximidade, de ordem pública, de investigação criminal e de informações, consubstanciando a natureza de Polícia Integral da PSP;

(b) substituir gradualmente o tradicional patrulhamento apeado (essencialmente casuístico e aleatório), por um policiamento de proximidade focalizado para a resolução de problemas, reequacionando o papel do designado patrulheiro e dos elementos afectos por excelência à prevenção e aos “programas especiais”, adaptando os recursos humanos e materiais existentes a novas metodologias de policiamento, tendo em vista aumentar a capacidade de intervenção, pro-actividade, prevenção criminal e criar uma malha policial que corresponda às necessidades dos cidadãos;

(c) especializar a prevenção da criminalidade, investindo na formação dos elementos policiais afectos a funções de policiamento de proximidade;

(d) etc. (Dir. Estr nº 10/2006)¹².

E apresenta como objectivos operacionais:

“(a) reduzir os índices de insegurança objectiva e subjectiva;

(b) reduzir a criminalidade, em especial os crimes de rua (roubos por esticção, roubos com arma branca ou de fogo, furtos por carteirista, furtos no interior de veículos, furtos de veículos, furtos no interior de estabelecimentos) e o pequeno/médio tráfico de estupefacientes;

(c) focalizar a atenção da Polícia nos grupos de risco (menores, idosos, mulheres, deficientes, vítimas de crimes violentos), melhorar os mecanismos de apoio e atendimento às vítimas e apostar na prevenção e investigação dos crimes de violência doméstica;

(d) melhorar a integração da Polícia no meio social (através da adopção de uma resposta personalizada e adaptada aos problemas concretos da comunidade local), etc.” (Dir. Estr nº 10/2006)¹³.

Segundo o portal da PSP (consultado em 02 de Julho de 2011 pelas 15h00), os elementos que constituem as subunidades abrangidas por este projecto, incluindo as Equipas de Proximidade de Apoio à Vítima (EPAV) e novas Equipas do Programa Escolas Segura (EPES), recebem formação específica para o desempenho das missões que lhes estão adstritas.

De acordo com a Directiva Estratégica nº 10/2006, “Encontram-se afectos em exclusividade ao PES, em todo o dispositivo nacional da PSP, 324 elementos policiais, bem como 142 viaturas com as cores padrão da “Escola Segura” e ainda 64 motocicletas”¹⁴.

Este programa teve origem em 1992 através dum protocolo celebrado pelo MAI e pelo ME, através do Despacho nº 50/96, de 30 de Setembro¹⁵ que, por sua vez, já foi revogado pelo Despacho Conjunto n.º 105 - A/2005 de 2 de Fevereiro. Este Despacho foi objecto de reavaliação, tendo sido republicado o Despacho Conjunto n.º 25650/2006 de 19 Dezembro, onde se estipulam os objectivos prioritários para o PES.

Os elementos afectos a este programa desempenham funções específicas, expressamente definidas na Directiva Estratégica nº 10/2006¹⁶.

A PSP, relativamente ao PCS, tem afectos em todo o dispositivo nacional, 93 elementos policiais, alguns em exclusividade e outros em acumulação de funções. Estes elementos policiais têm como missão informar e esclarecer os comerciantes acerca de procedimentos que devem adoptar nos seus estabelecimentos, desde ter boa iluminação, dupla verificação, assim como os procedimentos adoptar em caso de assalto entre outros.

¹² Directiva Estratégica nº 10/2006 de 15 de Maio (Ponto 3b-1)

¹³ Directiva Estratégica nº 10/2006 de 15 de Maio (Ponto 3b-2)

¹⁴ Directiva Estratégica nº 10/2006 de 15 de Maio (Ponto 3b-2)

¹⁵ Ver capítulo 2: O Policiamento de Proximidade e a GNR

¹⁶ Ver Anexo E: Missão das EPAV e das EPES

Quanto ao PIS encontram-se afectos a este programa em todo o dispositivo da PSP, 40 elementos policiais, em acumulação com outras funções de prevenção e proximidade.

No âmbito deste programa, a PSP tem por objectivo a criação de condições de segurança a que os cidadãos têm direito desde o bem-estar nas suas próprias casas, na rua, no jardim ou onde quer que se encontrem.

Segundo o portal da PSP, este programa é de iniciativa ministerial e visa:

- *“Garantir as condições de segurança e a tranquilidade das pessoas idosas.*
- *Promover o conhecimento do trabalho da GNR e da PSP junto desta população.*
- *Ajudar a prevenir e a evitar situações de risco”.*

Através de:

- *“Reforço de policiamento dos locais públicos mais frequentados por idosos.*
- *Criação de uma rede de contactos directos e imediatos entre os idosos a GNR e a PSP, em caso de necessidade.*
- *Instalação de telefones nas residências das pessoas que vivem mais isoladas e tem menores defesas.*
- *Colaboração com outras entidades que prestam apoio à 3a idade”.*

A PSP põe em prática este programa através de equipas especificamente preparadas para dar apoio aos idosos. Estas equipas estão dotadas de viaturas próprias para que se possam deslocar a casa, das pessoas caso se torne necessário.

À semelhança da GNR, estas equipas trabalham em conjunto com instituições que prestam auxílio ao domicílio a idosos de modo a poderem tornar o programa mais eficiente e a possibilitar a recolha de informações.

3.3 SÍNTESE

O policiamento de proximidade foi um modelo adoptado em Portugal pelas duas FS que o representam (GNR e PSP). Iniciou-se a sua aplicação através do PES em 1992, embora tenha sido oficializado em 1996 através do Despacho nº 50/96 de 30 de Setembro.

Tal como na GNR, a PSP põe em prática este novo modelo através dos diversos PE que se foram desenvolvendo ao longo dos anos de acordo com as necessidades que foram surgindo, criando para o efeito as EPAV e as EPES. Este modelo alargou-se aos idosos assim como aos comerciantes, tendo sido efectuado, desta forma, um levantamento dos principais pontos de referência das pessoas isoladas e dos estabelecimentos comerciais mais importantes e com maior frequência de actos de delinquência.

Para a operacionalização deste modelo a PSP, rege-se pela Directiva Estratégica nº 10/2006 de 15 de Maio, onde estão especificados os objectivos estratégicos e operacionais dos diversos programas, bem como, as missões específicas das EPAV e das EPES.

Inicialmente foi posta em prática através de um projecto-piloto que foi aperfeiçoado conforme as necessidades e dificuldades apresentadas, tendo apresentado evoluções no âmbito de aplicação destes programas tal como é possível verificar nos dias de hoje.

Actualmente, a PSP tem elementos que desempenham funções específicas nas três áreas anteriormente referenciadas, sendo que os militares responsáveis pelos IS para além de funções específicas também podem acumular com outras funções, quanto aos militares do CS desenvolvem estas acções em acumulação com outras funções.

PARTE II

TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA

No seguimento do trabalho elaborado na parte I deste trabalho, foram expostos alguns contributos dos principais autores sobre a temática do Policiamento de Proximidade, nomeadamente a origem dos PE de policiamento, a importância das políticas públicas de segurança no estabelecimento de parcerias e protocolos entres os vários actores sociais. Abordou-se ainda o papel das FS (GNR e PSP), a aplicação, o funcionamento e objectivos traçados por ambas as instituições. Segue-se a parte prática do trabalho que tem por objectivo verificar a veracidade dos conceitos apresentados na parte teórica e tentar dar resposta às hipóteses e perguntas de investigação formuladas na Introdução deste TIA.

Neste capítulo, para além das referidas hipóteses de investigação, apresentam-se os vários métodos e técnicas aos quais se recorreu para obter informações, posteriormente apresentar os vários meios, por último uma breve síntese.

4.1 MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

Para a concretização deste trabalho, foram utilizados dois métodos para a recolha de informação. O método de análise documental e o método inquisitivo.

No primeiro, foi efectuada uma pesquisa exaustiva de informação acerca do tema em bibliotecas, estabelecimentos de ensino superiores civis, na EG, na Academia Militar, no ISCPSI, na Divisão de Comunicação e Relações Públicas (DCRP) na RPE-DEO/DO/CO da GNR, tendo-se verificado a escassez de referências bibliográficas específicas da GNR sobre o tema em questão.

O segundo método, o inquisitivo, traduz-se essencialmente na aplicação de inquérito por questionário aos elementos seleccionados para o estudo de caso. Efectuaram-se também entrevistas exploratórias a pessoas directamente ligadas aos PE.

4.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICAS

A investigação iniciou-se em Fevereiro de 2011, através da recolha de artigos e bibliografia relacionada com o tema em geral e em particular sobre a GNR junto da DCRP. A pesquisa

foi maioritariamente efectuada em bibliotecas militares e civis na DCRP na RPE-DEO/DO/CO e no ISCPPI.

O inquérito por questionário e as entrevistas foram as principais técnicas de investigação.

4.2.1 ENTREVISTAS

A entrevista é um método de investigação qualitativa que é utilizado para obter informações, interpretações e opiniões acerca de um tema.

Segundo Quivy e Campenhoudt (2008) os dados obtidos nas entrevistas apresentam uma abordagem qualitativa e, como tal, constituem informação muito rica obtida pela diversidade dos pontos de vista. Estes autores mencionam ainda que neste tipo de inquérito o entrevistado pode expressar todos os seus pontos de vista e opiniões sobre as experiências e vivências para que, a posterior análise dos resultados, seja feita de acordo com situações que acontecem na realidade, no caso das entrevistas abertas.

As entrevistas exploratórias foram realizadas ao longo da elaboração da revisão de literatura, permitindo, por um lado, compreender a actual situação da GNR no desempenho das funções das SPE e, por outro, acrescentar profundidade à investigação, através da confirmação ou não das hipóteses. Foi elaborado um guião¹⁷ com 14 perguntas direccionado aos oficiais que se encontram ou que estiveram ligados à DCRP, na RPE na DEO/DO/CO e aos Chefes de operações dos ComTer em estudo (Porto, Lisboa, Viseu e Portalegre), tendo em consideração que a estes últimos apenas não lhes foi colocada a questão 14. Foram feitas entrevistas semi-estruturadas¹⁸ a 6 personalidades, militares da GNR, ligadas aos PE.

Desta forma a informação pretendida é conseguida e a análise do conteúdo poderá ser feita de uma forma fiável e segura.

A transcrição das entrevistas encontra-se no Apêndice B - Transcrição das Entrevistas.

4.2.2 QUESTIONÁRIOS

A interpretação dos estudos de campo - e de outras formas de investigação qualitativa – envolve normalmente problemas de generalização, como salienta Giddens (2004, p. 649) “em virtude de apenas um pequeno grupo de pessoas estar envolvido, não podemos ter a certeza de que o que é descoberto se poderá aplicar a outras situações ...”.

O inquérito aplicado é constituído por um conjunto de questões, relacionadas com as hipóteses formuladas, com as quais se pretende saber o nível de concordância dos inquiridos, de modo a poder-se confirmar ou refutar (total ou parcialmente) as mesmas.

Para isso utilizou-se uma escala de Lickert de 5 pontos, em que 1 corresponde à opção discordo totalmente, 5 à opção concordo totalmente.

¹⁷ Ver Apêndice A: Guião das Entrevistas.

¹⁸ As entrevistas classificam-se em semi-estruturadas ou semi-formais quando o entrevistado responde às perguntas do guião, podendo também falar sobre outros assuntos relacionados. (Sarmiento, 2008)

Com a pesquisa bibliográfica, emergiram elementos para a construção do inquérito. Depois de elaborado foi submetido a um teste de coerência e validação, que permitiu reajustá-lo em termos de conteúdo e estrutura, visando eliminar qualquer ambiguidade e enviesamento de perguntas. Seguidamente, efectuou-se um pré-teste, visando verificar as alterações efectuadas e a correcção de erros, obtendo-se assim o inquérito definitivo.

A aplicação do inquérito foi por administração directa (preenchidos pelos próprios inquiridos) (Quivy e Campenhoudt, 2008).

A construção do questionário processou-se em quatro fases: elaboração do esboço do questionário; apresentação do mesmo ao orientador deste TIA; validação do questionário; elaboração da versão final do mesmo.

Foram formuladas questões fechadas¹⁹ e na redacção destas tiveram-se em consideração aspectos como as características dos inquiridos, a não ambiguidade, a simplicidade e a clareza das mesmas.

Posteriormente, foi apresentado o esboço ao orientador deste trabalho de investigação o qual, após análise do mesmo, sugeriu algumas correcções e ajustamentos, findas as quais se passou à validação²⁰ do questionário.

Para validar o questionário, este foi submetido a um pré-teste²¹, que consistiu na sua aplicação a 15 pessoas com características semelhantes às da nossa população alvo, não fazendo, contudo, parte da amostra. O pré-teste destinou-se não só a avaliar a coerência e consistência interna²² do documento base, mas também a sequência e ordenação lógica das perguntas, o tipo de linguagem utilizada, a dimensão do questionário e a sensibilidade dos inquiridos às diversas perguntas. Por fim e, após algumas alterações, redigiu-se a versão final do questionário²³.

Posteriormente, procedeu-se à administração directa²⁴ dos questionários. A população em estudo é constituída pelos Cmdt's de DTer dos Comandos do Porto, Lisboa, Viseu e

¹⁹ Consiste num conjunto de questões padronizadas para as quais apenas é possível dar um número fixo de respostas fechadas. Nestes casos, os resultados são fáceis de comparar e contar, mas, no entanto, os dados recolhidos podem ser de âmbito restrito, uma vez que não permitem subtilezas de opinião (Giddens, 2004, p. 650).

²⁰ Visa, segundo Sarmiento (2008, p. 28), a optimização do questionário quanto aos objectivos, ao conteúdo e à forma.

²¹ “Um pré-teste constitui uma tentativa para que se determine, o quanto possível, se o instrumento está enunciado de forma clara, livre das principais tendências e, além disso, se ele solicita o tipo de informação que se deseja.” (Polit, 1995, p. 169)

²² A consistência interna do questionário foi analisada através do coeficiente de consistência interna Alfa de Cronbach, tendo sido obtido o valor de 0,730, considerado um valor razoável (Hill & Hill, 2005)

²³ Ver Apêndice D: Questionário.

²⁴ É um método de aplicação do inquérito, assim designado quando o mesmo é preenchido pelo próprio inquirido (Quivy e Campenhoudt, 2008).

Portalegre e, ainda, aos militares que integram as SPE. Ora, dada a dimensão e dispersão do efectivo da GNR pelo território, não foi possível a realização, em dois meses, de um estudo a esta escala que se pretenda credível. Deste modo, seleccionou-se uma amostra constituída por 80 pessoas, Cmdt's de DTer e militares das SPE. Após o período de recolha de dados verificaram-se 54 respostas válidas.

As respostas obtidas através de inquéritos por questionário são praticamente todas pré-codificadas, não apresentando significado em si, foram sujeitas a um tratamento quantitativo (Quivy e Campenhoudt, 2008). A sua análise foi processada através de um software estatístico – Statistical Package for the Social Sciences 17 (SPSS).

4.2.2.1 Conteúdo dos questionários

Dada a diversidade da amostra, a principal preocupação na construção do questionário foi a elaboração de um único formulário, que pudesse ser aplicado aos Cmdt's de DTer e aos militares afectos às SPE desses mesmos DTer. Deste modo, dividiu-se o questionário em quatro partes, sendo a primeira relativa a dados meramente pessoais, permitindo, posteriormente, caracterizar a amostra. As outras três partes descrevem-se de seguida:

Parte II – Inputs ao nível organizacional, da equipa e ao nível dos elementos das equipas

Pretende-se com esta parte saber qual a motivação que leva os elementos destas secções em aceitar pertencer às mesmas, assim como o trabalho que desenvolvem em equipa ser ou não satisfatório e corresponder às expectativas dos mesmos. São ainda tratados nesta parte os inputs proporcionados pela própria instituição GNR que os faz desenvolver nas suas funções por auto-iniciativa e com entusiasmo.

Parte III - Processo Mediador na Eficácia e Viabilidade das SPE

Ao longo da parte III vão ser avaliadas as condicionantes do processo mediador que norteia a capacidade de resposta das SPE, bem como todas as condicionantes que levam à posterior obtenção de resultados viáveis e eficazes.

Serão ainda avaliados os indicadores de proximidade, recursos de que dispõem e a importância da formação na obtenção da eficácia e na actuação destes elementos.

Parte IV – Desempenho e Eficácia das SPE

Na IV e última parte é avaliado o desempenho dos militares aquando o cumprimento da sua missão.

Para promover a eficácia do desempenho é importante verificar algumas das maiores dificuldades sentidas pelas SPE para o cumprimento da sua missão ser obtido com sucesso. Permite-nos saber de que forma se podem rentabilizar as suas acções, colmatando determinadas falhas tais como, a falta de meios humanos/materiais para dar cumprimento a

todas as solicitações que lhes são dirigidas, assim como os núcleos em que desempenham funções.

4.3 MEIOS UTILIZADOS

Na gravação áudio das entrevistas, foi utilizado o gravador *Philips voice tracer LFH0622*.

Para a aplicação dos questionários utilizou-se a plataforma *Google Docs*, disponível no motor de busca *Google*.

Os dados recolhidos dos inquéritos por questionário foram tratados estatisticamente no software *SPSS²⁵ 17.0 for Windows* e no *Microsoft Office Excel 2010*.

4.4 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Para aplicar o inquérito, é necessário definir primeiro o universo ou a população a estudar e escolher a amostra representativa deste universo, ou seja, a população que irá ser alvo do inquérito (Ghiglione & Matalon, 2001).

De acordo com o objecto de estudo, o inquérito foi aplicado aos Cmdt's de DTer dos ComTer do Porto, Lisboa, Viseu e Portalegre (20) e aos militares das SPE dos respectivos DTer (34).

4.5 SÍNTESE

A análise documental e as entrevistas exploratórias constituíram-se como ferramentas extremamente importantes para a realização do trabalho. No entanto, a parte prática revelou-se essencial para alcançar os objectivos propostos.

As hipóteses apresentadas constituem possíveis respostas às perguntas de investigação, carecendo, contudo, de confirmação ou não confirmação. Esses resultados serão analisados e discutidos no Capítulo 5.

²⁵ *Statistical Package for the Social Sciences*

CAPÍTULO 5

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentam-se os resultados das entrevistas e dos questionários, salientando-se os aspectos mais relevantes. Optou-se por efectuar a análise e discussão das entrevistas e dos questionários, separadamente, por terem sido utilizadas duas amostras distintas. Na apreciação dos resultados das entrevistas foram elaborados quadros-síntese com as respostas dos diferentes intervenientes com a respectiva análise de conteúdo (Apêndice B e Apêndice C) e discussão das respostas obtidas. Nos questionários analisam-se e discutem-se as respostas dadas a cada uma das questões levantadas²⁶ levantas e efectua-se a discussão com as possíveis justificações das respostas dadas.

5.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS

5.1.1 Análise e discussão dos resultados da questão 1 (Com a Lei 63/2007, de 06 de NOV, que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana (GNR), foi alterada a designação de Núcleos de Programas Especiais para Secções de Programas Especiais, que estão organicamente compostas na estrutura dos Destacamentos Territoriais. A seu entender estes programas acompanharam o evoluir da sociedade?)

Analisando as respostas à pergunta nº1, é possível concluir que todos os entrevistados concordam que os PE, postos em prática pelas SPE sediadas nos DTer, acompanharam o evoluir da sociedade, obtendo 100% de concordância.

Alguns dos entrevistados salientam ainda que, não acompanharam como seria desejável, contudo foram-se adaptando às novas problemáticas e assumindo novas atitudes apresentando assim uma percentagem de 50,0%. Por sua vez, 33,3% dos entrevistados admitem que o acompanhamento desta evolução obteve-se com a criação de várias valências.

5.1.2 Análise e discussão dos resultados da questão 2 (Em que sentido têm evoluído, conseguem realmente estes programas dar resposta às necessidades que levaram à sua criação?)

Acerca da evolução das SPE, o grau de concordância assim como o de discordância é equivalente, obtendo ambos uma percentagem de 50,0%.

²⁶ Ver Apêndice B (Transcrição das entrevistas) e Apêndice C (Tabelas de Análise de Resultados)

No conjunto de respostas analisadas, o E1 considera que esta evolução foi insignificante dado que actualmente a capacidade de resposta das SPE é bastante reduzida, posto isto o E2 refere que as expectativas criadas no início não foram satisfeitas, logo os resultados estão aquém dos pretendidos (E6).

Por outro lado 33,3% consideram que estes programas, na generalidade têm conseguido corresponder às expectativas, um dos entrevistados (16,7%) refere que o modelo adoptado é o adequado e que se encontra em funcionamento.

5.1.3 Análise e discussão dos resultados da questão 3 (A criação destes programas tem tido por base protocolos celebrados conjuntamente com outras entidades. Tem a GNR correspondido aos objectivos propostos?)

A GNR celebra com alguma regularidade protocolos com outras entidades, obtendo 66,7% de respostas concordantes no cumprimento dos objectivos propostos face às limitações com que se deparam, contudo 33,3 % discordam.

Assim, 33,3% concordam que a GNR consegue atingir os objectivos propostos aquando da celebração destes protocolos e a mesma percentagem é do entendimento que mesmo atingindo os objectivos o fazem com bastantes limitações dado que, nem sempre os meios são os mais adequados. O E3, menciona que as SPE não atingem os objectivos propostos. É ainda de salientar que face aos resultados da análise 16,7% não celebram qualquer protocolo com entidades ou instituições exteriores à GNR.

5.1.4 Análise e discussão dos resultados da questão 4 (A GNR celebra com alguma regularidade parcerias com entidades locais?)

De acordo com a tabela de análise²⁷, foi-nos possível verificar que 100% dos entrevistados concordam que a GNR celebra parcerias com entidades locais com alguma regularidade. Posto isto, 66,7% referem que é normal que sejam feitos parceiros locais. Em alguns DTer são celebrados com mais frequência que noutros visto que 16,7% refere serem feitos com muita frequência e a mesma percentagem afirma serem feitos pontualmente para apoio e patrocínios de iniciativas das SPE.

5.1.5 Análise e discussão dos resultados da questão 5 (As secções de programas especiais estão organicamente constituídas nos Destacamentos Territoriais, qual o efectivo que suportam e qual o número de militares empenhados nestes programas?)

Tanto quanto podemos verificar as SPE dos DTer têm maioritariamente 2 militares o que se revela reduzido para as necessidades (33,3%), podendo manifestar algumas dificuldades no cumprimento da sua missão. Perante este facto, afirmam que não existe uma relação de

²⁷ Apêndice C

proporcionalidade entre o efectivo e as necessidades. Um dos entrevistados apresenta um modelo ideal de 7 a 10 militares por secção, outro defende que este modelo passaria a ser ideal se cada secção tivesse de 5 a 11 elementos.

Na opinião do E5 é fundamental fazer uma relação entre o efectivo e o empenho dos mesmos. Por último, 16,7% estão de acordo que existem limitações em termos de efectivo.

5.1.6 Análise e discussão dos resultados da questão 6 (Visto estarem sediados no DTER, respondem de igual forma às solicitações dos restantes PTER dos Destacamentos?)

Da análise à pergunta nº 6 podemos verificar que por norma o desempenho das secções é feito de forma equivalente em todos os PTER do DTER. Os entrevistados são da opinião que, por vezes o empenhamento pode parecer maioritário na ZA do PTER sede uma vez que, é lá que se encontram as escolas mais problemáticas, muito embora este empenhamento seja feito de acordo com a localização do público-alvo nas áreas em causa.

Assim dos entrevistados, 83,3 % concordam e 16,7% não concordam. Um dos entrevistados afirma que, a actuação das secções é na área de jurisdição de todo o DTER, 50, 0% concordam que é feito de forma equitativa e transversal a todos os PTER.

Apenas dois dos entrevistados (33,3%) concordam que as secções têm tendência a serem empenhadas maioritariamente na ZA dos PTER sede.

5.1.7 Análise e discussão dos resultados da questão 7 (A nível de formação dos militares que integram estas secções, existiu em tempos uma breve formação ao nível da Escola Segura. Existem actualmente algumas limitações nesta área?)

De acordo com análise às respostas a esta pergunta podemos verificar que 83,3% dos entrevistados discordam de que a instituição promova qualquer formação inicial reciclagens/formação contínua aos militares que integram nas SPE.

Apenas um dos entrevistados (16,7%) considera que os militares recebem formação nesta área, mas é importante realçar que a mesma é ministrada a nível interno do ComTer.

5.1.8 Análise e discussão dos resultados da questão 8 (Caso não seja ministrada qualquer tipo de formação, a instituição GNR deveria apostar na formação dos militares que integram estas secções, dado que contactam diariamente com questões sensíveis?)

Da análise à pergunta nº 8, podemos verificar que existe uma unanimidade nas respostas, pois 100% das respostas concordam que a instituição deveria apostar e promover a formação e especialização destes militares à semelhança da Investigação Criminal, E.g.

Desta forma, um dos entrevistados considera que a formação deveria ser obrigatória. Outro dos entrevistados considera que seria essencial para o desempenho da actividade diária destas secções, no entanto, um dos entrevistados afirma que apesar de se promover formação ao nível do ComTer faz falta uma formação que qualifique os militares.

5.1.9 Análise e discussão dos resultados da questão 9 (Os militares afectos a estas secções desempenham apenas e só este serviço específico ou podem acumular com outras funções?)

Os militares que integram as SPE, podem ter que reforçar a actividade do PTer ou dos restantes núcleos, caso o Cmdt de DTer assim o entenda.

Dos entrevistados 66,7% concordam que estas secções desempenham em exclusividade o serviço das SPE, contudo é importante referir que esta percentagem embora concorde que seja em exclusividade realçam que os mesmos possam desenvolver outras actividades caso seja do entendimento do Cmdt Dter, e 33,3 % partilham da opinião que estas secções devido à falta de efectivo com que se deparam auxiliam em outras actividades do PTer, desde o integrar nas escalas de graduado de serviço ao próprio serviço de atendimento ao público.

5.1.10 Análise e discussão dos resultados da questão 10 (As secções abrangem uma diversidade de matérias, e subdividem-se em vários núcleos que tratam de matérias díspares. O efectivo destas secções está seleccionado e dividido pelos diversos núcleos ou são os mesmos militares que põem em prática as mais diversas acções solicitadas pelo exterior?)

Como podemos verificar na parte teórica deste trabalho as SPE dividem-se actualmente em três núcleos, o NES, o NIS e o NCS. O ideal seria que cada um dos núcleos tivesse pessoal adido exclusivamente a cada um deles, mas na maioria dos casos não acontece.

Dos entrevistados 66,7% partilham da opinião que estes núcleos por falta de efectivo são compostos pelos mesmos militares que desempenham todas as funções. Os restantes 33,3% dizem que estes núcleos têm efectivos distintos.

5.1.11 Análise e discussão dos resultados da questão 11 (Ainda relativamente ao efectivo, em que moldes é feita a selecção dos militares que integram as SPE, existem algumas características específicas que prevaleçam no ingresso?)

Aquando o ingresso nas SPE, dado que não existe qualquer documento que regule esta actividade, os Cmdt's de DTer normalmente têm em consideração determinadas características dos militares para que possam pertencer a estes núcleos, ou seja, traça um perfil tido como o ideal.

Assim, 83,3 % concordam que os Cmdt's DTer têm em consideração, determinadas características para integrarem as SPE.

Um dos entrevistados refere que no seu ComTer são realizadas provas de admissão, isto é, os militares têm que saber trabalhar com os meios informáticos essenciais para poderem ingressar, mas na grande maioria são colocados por escolha.

5.1.12 Análise e discussão dos resultados da questão 12 (Relativamente aos meios materiais e humanos. Em termos genéricos os meios humanos têm capacidade de resposta?)

Da análise à pergunta 12, podemos verificar que 66,7% das opiniões consideram que as SPE têm défice de meios quer humanos quer materiais, embora o maior problema resida na falta de meios humanos. Um dos entrevistados concorda que os meios são suficientes e adequados para o desempenho das funções. Um dos entrevistados actualmente desconhece esta realidade.

Assim, 33,3% das respostas partilham que existe um maior défice de meios humanos embora também se deparem com outras limitações ao nível dos meios materiais e 16,7% dispõem dos serviços mínimos para desenvolverem o serviço diário.

5.1.13 Análise e discussão dos resultados da questão 13 (De acordo com as funções que desempenhou, qual foi para si o marco mais significativo relativamente às SPE?)

Esta questão só foi colocada aos entrevistados 1 e 2. Logo podemos verificar que, no desempenho de funções ligadas a esta matéria, consideram que o marco mais significativo foi inicialmente a criação dos NES e a posterior designação SPE de acordo com a reestruturação orgânica da GNR, que proporcionou esta alteração da designação consagrada no Despacho nº 53/09 publicado na Ordem à Guarda, de 15 de Março. Do ponto de vista do entrevistado 1, o lado negativo é o simples facto destes programas não funcionarem convenientemente na prática.

Quanto ao entrevistado 2, considera gratificante o facto de haver um reconhecimento por parte da população pelo trabalho desenvolvido pelas secções no âmbito do policiamento de proximidade.

5.1.14 Análise e discussão dos resultados da questão 14 (Na sua opinião e numa perspectiva futura, que propostas poderiam ser apresentadas para uma maior eficiência na aplicação destes programas especiais?)

De acordo com a pergunta 14 podemos concluir que os entrevistados partilham de algumas opiniões que podem melhorar o funcionamento das SPE. De uma forma geral todos os entrevistados concordam que deveria haver formação adequada, E.g., como refere o entrevistado 5, esta deveria ser ministrada na EG mesmo que passasse apenas por uma breve formação de 3 a 5 dias

Através da análise e discussão das entrevistas é possível concluir, no geral, que relativamente ao efectivo, é concordante entre a maioria dos entrevistados que estas secções ainda apresentam um grande défice de meios humanos e como referem os E2 e E5 na Pergunta 5 o modelo ideal para que funcionassem convenientemente seria entre 5 a 11 militares. Por outro lado em termos de meios materiais, deveriam dotar estas secções de mais meios e em boas condições para que se possa transmitir junto do público-alvo uma imagem de modernização e operacionalidade da GNR tal como referem os E3 e E6.

É ainda de salientar que à data de elaboração destas entrevistas ainda não tinha sido aprovada a NEP 3.58 de 26 de Novembro de 2010 que previa a regulamentação destas SPE, mas no dia de 13 de Julho do presente ano, foi assinada e aprovada a referida NEP que se intitula por “Regulamentação dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade da GNR”. Logo, à data da realização das entrevistas, um dos entrevistados referia que deveria ser regulamentada e aprovada a supracitada NEP para que pudesse existir uma filosofia de boas práticas de policiamento de proximidade.

5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Foram analisados os questionários no SPSS, de modo a podermos obter a perspectiva dos Cmdtá de DTer e dos militares das SPE, relativamente a esta temática.

Nesta secção iremos apresentar e analisar o questionário por partes para facilitar a sua leitura.

5.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS



Gráfico 1: Pergunta nº 3



Gráfico 2: Pergunta nº 4

A população inquirida é composta por 54 elementos, 20 dos quais são Cmdt's de DTer e os restantes 34 são militares pertencentes às SPE dos respectivos DTer em estudo. A amostra é constituída por militares de ambos os géneros, sendo 6 do sexo feminino e 48 do sexo masculino, apresentando uma faixa etária diversificada entre os 26 e os 51 anos de idade.

A sua distribuição é feita de acordo com as funções que desempenham, tal como representa o gráfico 1, bem como a localização do respectivo DTer, gráfico 2.

A caracterização dos inquiridos foi analisada através dos *outputs* emitidos pelo SPSS, com vista a completar os resultados aqui apresentados²⁸

Tabela 5.1: Valores estatísticos da Parte I

Parte I: Informações Genéricas de Caracterização dos Inquiridos			
Variáveis	Média	Moda	Percentagem (%)
Q 5: Há quanto tempo presta serviço nas SPE?	2,73	4	42,4
Q 7: Aquando o ingresso nas SPE foi escolhido por:	2,39	2	60,6

Na parte I, apresenta-se a caracterização dos inquiridos, idades, função que desempenham e a localização dos DTer a que pertencem, tempo de serviço nas SPE bem como o núcleo a que pertencem. Relativamente à Q 5 como podemos verificar na tabela 5.1 que os militares da SPE desempenham maioritariamente funções há mais de 5 anos, cuja média (x_m) é 2,73, apresentando assim uma moda (mo) igual a 4. Face aos núcleos em que desempenham funções (Q 6)²⁹ sendo esta uma pergunta de escolha múltipla podemos verificar que 83,0% dos inquiridos desempenham funções em todos os núcleos da SPE.

Aquando o ingresso nas SPE pode-se constatar que os militares foram maioritariamente seleccionados por proposta do Cmdt de DTer (60,6%).

Tabela 5.2: Valores estatísticos da Parte II

Parte II: Inputs ao nível organizacional, da equipa e ao nível dos elementos das equipas (a)			
Variáveis	Média	Moda	Percentagem (%)
Q 8.1: A GNR celebra com regularidade parcerias com entidades locais.	3,70	4	55,6
Q 8.2: As parcerias celebradas cumprem-se na totalidade/êxito.	3,65	4	46,3
Q 8.3: Considero que deveria haver um concurso para ingressar nas SPE.	3,56	5	38,9
Q 8.4: Considero que as SPE deveriam recrutar mais elementos.	4,20	5	55,6
Q 8.5: A selecção dos militares das SPE é efectuada correctamente.	2,98	3	42,6
Q 8.6: Deve ser aplicada a inamovibilidade aos elementos das SPE.	3,87	5	53,7

(a) Aplicada a escala de Lickert sendo que 1: Discordo Totalmente...5: Concordo Totalmente

²⁸ Ver apêndice E: Análise dos Questionários.

²⁹ Ver Apêndice E: Análise dos questionários

Na parte II, consoante a tabela 5.2, podemos verificar de uma forma genérica a motivação dos inquiridos perante os *inputs* quer ao nível da organização, dos próprios ou ao nível do trabalho em equipa. Ao nível organizacional podemos verificar que na opinião dos inquiridos, a instituição celebra com alguma regularidade protocolos com outras entidades pelo que os inquiridos concordam com esta afirmação (Q 8.1), no que respeita ao cumprimento das mesmas podemos verificar que 46,3% dos inquiridos concordam que a instituição cumpre o estabelecido nestas parcerias com êxito (Q 8.2).

No que respeita ao ingresso nas SPE a maioria dos inquiridos concordam totalmente com a necessidade da existência de um concurso para ingressar (Q 8.3) nas mesmas, assim como a necessidade de recrutar mais elementos (Q 8.4) para o desempenho de funções nas SPE .Quanto à selecção dos militares das SPE a maioria dos inquiridos não tem opinião ($x_m=2,98$ e $mo=3$), no entanto no que respeita à inamovibilidade destes elementos 53,7% dos inquiridos concordam totalmente que deva ser aplicada.

Tabela 5.3: Valores estatísticos da Parte III

Parte III: Processo Mediador na Eficácia e Viabilidade das SPE(b)			
Variáveis	Média	Moda	Percentagem (%)
Q 9.1: O efectivo das SPE recebe alguma formação inicial aquando o ingresso.	2,20	1	42,6
Q 9.2: O efectivo das SPE recebe alguma formação contínua/reciclagens.	2,13	1	37,0
Q 9.3: A formação seria uma mais-valia para o desempenho das funções.	4,85	5	87,0
Q 9.4: As SPE dispõem de meios materiais adequados.	2,72	2	35,2
Q 9.5: Há uniformidade de procedimentos a nível nacional.	2,17	1	35,2
Q 9.6: As SPE devem estar mais perto da população.	2,30	3	42,6
Q 9.7: Há uniformidade de materiais de apoio ao nível do Comando Territorial.	4,57	5	63,0
Q 9.8: A localização das SPE nos DTer é adequada às necessidades.	4,06	4	42,6
Q 9.9: As SPE deveriam estar sediadas nos PTer.	1,72	1	53,7
Q 9.10: Considero que os militares das SPE desempenham apenas o serviço referente às Secções.	2,76	3	37,0
Q 9.11: As tarefas desempenhadas pelos militares das SPE podem levar à monotonia laboral com o passar dos anos.	2,19	1	35,2
Q 9.12: Procura dinamizar e inovar nas tarefas incumbidas às SPE no seu dia-a-dia.	4,46	5	63,0
Q 13: Fazem visitas a idosos, comerciantes e às escolas por auto-iniciativa.	4,02	4	37,0
Q 14: Os meios materiais de apoio didáctico de que dispõem foram elaborados:	1,63	1	63,0

(b) Aplicada a escala de Lickert sendo que 1: Discordo Totalmente....5: Concordo Totalmente

De acordo com a análise da tabela 5.3, referente à parte III, é-nos possível verificar que no que respeita à formação os militares das SPE não recebem qualquer formação inicial aquando o ingresso nas secções, assim como no desempenho de funções não recebem formação contínua/reciclagens, sendo que de acordo com as respostas obtidas na Q 9.3, os inquiridos concordam totalmente que a formação seria uma mais-valia para o desempenho de funções. No que diz respeito aos meios materiais (Q 9.4), os inquiridos discordam de que estas secções estejam dotadas de meios adequados, referindo ainda deste modo que os meios de apoio didácticos de que dispõem (Q 14) foram elaborados pelos próprios.

Outra das questões a referir é a uniformidade de procedimentos a nível nacional dado que 35,2% dos inquiridos discordam totalmente que esta uniformidade exista, contudo no que diz respeito à uniformidade de procedimentos ao nível do ComTer os inquiridos concordam totalmente com a sua existência (Q 9.7).

As SPE uma vez que se encontram sediadas nos DTer, segundo a Q 9.8, os inquiridos concordam que esta localização é adequada às necessidades contudo no que respeita à maior proximidade com a população estes não manifestam qualquer opinião (Q 9.6), sendo esta ideia reforçada com a Q 9.9, uma vez que, os inquiridos discordam totalmente que as SPE devam estar sediadas nos PTer.

Outras dos pontos importantes de salientar respeita ao desempenho de funções destes militares, uma vez que no que refere à acumulação de funções, que não estejam no âmbito das SPE (Q 9. 10), os inquiridos não manifestam a sua opinião (mo=3). De acordo com as respostas à Q 9.11 podemos verificar que 35,2% discordam totalmente com a monotonia laboral, sendo que no seu dia-a-dia tentam inovar e dinamizar nas tarefas que lhes estão incumbidas (Q 9.12), apresentando uma percentagem de 63,0% de respostas totalmente concordantes. No que respeita a visitas a idosos, comerciantes e às escolas os mesmos concordam que, a maioria destas acções são efectuadas por auto-iniciativa (Q 13).

Questionados os militares das SPE, se já receberam formação nesta área (Q 10)³⁰, 68,0% responde que não recebeu qualquer formação, contudo os 32,0% que receberam foi a nível institucional (Q 11³¹).

No que respeita à questão nº 12 não consta na tabela, dado que se apresenta como uma pergunta de resposta múltipla, podendo ser seleccionada mais do que uma opção. De acordo com o gráfico E.1³² a maioria dos militares desempenha funções em mais que um núcleo onde o maior número de respostas recai para o desempenho de funções nos núcleos ES (81%) e IS (40%). A pergunta nº 15 apresenta igualmente a possibilidade de escolha de mais do que uma opção de resposta, logo não consta na tabela, podemos concluir que de acordo com o gráfico E.2³³ os elementos das SPE encontram uma maior

³⁰ Ver Apêndice E: Análise dos Questionários

³¹ Ver Apêndice E: Análise dos Questionários

³² Ver Apêndice E: Análise dos Questionários.

³³ Ver Apêndice E: Análise dos Questionários.

dificuldade no desempenho das suas funções em virtude de desempenharem funções nos três núcleos (45%) e devido à falta de meios materiais e humanos (78%)

Tabela 5.4: Valores estatísticos da Parte IV

Parte IV: Desempenho e Eficácia das SPE(c)			
Variáveis	Média	Moda	Percentagem (%)
Q 19A: Nível de eficácias do NES.	4,51	5	51,6
Q 19B Nível de eficácia do NIS.	3,93	4	40,0
Q 19C: Nível de eficácia do NCS.	3,53	4	40,0

(c) Aplicada a escala de Lickert sendo que 1: Discordo Totalmente....5: Concordo Totalmente

Na parte IV e última do questionário, no que refere ao número de solicitações/diligências por ano foi-nos possível averiguar que na Q 16A, o NES apresenta um resultado de 50 a 100, no que respeita ao NIS (Q 16B) 0 a 50, e por último o NCS (Q 16C), apresenta um resultado de 0 a 50.

No que respeita às perguntas nº 17 e 18³⁴, possibilitando mais que uma resposta, é-nos possível constatar que na pergunta 17, para aumentar a eficácia das SPE seria necessário aumentar o número de parcerias (45%), os meios humanos (81%) e materiais (72%), assim como a formação (83%) adequada para o desempenho de funções

A eficácia destas secções (questão 18) pode ser afectada essencialmente por falta de efectivo (40%) e por falta de sensibilidade dos restantes militares para estas matérias (64%).

De acordo com a análise às questões 19A, 19B e 19C podemos verificar que os inquiridos concordam totalmente quanto ao grau de eficácia do NES apresentando uma $mo=5$, no que respeita à eficácia do NIS apresenta uma $mo=4$, dado que a maioria dos inquiridos concorda, e por último o NCS, apresenta igualmente uma $mo=4$ dado que os militares também concordam com o grau de eficácia dos referidos núcleos. Quanto à Q 20, uma vez questionados acerca da compatibilidade de desempenho de funções nos três núcleos os mesmos, apresenta um resultado de 50,0% para ambas as respostas, sendo desta forma difícil de tirar conclusões quanto à compatibilidade de desempenho em todos os núcleos das SPE.

³⁴ Ver Apêndice E: Análise dos Questionários.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente TIA tem por objectivo verificar a criação e funcionamento das SPE. Nesse sentido foi efectuado um estudo de caso aplicado aos Cmdt's de DTer e militares pertencentes às SPE dos respectivos DTer dos ComTer do Porto, Lisboa, Viseu e Portalegre.

Para o efeito foi inicialmente abordado o policiamento de proximidade e a sua implementação através da celebração de protocolos e parcerias, com as demais entidades que com a GNR colabora, seguidamente a questão da proximidade e a adequação de meios disponíveis para o exercício de funções. É ainda salientada a questão da formação para o ingresso nestas secções.

De acordo com as conclusões retiradas ao longo da parte teórica, revelou-se de extrema importância analisar e discutir resultados derivados do trabalho de campo, de modo a poder confirmar ou refutar as hipóteses colocadas na introdução do trabalho.

Neste capítulo será feita, inicialmente, a verificação das hipóteses, seguida da apresentação, das reflexões finais e recomendações do trabalho. Posteriormente, será feita referência às limitações da investigação, assim como propostas para investigações futuras.

6.1 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

A hipótese é uma suposição abstracta e é efectuada na tentativa de verificar a resposta dada a um determinado problema, ou seja caracteriza-se por ser uma suposição antecipada à constatação dos factos.

Finalizada a análise e discussão dos dados recolhidos podemos verificar que os objectivos deste trabalho foram cumpridos. Com o objectivo de obter a resposta à questão principal, irão ser, de seguida, validadas ou refutadas as hipóteses elaboradas no início do trabalho de acordo com as respostas às questões derivadas:

QD1: A GNR celebra com regularidade parcerias no âmbito dos programas especiais de policiamento com entidades locais?

Para dar resposta a esta questão, concorre a **H1: A GNR celebra parcerias no âmbito dos programas especiais com entidades locais com bastante regularidade**, a qual foi validada através da resposta dada à P 4 das entrevistas dado que 100% dos entrevistados concordam que a instituição celebra parcerias com entidades locais com bastante regularidade. Esta ideia é reforçada através da Q 8.1 e Q 8.2 dos questionários, visto que os inquiridos concordam ($x_m=3,70$ e $m_o=4$), assim como no cumprimento das mesmas com êxito/totalidade ($x_m=3,65$ e $m_o=4$).

QD2: As SPE têm acompanhado o evoluir das sociedades?

Para esta questão concorre a **H2: As SPE têm acompanhado o evoluir das sociedades**, que foi validada através da P 1, uma vez que 100% dos entrevistados concordam que estes programas postos em prática pelas SPE acompanharam o evoluir da sociedade.

QD3: Qual o efectivo de que dispõem, e se existe uma relação de proporcionalidade face às necessidades?

Para a QD3, concorre a **H3: A média actua de militares por SPE, de acordo com as exigências não responde às necessidades**, foi validada conforme as resposta obtidas na P 5 das entrevistas dado que 33,3% dos entrevistados referem que a média é de 2 militares por SPE o que se verifica ser manifestamente pouco, logo é necessário que exista uma relação de proporcionalidade entre o efectivo empenhado e as necessidades. Esta validação é reforçada pela Q 8.4 apresentando uma $m_o=5$, o que significa que os inquiridos concordam totalmente que deveriam ser recrutados mais militares para as SPE.

QD4: Ao nível da formação, a instituição promove alguma formação aos militares das SPE?

Concorrem para dar resposta à QD4 as **H4: Aquando o ingresso os militares não recebem qualquer formação, H5: No desempenho de funções nas SPE a GNR não promove reciclagens nem formação contínua e a H6: A formação e especialização das SPE são uma mais-valia para o desempenho de funções**, tendo sido desta forma validada pelas P 7 e P 8 das entrevistas, uma vez que na primeira 83,3% dos entrevistados discordam de que a instituição promova formação inicial aquando o ingresso nas SPE, e na segunda 100% dos entrevistados concordam que a instituição deveria apostar na formação destes militares, pois seria uma mais-valia para o desempenho de funções. É ainda de salientar a Q 9.1 ($x_m=2,20$) e a Q 9.2 ($x_m=2,13$) dos questionários, em que os inquiridos discordam totalmente da existência de formação inicial ou reciclagens/formação contínua, apresentando assim uma $m_o=1$, é ainda de salientar a Q 9.3 ($x_m=4,85$), apresentando 87,0% de respostas totalmente concordantes ($m_o=5$), no que respeita ao facto de a formação ser considerada uma mais-valia para o cumprimento da missão do efectivo das SPE.

QD5: O efectivo desempenha funções específicas de um dos núcleos ou acumula com outras funções?

Para dar resposta a esta QD, concorre a **H7: O efectivo para além das funções referentes aos núcleos acumula com outras funções**, de acordo com a análise à P 9 das entrevistas 66,7% dos entrevistados concordem que os militares estejam desempenhem em exclusividade as funções inerentes às SPE, e 33,3% discordam desta afirmação, contudo é de salientar que da percentagem concordante, os entrevistados afirmam que apesar de desempenharem estas funções em exclusividade, no entanto como estão sob a dependência directa dos Cmdt's de DTer podem realizar outras funções caso seja do entendimento do mesmo. De acordo com a análise à Q 9.10, 37,0% dos inquiridos não manifestam a sua opinião ($x_m=2,76$ e $m_o=3$), sendo desta forma refutada.

QD6: Os meios humanos e materiais correspondem às necessidades das SPE?

Para dar resposta à QD acima referenciada, concorre a **H8: As SPE deveriam aumentar o efectivo e melhorar os meios materiais para que possam responder com eficácia às necessidades**, foi validada, de acordo com a análise à P12 das entrevistas 66,7% dos entrevistados, discordam de que as SPE estejam dotadas de meios materiais e humanos adequados, uma vez que existe falta de meios sendo que o principal problema resida no

défice de meios humanos. Para reforçar esta ideia temos a análise à Q 9.4 dos questionários em que 35,2% dos inquiridos discordam de que as SPE estejam dotadas de meios materiais adequados ao desempenho de funções apresentando uma média de 2,72, assim como a análise à P 5 das entrevistas e Q 8.4, onde se evidencia o défice de meios humanos.

6.2 REFLEXÕES FINAIS

Este TIA teve por base a pergunta de partida “Núcleos de Programas Especiais: Que modelo?

O “policiamento de proximidade” é visto como eficaz, pela população inquirida, na diminuição do sentimento de insegurança, promovido pelas SPE junto das escolas, dos idosos e das zonas comerciais com maior afluência de pessoas.

Ao longo da elaboração deste trabalho, o autor pôde verificar que, no que respeita às SPE ainda se denotam muitas lacunas.

Estas lacunas verificam-se desde logo, no desempenho de funções dos militares das SPE, pois foi possível averiguar que a grande maioria não está afecto a nenhum dos núcleos em específico, desempenhando funções em todos, muito embora se possa verificar que alguns já estejam afectos a um núcleo em concreto.

Outra questão a discutir seria o ingresso nas SPE, uma vez que não está regulamentado, podemos concluir que não há nenhum critério específico sendo que a maioria destes militares ingressam por escolha do Cmdt de DTer, isto é, este determina um perfil tido como adequado e selecciona os militares para o desempenho destas funções.

Quanto aos protocolos com outras entidades, a GNR celebra com bastante frequência, tentando, na medida do possível, cumprir com as normas estabelecidas. No entanto apresentam-se algumas limitações, desde logo pela falta de efectivo, considerando-se a hipótese de serem recrutados mais elementos para fazer face às necessidades de forma a dar cumprimento ao estabelecido nos protocolos anteriormente referenciados. Cumulativamente à falta de efectivo, foi possível constatar que as SPE, apresentam um grande défice ao nível dos meios materiais, sendo estes inadequados e/ou insuficientes para o cumprimento da sua missão. Desta forma a GNR deveria apostar na inovação e criação de procedimentos de actuação uniformes a nível nacional.

Outra das questões importantes que se podia ver melhorada, reside nas funções desempenhadas por estes militares, uma vez que, tal como se pode verificar anteriormente, devido à falta de efectivo nos DTer e PTer, estes elementos acabam por desempenhar funções que se desassociam do serviço das SPE, desde o integrar a escala de graduado de serviço, ao apoio no atendimento ao público e serviço de secretaria. Desta forma, é possível concluir que os militares das SPE deveriam desempenhar apenas as funções inerentes das SPE podendo desta forma dedicarem-se exclusivamente aos problemas relacionados com esta vertente de modo a obterem melhores resultados.

No que se refere à formação, a maioria dos inquiridos não recebeu qualquer tipo de formação neste âmbito, contudo os que receberam foi no início da concepção deste modelo de policiamento, tendo sido promovida pela instituição. Actualmente podemos verificar que não se promove formação nesta área. Estes militares não recebem formação inicial nem

lhes é proporcionada formação contínua/reciclagens para o desempenho da sua missão, sendo a formação/especialização considerada uma mais-valia.

Os militares das SPE no seu dia-a-dia, deparam-se com algumas dificuldades, para além das enunciadas anteriormente, tais como a acumulação de funções, o grande número de solicitações e o desempenho de funções em todos os núcleos (dado que não estão afectos a nenhum dos núcleos, têm que dar resposta às solicitações dos três núcleos, NES, NIS e NCS). Estes militares referenciam ainda que a partilha de informação PTer/SPE, nem sempre ocorre como desejado, pois apresentam-se alguns entraves, principalmente a falta de sensibilidade dos restantes militares para estas questões.

Dos resultados obtidos, é-nos possível concluir que os referidos núcleos têm um empenhamento diferente de acordo com a sua localização geográfica, isto é, os DTer do Interior apresentam um maior número de solicitações no que respeita aos idosos, enquanto que, os DTer do Litoral apresentam um maior número de solicitações por parte das escolas e dos comerciantes. Perante esta realidade estes programas têm que se adaptar ao local onde estão concentrados de acordo com o público-alvo mais fragilizado.

Desta forma, julgamos estar em condições de responder à pergunta principal deste TIA. Das nove hipóteses colocadas, foram todas confirmadas. Através dos dados recolhidos, verificou-se que a maior parte dos inquiridos concordam que as SPE apresentam ainda grandes dificuldades na sua actuação em virtude do efectivo ser reduzido, os meios materiais de que dispõem, que apesar de serem utilizados, apresentam algumas limitações sobretudo as viaturas podendo ser melhorados.

Os militares que as integram as SPE deveriam receber formação/especialização promovida pela instituição, uma vez que actualmente se revela inexistente, de forma a poderem aumentar a eficácia das suas acções. Actualmente estes elementos são seleccionados por proposta do comandante de DTer. Para que esta selecção fosse feita correctamente deveria existir um concurso como se verifica E.g na Investigação Criminal, assim como a frequência de um curso de especialização.

Uma vez verificadas e colmatadas estas falhas, a GNR conseguiria atingir um modelo ideal para a actuação das SPE.

6.3 RECOMENDAÇÕES

No que diz respeito às recomendações, para que seja possível ir de encontro às necessidades das pessoas, que são a quem o “policiamento de proximidade” se destina, recomenda-se, neste trabalho, que os militares das SPE recebam formação específica direccionada exclusivamente para este tipo de policiamento, de forma a formarem-se “verdadeiros especialistas na matéria”, função esta que é tão solicitada e requer bastante do militar.

Propõem-se ainda que os militares das SPE se especializem num dos núcleos que as integra, desempenhando apenas essas funções, dado que a acumulação de funções, quer seja noutros núcleos quer na realização de outras funções em auxílio dos DTer e PTer, não lhes permite obter os resultados desejados, limitando-os nas suas acções.

Recomenda-se ainda que a GNR, proporcione um melhoramento dos recursos materiais, de modo a promover uma maior eficácia das SPE.

É ainda de salientar que, no que respeita à motivação e auto-iniciativa dos militares, face às dificuldades que ultrapassam, revelam uma atitude louvável denotando-se profissionalismo no que fazem inovando nas suas acções.

Outro dos aspectos a referir é a questão das SPE estarem sediadas nos DTer, é recomendável que assim continue, visto que desta forma conseguem responder uniformemente a todos os PTer.

6.4 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

Este trabalho apresenta desde logo uma grande limitação, que consiste ao curto período de tempo que nos é cedido para a sua elaboração.

No que respeita a pesquisa bibliográfica, houve dificuldade em encontrar uma grande diversidade de livros ou outros materiais, uma vez que a bibliografia é exígua em especial na GNR, pois não têm desenvolvido trabalho nesta área, o que dificulta o enriquecimento da parte teórica.

Quanto ao trabalho de campo, apraz-me referir que, para além das dificuldades encontradas na elaboração dos questionários e entrevistas, sendo estes os métodos mais utilizados pelos Aspirantes na elaboração do TIA, estes implicam sobrecarga dos oficiais da GNR limitando-os desta forma nas respostas dado que, há prazos a cumprir e nem sempre conseguem responder atempadamente, devido à multiplicidade de solicitações em acumulação com o cumprimento das suas funções enquanto Cmdt's.

Outra limitação subjacente ao trabalho deve-se ao facto do quantitativo utilizado na presente amostra ser reduzido e longe do desejável pois deste modo pode afectar a representatividade da população em estudo. A vasta ZA da GNR também se apresenta como uma limitação dado que nos dificulta os deslocamentos aos ComTer em estudo.

6.5 PROPOSTA DE INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Depois de elaborado o presente TIA, na opinião do autor considera-se pertinente que futuramente seja efectuada uma investigação a nível nacional para saber qual a actual constituição das SPE nos restantes Comandos Territoriais, e que medidas podem ser adoptadas para melhorar a capacidade de trabalho das mesmas, assim como a dotação de meios materiais e humanos considerada adequada (NEP 3.58, de 26 de Novembro de 2010).

Seria interessante realizar um estudo que levantasse como questão o benefício de existir um concurso para ingressar as SPE, bem como condições de acesso e especialização nos diversos núcleos que as compõem.

Seria ainda de interesse realizar um estudo onde se pretendesse como objectivo final estabelecer normas e procedimentos de actuação uniformes para toda a instituição de modo a posteriormente possibilitar a criação de manuais e a disponibilização de materiais didácticos aos elementos que desempenham funções na SPE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS:

- ALVES, A. C. (2008). *Em Busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Edição da Revista da Guarda Nacional Republicana.
- BARDIN, L. (2009). *Análise de Conteúdo* (4.ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- BELL, J. (2010). *Como Realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva
- CLEMENTE, P. (1998). *Da Polícia de Ordem Pública*. Lisboa: Edição do Governo Civil do Distrito de Lisboa
- COSTA, A. (1996). *Para a Modernização da Actividade Policial*. Lisboa: Ministério da Administração Interna
- DIAS, A. (2001). *Liberdade, Cidadania e Segurança*. Coimbra: Almedina.
- ESTRELA, E., SOARES, M., LEITÃO, M. (2008). *Saber Escrever uma Tese e Outros Textos*. Lisboa: Dom Quixote
- FENECH, G. (2001). *Tolerância Zero, Acabar com a Criminalidade e a Violência*, Mem Martins. Editorial Inquérito.
- FERREIRA, C. M. S. (2000). *A globalização dos Novos Modelos de Policiamento*. Lisboa: ISCPSI.
- FORTIN, M. F. (2003). *O processo de Investigação da concepção à Realização* (3.ª ed.). Loures: Lusociência.
- GHIGLIONE, R., & MATALON, R. (2001). *O Inquérito* (C. Pires., A. Maurice., G. Monteiro, Trad.) (4ª ed.) Oeiras: Celta Editora. (Trabalho original publicado em 1977, 1998)
- GIDDENS, A. (2004). *Sociologia* (Baltazar, A., Figueiredo, A., Gil, V., Matos, P., Silva, C., Trad.) (4.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Trabalho original publicado em 2001). (Trabalho original em inglês).
- GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (2006). *Memorando, Programa Escola Segura*. Lisboa: Carmo.
- HILL, M. & HILL, A. (2009). *Investigação por Questionário* (2.ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- JANKOWSKI, B. (1993). *La Police de Proximité: Regard de la Recherche sur un Nouveau Style de Police*. Paris: La Documentation Française

- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. (1999). *Policiamento de Proximidade Técnicas de Proximidade*. Gráfica Peres
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (1999). *Programa Integrado de Policiamento de Proximidade, Programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança”*.
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. (2002). *Forças de Segurança e Investigação Científica, Um Espaço de reflexão*. Gráfica Peres
- MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (1998), *Policiamento de Proximidade, Segurança e Democracia. Conferência Internacional*. Lisboa: Imprensa Municipal.
- OLIVEIRA, J. F., (2006). *As Políticas de segurança e os Modelos de Policiamento, A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Lisboa: Almedina.
- PEREIRA, A., & POUPA, C. (2008). *Como escrever uma Tese Monografia ou Livro Científico usando o Word (4.ª ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais (5.ª ed.)*. Lisboa: Gradiva.
- SARMENTO, Manuela. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada (2.ª ed.)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS:

- COPETO, R. (2011). *A GNR e o Policiamento de Proximidade e Segurança Comunitária. Segurança e Defesa*, nº 16 (Jan-Mar), pp 48-54.

RELATÓRIOS, REUNIÕES E OUTROS:

- ACADEMIA MILITAR (2008). *Orientações para Redacção de Trabalhos*. Lisboa: Academia Militar.
- CCFSS/GNR/PSP (s.d.). *Autoridade e Clima de Segurança, o Programa Escola Segura*. Lisboa: PowerPoint
- DIAS, J. (2006). *Memorando, Sistema Colectivo de Segurança*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana, 3ª Repartição.
- DICIOPÉDIA UNIVERSAL MULTIMÉDIA (2003). Porto: Editora, Edição em CD-ROM

ENDEREÇOS DE INTERNET:

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa - <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=log%C3%ADstica> (consultado a 11 de Maio de 2011 às 10h25m)

GILSON, L., MATHIEU, J., MAYNARD, M.T.& RAPP, T. (2008, Junho). Team Effectiveness 1997-2007: A Review of Recent Advancements and a Glimps Into the Future, *Journal of Management*, 34 (3), 410-463. Recuperado em 9 de Junho, 2001 de <http://jom.sagepub.com/>

GNR (s.d.). Programas Especiais. Consultado a 29 de Junho, disponível em:

http://www2.gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5_r52rpn5/241t1nzn5#

Portal da PSP: <http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/pipp.aspx?menu=1> (consultado em 10-07-2011)

SITES CONSULTADOS:

Dicionário On-line: www.portoeditora.pt

Fornece definições de palavras (Acedido em 13 de Junho de 2011). Guarda Nacional

Guarda Nacional Republicana: www.gnr.pt

Fornece informações e artigos acerca da GNR (Acedido em 3 de Junho de 2011).

Instituto Nacional de Estatística: www.ine.pt

Fornece informações estatísticas a nível nacional (Acedido em 3 de Junho de 2011).

Ministério da Administração Interna: www.mia.gov.pt

Apresenta informações sobre o seu organigrama, os seus responsáveis, programas e vários organismos ligados ao Ministério (Acedido em 1 de Junho de 2011).

Portal do Governo www.portugal.gov.pt

Reúne informações e documentos sobre Portugal e o Governo Português desde 1974 (Acedido em 1 de Junho de 2011).

Polícia de Segurança Pública: www.psp.pt (consultado a 20 de Junho de 2011 às 22h00);

MONOGRAFIAS:

ANTÓNIO, M. F. (2003). *Necessidade e Efeitos da Proximidade Policiais, Tese de Final de Curso em Ciências Policiais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

LEGISLAÇÃO:

Código Deontológico do Serviço Policial.

Código de Conduta do Militar da Guarda.

Código de Honra do Militar da Guarda.

Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de Outubro de 2009, Diário da República, 1.ª série — N.º 199.

Decreto-Lei Nº 31/99 de 19 de Novembro – Estabelece um conjunto de medidas a serem utilizadas no Policiamento de Proximidade.

Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de Novembro de 2008, Diário da República, 1.ª série — N.º 231.

Despacho n.º 53/2009 – OG, de 15 de Março de 2010.

Despacho Conjunto Nº 25650/06 de 19 de Dezembro – Define as regras do Programa Escola Segura.

Directiva Estratégica nº 10/2006 de 15 de Maio

Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro de 2007, Diário da República, 1.ª série — N.º 213.

Portaria n.º 1450/2008, de 16 de Dezembro de 2008, Diário da República, 1.ª série — N.º 242.

Lei Nº 33/98, de 18 de Junho – Aprova a criação dos Concelhos Municipais de Segurança tal como as suas funções e competências.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2009.

Relatório Anual de Segurança Interna de 2010

APÊNDICES



APÊNDICE A: GUIÃO DAS ENTREVISTAS

ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares - Especialidade de Segurança (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

NÚCLEOS DE PROGRAMAS ESPECIAIS: QUE MODELO?

AUTOR: Aspirante de Infantaria Sónia Daniela de Sá Machado

ORIENTADOR: Tenente da GNR Gonçalo Brito

ACADEMIA MILITAR

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

NÚCLEOS DE PROGRAMAS ESPECIAIS: QUE MODELO?

Carta de apresentação

A presente entrevista enquadra-se no âmbito da realização de um Trabalho de Investigação Aplicada cujo tema é “Núcleos de Programas Especiais: que modelo?”.

É objectivo desta entrevista recolher dados sobre a sua visão pessoal e profissional acerca da criação, desenvolvimento e o actual desempenho destas secções, (mais especificamente os núcleos que as compõem sendo eles em particular o Núcleo da Escola Segura, Núcleo de Comércio Seguro e Núcleo de Idosos em Segurança), bem como, as maiores dificuldades sentidas pelas secções no desempenho das suas actividades. Para isso pretende-se fazer uma análise de conteúdo dos dados recolhidos, entrevistando alguns Oficiais que se relacionam ou relacionaram com este tema.

O guião que se apresenta tem como finalidade, estabelecer uma ordem e um fio condutor para os temas a abordar durante a mesma.

Antes de iniciar a entrevista, solicita-se que o entrevistado faça a sua identificação e um breve resumo do seu percurso e experiência profissional, bem como as funções que exerceu neste âmbito.

Desta forma solícito a V. Ex.^a que me conceda esta entrevista como forma de valorizar o presente trabalho, e caso me conceda esta entrevista, para garantir os interesses de V. Ex.^a, colocarei à disposição se assim o pretender, a transcrição da mesma bem como os dados resultantes da sua análise, antes da exposição pública do trabalho.

Grato pela colaboração

Atenciosamente

A.1: ENTREVISTA

1. Com a Lei 63/2007, de 06 de NOV, que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana (GNR), foi alterada a designação de Núcleos de Programas Especiais para Secções de Programas Especiais, que estão organicamente compostas na estrutura dos Destacamentos Territoriais. A seu entender estes programas acompanharam o evoluir da sociedade?
2. Em que sentido têm evoluído, conseguem realmente estes programas dar resposta às necessidades que levaram à sua criação? (Ou corresponder às expectativas a que foram propostos?)
3. A criação destes programas tem tido por base protocolos celebrados conjuntamente com outras entidades. Tem a GNR correspondido aos objectivos propostos? (Se sim de que forma? Existe alguma dificuldade em cumprir as medidas celebradas por parte das forças de segurança?)
4. A GNR celebra com alguma regularidade parcerias com entidades locais?
5. As secções de programas especiais estão organicamente constituídas nos Destacamentos Territoriais, qual o efectivo que suportam e qual o número de militares empenhados nestes programas? (Existe alguma relação proporcional entre as necessidades e o efectivo empenhado?)
6. Visto estarem sediados no DTER, respondem de igual forma às solicitações dos restantes PTER dos Destacamentos? (Ou empenham-se maioritariamente no PTER sede?)
7. A nível de formação dos militares que integram estas secções, existiu em tempos uma breve formação ao nível da Escola Segura. Existem actualmente algumas limitações nesta área? (A nível institucional são feitas reciclagens/formação contínua? Em que moldes?)
8. Caso não seja ministrada qualquer tipo de formação, a instituição GNR deveria apostar na formação dos militares que integram estas secções, dado que contactam diariamente com questões sensíveis?
9. Os militares afectos a estas secções desempenham apenas e só este serviço específico ou podem acumular com outras funções?
10. As secções abrangem uma diversidade de matérias, e subdividem-se em vários núcleos que tratam de matérias díspares. O efectivo destas secções está seleccionado e dividido pelos diversos núcleos ou são os mesmos militares que põem em prática as mais diversas acções solicitadas pelo exterior?

11. Ainda relativamente ao efectivo, em que moldes é feita a selecção dos militares que integram as SPE, existem algumas características específicas que prevaleçam no ingresso?
12. Relativamente aos meios materiais e humanos. Em termos genéricos os meios humanos têm capacidade de resposta? (Dispõem estas secções de meios adequados para a actividade que desenvolvem?)
13. De acordo com as funções que desempenhou, qual foi para si o marco mais significativo relativamente às SPE?
14. Na sua opinião e numa perspectiva futura, que propostas poderiam ser apresentadas para uma maior eficiência na aplicação destes programas especiais?

APÊNDICE B: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

B.1: ENTREVISTADOS

B 1.1: ENTREVISTADO 1

1. **Com a Lei 63/2007, de 06 de NOV, que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana (GNR), foi alterada a designação de Núcleos de Programas Especiais para Secções de Programas Especiais, que estão organicamente compostas na estrutura dos Destacamentos Territoriais. A seu entender estes programas, acompanharam o evoluir da sociedade?**

R: Na sua totalidade não, no entanto foram acompanhando algumas das principais problemáticas que foram emergindo/evoluindo na sociedade.

2. **Em que sentido têm evoluído, conseguem realmente estes programas dar resposta às necessidades que levaram à sua criação? (Ou corresponder às expectativas a que foram propostos?)**

R: A sua evolução foi insignificante, já que, se inicialmente conseguiram fazer face ao problema das escolas, actualmente a capacidade de resposta é bastante reduzida.

3. **A criação destes programas tem tido por base protocolos celebrados conjuntamente com outras entidades. Tem a GNR correspondido aos objectivos propostos? (Se sim de que forma? Existe alguma dificuldade em cumprir as medidas celebradas por parte das forças de segurança?)**

R: Efectivamente resultam da celebração de protocolos com organismos públicos/outras entidades, mediante objectivos que a Guarda consegue cumprir. As dificuldades existem sempre, face aos meios disponíveis para esse efeito.

4. **A GNR celebra com alguma regularidade parcerias com entidades locais?**

R: Neste momento desconheço, mas é normal acontecer.

5. **As secções de programas especiais estão organicamente constituídas nos Destacamentos Territoriais, qual o efectivo que suportam e qual o número de militares empenhados nestes programas? (Existe alguma relação proporcional entre as necessidades e o efectivo empenhado?)**

R: Quando foram criados os Núcleos Escola Segura o efectivo mínimo era de dois militares, existindo núcleos com mais militares, actualmente desconheço o efectivo de cada SPE.

6. Visto estarem sediados no DTER, respondem de igual forma às solicitações dos restantes PTER dos Destacamentos? (Ou empenham-se maioritariamente no PTER sede?)

R: A SPE embora, na maioria dos casos, esteja sediada no Comando do DTer, serve de igual forma todos os Postos desse Comando.

7. A nível de formação dos militares que integram estas secções, existiu em tempos uma breve formação ao nível da escola segura. Existem actualmente algumas limitações nesta área? (A nível institucional são feitas reciclagens/formação contínua? Em que moldes?)

R: Quando foram criados os NES a formação dos militares foi nula, situação que presumo ainda se manter.

8. Caso não seja ministrada qualquer tipo de formação, a instituição GNR deveria apostar na formação dos militares que integram estas secções, dado que contactam diariamente com questões sensíveis?

R Deveria ser obrigatória.

9. Os militares afectos a estas secções desempenham apenas e só este serviço específico? (Ou podem acumular com outras funções?)

R: Actualmente desconheço. Quando foram criados os NES era em regime de exclusividade.

10. As secções abrangem uma diversidade de matérias, e subdividem-se em vários núcleos que tratam de matérias díspares. O efectivo destas secções está seleccionado e dividido pelos diversos núcleos ou são os mesmos militares que põem em prática as mais diversas acções solicitadas pelo exterior?

R: Desconheço, no entanto aquando da sua criação foram dadas indicações que deveriam ser efectivos distintos para cada situação, pelo menos no que diz respeito aos jovens e idosos. Abordar temáticas sobre segurança com jovens/crianças é diferente dos idosos.

11. Ainda relativamente ao efectivo, em que moldes é feita a selecção dos militares que integram as SPE, existem algumas características específicas que prevaleçam no ingresso?

R: Do antecedente era mediante proposta do Comandante do Destacamento tendo em conta determinadas características dos militares.

12. Relativamente aos meios materiais e humanos. Em termos genéricos os meios humanos têm capacidade de resposta? (Dispõem estas secções de meios adequados para a actividade que desenvolvem?)

R: Desconheço.

13. De acordo com as funções que desempenhou, qual foi para si o marco mais significativo relativamente às SPE?

R: O marco significativo pela positiva foi a criação dos NES e posteriormente a criação das SPE englobando os vários programas existentes. Pela negativa foi o facto de na prática tudo isto não funcionar convenientemente.

14. Na sua opinião e numa perspectiva futura, que propostas poderiam ser apresentadas para uma maior eficiência na aplicação destes programas especiais?

R: Em primeiro lugar seleccionar convenientemente os militares que prestam serviço nas SPE. Em segundo lugar criar um plano de formação específico para cada área de actuação. Em terceiro lugar dotar as SPE de meios humanos e materiais suficientes para desenvolver com eficiência os objectivos para cada programa, nomeadamente escola segura, idosos e comércio. Por último este serviço deveria ser considerado como uma especialidade. A Guarda deveria apostar nos programas de proximidade.

B. 1.2: ENTREVISTADO 2

1. Com a Lei 63/2007, de 06 de NOV, que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana (GNR), foi alterada a designação de Núcleos de Programas Especiais para Secções de Programas Especiais, que estão organicamente compostas na estrutura dos Destacamentos Territoriais. A seu entender estes programas acompanharam, o evoluir da sociedade?

R: Os PE de iniciativa ministerial existentes têm como objectivo prevenir a criminalidade numa determinada área da sociedade. Ou seja, sempre que uma área da sociedade é alvo de uma vaga de crime, a tutela cria um programa, são exemplos os programas “Táxi Seguro”, “Abastecimento Seguro” e “Farmácia Segura”, que se encontram agora integrados numa única plataforma chamada “Central de Alarmes”. Outros PE de iniciativa da GNR, tentam responder a problemas locais, através do policiamento de proximidade, são exemplo “A operação azeitona segura” e o projecto “Residência Segura”. Dito isto e sem ter falado em todos os programas, considero que quer numa perspectiva local, quer nacional, os programas existentes são os suficientes e respondem às necessidades das populações.

2. Em que sentido têm evoluído, conseguem realmente estes programas dar resposta às necessidades que levaram à sua criação? (Ou corresponder às expectativas a que foram propostos?)

R: Os programas são criados para responder a situações de criminalidade apresentando uma solução através do policiamento ou do uso da tecnologia entretanto existente. Considero que a generalidade dos programas tem conseguido corresponder às expectativas, sendo não raras vezes alvo de elogios, quer em seminários nacionais quer internacionais.

3. A criação destes programas tem tido por base protocolos celebrados conjuntamente com outras entidades. Tem a GNR correspondido aos objectivos propostos? (Se sim de que forma? Existe alguma dificuldade em cumprir as medidas celebradas por parte das forças de segurança?)

R: A GNR tem conseguido cumprir os protocolos assinados com outras instituições, porque só os assina quando isso não trazer entraves ao cumprimento da sua missão e não existam encargos financeiros para a GNR. No entanto os protocolos assinados pela tutela que atribuem tarefas às GNR, nem sempre acautelam as necessidades da GNR para o seu cumprimento. Em ambas as situações a GNR tem atingido os objectivos propostos.

4. A GNR celebra com alguma regularidade parcerias com entidades locais?

R: Localmente a GNR é solicitada, com bastante frequência, para integrar parcerias com várias entidades, no âmbito de diversas problemáticas (VD, apoio a idosos, protecção de crianças, etc.)

5. As secções de programas especiais estão organicamente constituídas nos Destacamentos Territoriais, qual o efectivo que suportam e qual o número de militares empenhados nestes programas? (Existe alguma relação proporcional entre as necessidades e o efectivo empenhado?)

R: O mesmo despacho que altera a denominação de NPE para SPE (Despacho nº 53/09 publicado na Ordem à Guarda, de 15 de Março), prevê também que as SPE tenham um efectivo, de 7 a 10 militares. Sabendo que existem 81 SPE e cerca de 240 militares, verificamos uma média de 3 militares por cada SPE, logo muito abaixo do necessário, uma vez que os militares das SPE tem como responsabilidade o cumprimento de todos os PE, devendo para isso estarem constituídos em Núcleos (NES, NIS e NCS).

6. Visto estarem sediados no DTER, respondem de igual forma às solicitações dos restantes PTER dos Destacamentos? (Ou empenham-se maioritariamente no PTER sede?)

R: A SPE à semelhança do NIC e do NPA, são estruturas na dependência do Cmdt do DTer, cuja área de jurisdição é a área do DTer.

7. A nível de formação dos militares que integram estas secções, existiu em tempos uma breve formação ao nível da escola segura. Existem actualmente algumas limitações nesta área? (A nível institucional são feitas reciclagens/formação contínua? Em que moldes?)

R: A formação é o “calcanhars de Aquiles” do modelo de policiamento de proximidade na GNR, por não existir qualquer formação para os militares que integram as SPE, ao contrário das outras valências, já referidas como é a Investigação criminal ou a protecção do ambiente. Assim, sem militares devidamente formados não podemos avaliar se os objectivos são ou não cumpridos.

8. Caso não seja ministrada qualquer tipo de formação, a instituição GNR deveria apostar na formação dos militares que integram estas secções, dado que contactam diariamente com questões sensíveis?

R: A formação dos militares da SPE é essencial para uma melhor qualidade do serviço prestado.

9. Os militares afectos a estas secções desempenham apenas e só este serviço específico? (Ou podem acumular com outras funções?)

R: Os militares das SPE podem prestar outros serviços, sempre que o Cmdt do DTer assim o entenda. Não existindo uma NEP que regule as SPE, os critérios do seu empenhamento são definidos pelo Cmdt do DTer.

10. As secções abrangem uma diversidade de matérias, e subdividem-se em vários núcleos que tratam de matérias díspares. O efectivo destas secções está seleccionado e dividido pelos diversos núcleos ou são os mesmos militares que põem em prática as mais diversas acções solicitadas pelo exterior?

R: Verifica-se que existe um número reduzido de SPE que estão divididas em núcleos, mas sendo a média de 3 militares por SPE e mais de 50% são compostas por 2 militares, constata-se que são os mesmos militares a operacionalizar todos os PE.

11. Ainda relativamente ao efectivo, em que moldes é feita a selecção dos militares que integram as SPE, existem algumas características específicas que prevaleçam no ingresso?

R: Como já referido não existe uma NEP que regule as SPE, logo não estão definidos critérios de acesso á SPE, ficando ao livre arbítrio dos Cmdt de CTer e de DTer.

12. Relativamente aos meios materiais e humanos. Em termos genéricos os meios humanos têm capacidade de resposta? (Dispõem estas secções de meios adequados para a actividade que desenvolvem?)

R: Sobre os meios humanos como já referido são insuficientes, no que diz respeito aos meios materiais, são os suficientes para o número de militares existentes.

13. De acordo com as funções que desempenhou, qual foi para si o marco mais significativo relativamente às SPE?

R: O reconhecimento da população pelo trabalho desenvolvido, quer por particulares quer por instituições, sendo todos unânimes em louvar o trabalho da GNR no âmbito do policiamento de proximidade e segurança comunitária.

14. Na sua opinião e numa perspectiva futura, que propostas poderiam ser apresentadas para uma maior eficiência na aplicação destes programas especiais?

R: Para além da aprovação para breve da NEP que regula os PE na GNR e do curso para os militares das SPE, a existência de uma filosofia de partilha de boas práticas na GNR é fundamental para o sucesso do modelo de policiamento de proximidade e segurança comunitária na GNR.

B.1.3: ENTREVISTADO 3

1. Com a Lei 63/2007, de 06 de NOV, que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana (GNR), foi alterada a designação de Núcleos de Programas Especiais para Secções de Programas Especiais, que estão organicamente

compostas na estrutura dos Destacamentos Territoriais. A seu entender estes programas acompanharam, o evoluir da sociedade?

R: É notório que houve uma tentativa de acompanhamento da evolução destes programas, em relação às necessidades actuais da sociedade, tendo sido criados várias valências destinadas a suprimir deficiências ou lacunas de vários sectores específicos da nossa sociedade.

2. Em que sentido têm evoluído, conseguem realmente estes programas dar resposta às necessidades que levaram à sua criação? (Ou corresponder às expectativas a que foram propostos?)

R: Esta evolução terá sido bem pensada/planeada, no entanto no terreno e no sentido prático essa evolução não aconteceu, ou seja, foram criadas várias valências integradas nas SPE, mas não houve um melhoramento das condições de trabalho, tanto ao nível logístico (equipamentos, viaturas etc. ...), como ao nível humano, em que os mesmos militares inicialmente afectos aos NES, ficaram ainda responsáveis entre outros, com o programa Apoio 65 – Idosos em segurança, Comércio seguro. Por estes motivos, será evidente que as expectativas criadas no início, não terão sido satisfeitas

3. A criação destes programas tem tido por base protocolos celebrados conjuntamente com outras entidades. Tem a GNR correspondido aos objectivos propostos? (Se sim de que forma? Existe alguma dificuldade em cumprir as medidas celebradas por parte das forças de segurança?)

R: Como referido na questão anterior, com os protocolos existentes entre entidades e o apoio por nós solicitado a outras tantas entidades, resulta que não se terá conseguido atingir os objectivos, uma vez que as escolas exigem muito de nós, uma presença física constante, bem como um número significativo de ocorrências e por isso temos alguma dificuldade em cumprir um policiamento assertivo junto, por exemplo dos idosos e do comércio.

4. A GNR celebra com alguma regularidade parcerias com entidades locais?

R: Actualmente, esta Secção através do DTer tem um protocolo assinado com o Governo Civil de Portalegre no âmbito do Projecto “Escolinha de Prevenção Rodoviária” do Núcleo Escola Segura. Pontualmente são feitas solicitações para apoio e patrocínios de iniciativas desta Secção, tanto no âmbito da Escola Segura, como do Comércio Seguro e Apoio 65. As relações com as várias entidades são excelentes, e não existem dificuldades em ver cumpridas as nossas solicitações.

5. As secções de programas especiais estão organicamente constituídas nos Destacamentos Territoriais, qual o efectivo que suportam e qual o número de militares empenhados nestes programas? (Existem alguma relação proporcional entre as necessidades e o efectivo empenhado?)

R: É fundamental a relação entre as necessidades e o efectivo empenhado. Aqui reside de facto o cerne de toda a questão, uma vez que só é possível atingir os objectivos propostos, se possuímos um efectivo eficaz para fazer face às várias solicitações com que nos

deparamos no dia-a-dia. Para o NES, este DTer dispunha de dois elementos, e são esses mesmos dois elementos que acumulam as funções e valências que entretanto foram sendo criadas.

6. Visto estarem sediados no DTER, respondem de igual forma às solicitações dos restantes PTER dos Destacamentos? (Ou empenham-se maioritariamente no PTER sede?)

R: As respostas às solicitações são de uma forma equitativa para todos os PTER independentemente da ZA ou do respectivo Posto. A diferença de actuação nas respectivas áreas, apenas tem a ver com o volume de ocorrências, quase totalmente no âmbito da ES.

7. A nível de formação dos militares que integram estas secções, existiu em tempos uma breve formação ao nível da escola segura. Existem actualmente algumas limitações nesta área? (A nível institucional são feitas reciclagens/formação contínua? Em que moldes?)

R: Não são feitas nem formações nem reciclagens para os militares afectos a estes programas. Em relatórios anteriores, tem sido feitas várias propostas nesse sentido, pois os militares que vêm integrando estas secções não dispõem de formação específica, o que se torna essencial, pois ao nível da ES, temos que ter em linha de conta que maioritariamente falamos com pessoas de formação académica muito superior e existe a necessidade de desmistificar aquela imagem anterior que existia, em que no início, os militares que tinham problemas ao nível físico, psicológico e que não podiam integrar as escalas dos PTER, eram “desviados” para um serviço dito mais “leve”, ou seja ES. Muitas das vezes a inaptidão destes militares eram por demais evidentes. Já propus a adaptação do símbolo da ES para um símbolo específico e que possa agregar as várias valências das secções, bem como aproveitando as férias escolares de verão, para dotar todas as secções e seus militares de suportes informáticos e formação específica sobre os mais e variados temas, E.g. o tema sobre “bullying”, fosse dado por militares diferentes, mas com a mesma apresentação e materiais didácticos. Esta seria uma forma de adaptar as secções e preparar ao nível da ES o ano lectivo seguinte.

8. Caso não seja ministrada qualquer tipo de formação, a instituição GNR deveria apostar na formação dos militares que integram estas secções, dado que contactam diariamente com questões sensíveis?

R: Sim. Claramente pelos motivos expostos na questão anterior, acrescido da sensibilidade que é necessário ter quando por exemplo de manhã estamos a tratar de assuntos numa escola e à tarde estamos a resolver um assunto com um idoso. É claro que o tipo de discurso é bem diferente e todos temos que ter isso sempre bem presente.

9. Os militares afectos a estas secções desempenham apenas e só este serviço específico? (Ou podem acumular com outras funções?)

R: No caso do DTer de Portalegre, os dois militares afectos desempenham, funções na secção, reforçando os Postos no âmbito de outras missões distintas sempre que necessário.

O Chefe da Secção integra ainda a escala de Graduado dia ao ComTer de Portalegre, e o militar mais moderno a escala de atendimento em reforço do Posto sede do DTer.

10. As secções abrangem uma diversidade de matérias, e subdividem-se em vários núcleos que tratam de matérias díspares. O efectivo destas secções está seleccionado e dividido pelos diversos núcleos ou são os mesmos militares que põem em prática as mais diversas acções solicitadas pelo exterior?

R: Apesar da secção se encontrar devidamente dividida por núcleos e valências, isso só acontece em termos administrativos e de resolução de expediente, no tocante à parte prática, essa divisão não existe, sendo que os dois militares tratam de todos os assuntos relativos à secção.

11. Ainda relativamente ao efectivo, em que moldes é feita a selecção dos militares que integram as SPE, existem algumas características específicas que prevaleçam no ingresso?

R: Actualmente, no ComTer de Portalegre, os últimos dois militares que ingressaram nas secções, foram submetidos a provas de selecção, como sendo utilização de computadores em trabalhos de Excel, Word, prova de legislação rodoviária e apresentação de diapositivos PowerPoint. Depois dessa avaliação é que foram seleccionados os que obtiveram nota mais elevada.

12. Relativamente aos meios materiais e humanos. Em termos genéricos os meios humanos têm capacidade de resposta? (Dispõem estas secções de meios adequados para a actividade que desenvolvem?)

R: Digamos que se dispõe dos serviços mínimos, ou seja, em termos materiais contamos com uma viatura (com mais de 350.000Km), cedida pelo Governo Civil de Portalegre, que ainda assim inicialmente esteve afecta ao serviço Núcleo de Investigação Criminal e só depois veio para a ES. Encontra-se com bastantes deficiências e transmite uma imagem negativa, uma imagem de uma Guarda velha e desactualizada, contrariamente aquilo que todos nós pretendemos e desejamos, que é prestar um bom serviço em prol daqueles que de nós mais necessitam. Como já referi, nos meios humanos reside o principal problema, pois numa apreciação do nosso serviço, temos que ter a humildade suficiente para admitir que o volume do serviço desta secção será na ordem dos 90% de âmbito ES, 5% de âmbito do programa Apoio 65, e os restantes 5% divididos pelo CS e outros serviços desenvolvidos.

13. Não lhe foi solicitada esta resposta.

14. Na sua opinião e numa perspectiva futura, que propostas poderiam ser apresentadas para uma maior eficiência na aplicação destes programas especiais?

R: A começar pela dotação de meios materiais mínimos mas eficazes para a competente realização do serviço, como sendo viaturas modernas (a actual tem mais de 14 anos). Essas viaturas devem estar preparadas para o policiamento aos idosos, que na nossa área existem muitos em zonas de campo e mato, com acessos inultrapassáveis por um veículo ligeiro tipo fiat punto, citroen saxo entre outras.

Um ponto essencial para a imagem seria a criação de um símbolo para as secções à semelhança de tantas outras especialidades, como por exemplo a investigação criminal em que o seu símbolo é um “peneireiro”. Neste caso e como símbolo da sapiência, estudo, a minha proposta vai no sentido de adoptarmos como símbolo o mocho, ao qual todos desde pequenos associamos á sabedoria, estudo, em detrimento do actual símbolo que só serve o NES e ao qual eu tenho uma opinião muito nefasta, pois este símbolo é muitas das vezes associado aos sanitários públicos. De seguida todos os militares afectos às secções deveriam passar uma actualização de conhecimentos e ser-lhes atribuído um diploma dessa mesma formação, (tal como por exemplo um curso de investigação criminal...). Os militares que venham a ser aprovados para integrarem as secções, deveriam também ser sujeitos a uma formação com curso adequado com atribuição de diploma.

Todos os anos e no período das férias escolares de verão, por fases, os militares passariam pelo centro de formação (Escola da Guarda, Queluz/Portalegre), onde receberiam materiais e formação para o próximo ano lectivo na parte de escola segura, mas também de todas as outras valências.

Para que seja possível produzir um policiamento assertivo, de visibilidade e proximidade nos vários núcleos e serviços ou valências das secções, seriam no caso do ComTer de Portalegre, necessários pelo menos mais 3 militares, para que dois ficassem afectos à escola segura, um ao comércio seguro, outro ao apoio 65 e o outro militar para os restantes serviços da secção, como sendo o táxi seguro, tabaco seguro, SOS azulejo, igreja segura. Temos ainda que ter em conta todo o serviço burocrático da secção (que cada vez é mais), apoiando-se todos os elementos sempre que necessário nas mais diversas actividades da secção.

B.1.4: ENTREVISTADO 4

1. Com a Lei 63/2007, de 06 de NOV, que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana (GNR), foi alterada a designação de Núcleos de Programas Especiais para Secções de Programas Especiais, que estão organicamente compostas na estrutura dos Destacamentos Territoriais. A seu entender estes programas acompanharam, o evoluir da sociedade?

R: Os programas sim acompanharam, contudo a designação da estrutura foi alterada, mas os meios são os mesmos. No nosso caso, cada SPE tem 2 militares apenas, sendo são estes que desempenham todas as funções da Secção.

2. Em que sentido têm evoluído, conseguem realmente estes programas dar resposta às necessidades que levaram à sua criação? (Ou corresponder às expectativas a que foram propostos?)

R: De um modo geral os programas respondem às necessidades, mas um reforço de efectivo permitiria que pudessem abranger um maior número de pessoas, sabendo que os públicos-alvo dos programas são distintos.

3. A criação destes programas tem tido por base protocolos celebrados conjuntamente com outras entidades. Tem a GNR correspondido aos objectivos propostos? (Se sim de que forma? Existe alguma dificuldade em cumprir as medidas celebradas por parte das forças de segurança?)

R: Neste Comando não existe qualquer protocolo com instituições em particular.

4. A GNR celebra com alguma regularidade parcerias com entidades locais?

R: Sim.

5. As secções de programas especiais estão organicamente constituídas nos Destacamentos Territoriais, qual o efectivo que suportam e qual o número de militares empenhados nestes programas? (Existem alguma relação proporcional entre as necessidades e o efectivo empenhado?)

R: As Secções têm dois militares em cada Destacamento, que é manifestamente pouco.

6. Visto estarem sediados no DTER, respondem de igual forma às solicitações dos restantes PTER dos Destacamentos? (Ou empenham-se maioritariamente no PTER sede?)

R: A Secção responde de igual modo às solicitações dos Postos, sendo que, o Posto sede é o que mais beneficia pelo facto de se encontrar no mesmo local.

7. A nível de formação dos militares que integram estas secções, existiu em tempos uma breve formação ao nível da escola segura. Existem actualmente algumas limitações nesta área? (A nível institucional são feitas reciclagens/formação contínua? Em que moldes?)

R: A maior parte dos elementos das Secções não possui qualquer formação ministrada pela Guarda, havendo por isso, grandes limitações. Não é feito qualquer reciclagem, nem formação contínua nesta área.

8. Caso não seja ministrada qualquer tipo de formação, a instituição GNR deveria apostar na formação dos militares que integram estas secções, dado que contactam diariamente com questões sensíveis?

R: Claro que sim.

9. Os militares afectos a estas secções desempenham apenas e só este serviço específico? (Ou podem acumular com outras funções?)

R: Apenas fazem este serviço específico e não devem acumular.

10. As secções abrangem uma diversidade de matérias, e subdividem-se em vários núcleos que tratam de matérias díspares. O efectivo destas secções está seleccionado e dividido pelos diversos núcleos ou são os mesmos militares que põem em prática as mais diversas acções solicitadas pelo exterior?

R: São os mesmos.

11. Ainda relativamente ao efectivo, em que moldes é feita a selecção dos militares que integram as SPE, existem algumas características específicas que prevaleçam no ingresso?

R: Na selecção, feita normalmente pelos Cmdt de DTer, têm em conta, algumas características que se julgam importantes para o desempenho das funções.

12. Relativamente aos meios materiais e humanos. Em termos genéricos os meios humanos têm capacidade de resposta? (Dispõem estas secções de meios adequados para a actividade que desenvolvem?)

R: Não. Faltam meios.

13. Não lhe foi solicitada esta resposta.

14. Na sua opinião e numa perspectiva futura, que propostas poderiam ser apresentadas para uma maior eficiência na aplicação destes programas especiais?

R: Mais importante seria, dar formação aos militares, aumentar o efectivo, especializa-los nas diversas matérias e fundamentalmente criar uma estrutura idêntica à SIC e ao SEPNA, para que, estas Secções tivessem algum enquadramento ao nível do ComTer.

B.1.5: ENTREVISTADO 5

1. Com a Lei 63/2007, de 06 de NOV, que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana (GNR), foi alterada a designação de Núcleos de Programas Especiais para Secções de Programas Especiais, que estão organicamente compostas na estrutura dos Destacamentos Territoriais. A seu entender estes programas acompanharam, o evoluir da sociedade?

R: Com certeza que sim, a minha primeira nota vai para a forma como surgiram.

Hoje existe uma SPE organizada em três núcleos, o NES, o NIS e o NCS.

No início houve necessidade de começar a efectuar outro tipo de policiamento junto das escolas e foi por ai que a GNR começou, a implementação destes programas derivou da qualificação do policiamento que era feito ao nível do modelo de policiamento adoptado em Portugal que foi o modelo de policiamento de proximidade. A GNR com esta nova filosofia de policiamento, que é um policiamento pró-activo e não somente reactivo procurou classificar este tipo de policiamento através de pessoal qualificado com uma especialização, essa distinção passaria pela ES. Mais tarde sendo um modelo adequado, os destacamentos passaram a ter um NES para fazer o policiamento junto das escolas (e não apenas dois militares que passavam junto das escolas em que estes militares eram escalados nos postos e isso levaria a que a os militares não fossem sempre os mesmos e não tivessem conhecimento de situações anteriores). Com adesão a este tipo de policiamento, o que se pôde verificar foi que sendo sempre os mesmos militares a patrulhar as mesmas escolas começou a haver *know how*, foi por isso que se partiu para o NES, ou seja, o policiamento às escolas que era feito pelo PTer subiu ao nível dos DTer e passou a haver equipas constituídas inicialmente por 2, 4 a 6 militares consoante o número de escolas que efectivamente tinham na sua ZA, desta forma, estas equipas passaram para a directa dependência do Cmdt do DTer.

Com esta inovação foi-nos possível concluir que este policiamento era mais qualificado e de alguma forma iria promover relações inter-institucionais nomeadamente com os directores

das escolas, com os conselhos directivos e que podia realmente haver outra intervenção junto das escolas.

Este modelo foi pioneiro com o NES e derivado ao sucesso que lhe sucedeu a GNR passou adoptar esta nova filosofia em outras áreas desde os IS que, foi outra situação complexa que se começou a verificar na ZA da Guarda assim como os mais variados problemas que começaram a surgir nas áreas comerciais, deste modo e devido a grandes solicitações por parte dos comerciantes foi criado o NCS.

Denota-se aqui um claro acompanhamento, nomeadamente da exigência do cidadão no sentido de darmos resposta, criaram-se diversas valências com vista a dar respostas de forma qualificada e daí melhoramos e modernizamos a nossa actuação transparecendo uma ideia de evolução da instituição para a resolução dos problemas.

2. Em que sentido têm evoluído, conseguem realmente estes programas dar resposta às necessidades que levaram à sua criação? (Ou corresponder às expectativas a que foram propostos?)

R: Sem dúvida que sim. Desde logo sendo programas que já estão em funcionamento na guarda há vários anos continuam a ser materializados no terreno.

Sempre que há um militar que saia de um PE isto é, da SPE para a reserva procura-se sempre manter a estrutura das secções, portanto no ComTer de Lisboa mantemos uma SPE por cada DTER. Temos 5 DTER e uma SPE para cada DTER, logo face aos resultados obtidos é-lhes exigido demonstração de resultados obtidos, isto é, são objecto de relatórios mensais, de avaliações anuais. Os resultados têm sido positivos.

O número de acções de sensibilização de informação ao público-alvo a que é dirigido, é feita não só na área de prevenção criminal mas também na área dos concelhos policiais, de forma a evitar determinadas situações de fragilidade, portanto, é feito perante esses públicos-alvo (crianças e jovens nas escolas, os idosos que vivem isolados ou em situações de fragilidade ou os próprios comerciantes no âmbito do PCS).

O modelo é o adequado e está em funcionamento, vamos mantê-lo com as características que ele tem apesar de ser avaliado anualmente para que seja possível a transmissão de um reflexo e controlo da actividade ao nível mensal de todas as acções que são feitas pelas SPE dos DTer.

3. A criação destes programas tem tido por base protocolos celebrados conjuntamente com outras entidades. Tem a GNR correspondido aos objectivos propostos? (Se sim de que forma? Existe alguma dificuldade em cumprir as medidas celebradas por parte das forças de segurança?)

R: Esses protocolos são celebrados e levam aos parceiros que assinam esses protocolos em determinadas funções, a que as condições que levam à celebração dos mesmos sejam cumpridas.

Neste caso ao nível da guarda mais propriamente no ComTer Lisboa, são feitos determinados protocolos pelo escalão superior.

Os protocolos estabelecidos assim como as funções/tarefas que nos são atribuídas no âmbito desses protocolos são cumpridas e temos de alguma forma atendido esses objectivos que nos são claramente traçados.

4. A GNR celebra com alguma regularidade parcerias com entidades locais?

R: Sim. Parte desde logo pela iniciativa do Cmdt de DTer uma vez que, a SPE depende do seu comando directo. O Cmdt de Dter pode propor a celebração de protocolos que depois são avaliados pelo escalão superior (são de alguma forma materializados no terreno isso é frequente na guarda), ao nível do CO que autoriza ou não a sua celebração.

Podem ainda ser propostos pelos Cmdt's de DTer em que uma entidade desde escolas, juntas de freguesias, uma organização não-governamental propõem a celebração de um protocolo no âmbito da ES, é dado conhecimento superior do que se pretende com esse protocolo e através da avaliação das tarefas incumbidas à guarda e da outra entidade promove-se a celebração desse protocolo com a autorização do Comandante-Geral, e aquando a sua celebração é nomeado o Comandante Territorial para assinar esse protocolo ou por vezes o Cmdt DTer consoante o nível do protocolo que está a ser estabelecido. Os protocolos são assinados pelo Comando-Geral se for alargado a toda a instituição ou se forem protocolos a nível local pode ser o comandante do ComTer ou o Cmdt do DTer consoante o nível das entidades que estão presentes/parceiras na assinatura do respectivo protocolo.

5. As secções de programas especiais estão organicamente constituídas nos Destacamentos Territoriais, qual o efectivo que suportam e qual o número de militares empenhados nestes programas? (Existem alguma relação proporcional entre as necessidades e o efectivo empenhado)

R: Claro que sim, é avaliado aquele DTer face ao número de escolas e face às características da sua ZA assim como, qual o efectivo que deveria ter. Neste momento na SPE dos DTer temos à volta de 29/30 elementos (o DTer de Sintra que tem 11 elementos e o DTer de Vila Franca de Xira que tem 6 elementos). O que pretendo dizer com isto é que o modelo não é igual para todos os DTer, consoante as características da sua ZA têm um efectivo e um determinado número de meios auto, sejam carros patrulha adequados à ES e aos IS ou motociclos adequados ao programa ES, onde pretendo chegar é que o efectivo varia de 5 a 11 elementos consoante as características da ZA.

6. Visto estarem sediados no DTER, respondem de igual forma às solicitações dos restantes PTER dos Destacamentos? (Ou empenham-se maioritariamente no PTER sede?)

R: Não é essa a indicação que eles têm claramente que não.

Não se empenham mais no Posto sede nem o devem fazer a abordagem deles tem que ser uma abordagem transversal ao destacamento na globalidade e não só ao posto sede, sendo assim igual para toda a área do destacamento uma vez que as escolas não são as do posto sede mas sim as da ZA do destacamento, o mesmo acontece com os idosos e os

estabelecimentos comerciais não são os do posto sede mas sim os da ZA de todo o destacamento.

As acções de sensibilização são feitas de acordo com as necessidades que identificamos no comando de Lisboa visto que também se fazem bastantes acções deste género fora do posto sede.

Muitas vezes a questão do posto sede prende-se com o facto de o destacamento estar sediado na vila ou na cidade mais importante por vezes o posto sede está onde estão as escolas mais importantes poderá haver essa abordagem, uma vez que, as escolas mais importantes estão localizadas na área do posto sede mas não quer dizer que assim seja. Temos o exemplo dos idosos, onde persistem os problemas é em locais mais afastados do posto sede que é onde há maior desertificação, portanto relativamente ao NIS o trabalho tem que ser desenvolvido para zonas afastadas normalmente do posto sede. O caso do CS estamos junto de onde estão os estabelecimentos comerciais mais importantes mas ele é feito transversalmente e nunca só na área do posto sede isso não faria qualquer sentido.

Este policiamento é autónomo muito embora possa ser efectuado em coordenação com o Cmdt de posto, mas o policiamento e a inter-acção com as escolas já está de tal nível coordenado que é feito sempre pelos mesmos militares.

No caso particular do destacamento de Sintra, que tem 11 militares nas secções em que um deles é um Sargento que é o Cmdt desta secção, o que é que isto quer dizer é que nós não temos 11 no destacamento de Sintra pois o PE ES está separado, ou seja, há militares que estão a trabalhar no destacamento de Sintra e há militares que estão a trabalhar no subdestacamento de Alcabideche. Há uma clara descentralização das equipas, para que possa haver uma maior proximidade das escolas e para que não haja perda de tempo elas não estão sequer sediadas no posto sede pertencem ao destacamento mas desenvolvem a sua acção em Alcabideche, elas podem ser descentralizadas para um posto onde haja necessidade da presença dum dos núcleos numa zona mais isolada por exemplo no caso dos IS o problema aqui prende-se com os objectivos e com o público-alvo.

Entendo os PE como um reforço qualificados dos postos policiais mas perante um público-alvo (escolas, idosos ou comércio seguro).

7. A nível de formação dos militares que integram estas secções, existiu em tempos uma breve formação ao nível da escola segura. Existem actualmente algumas limitações nesta área? (A nível institucional são feitas reciclagens/formação contínua? Em que moldes?)

R: Esta questão é pertinente e bastante importante porque quando surgiu esta nova filosofia de policiamento, houve a necessidade de avançar com o projecto e como houve essa necessidade, a GNR aderiu a este modelo tendo sido regulamentado a nível ministerial, desta forma foi feita uma pequena formação muitas vezes com as tais parcerias anteriormente referidas que consistiam essencialmente em acções de formação com pessoas ligadas às escolas, da área dos idosos (de acção social, institutos de reinserção social, a santa casa da misericórdia, etc.).

Fomos dando algumas formações coordenadas naturalmente pela guarda mas pequenas acções de formação agora se me perguntam se há um curso como a investigação criminal, o SEPNA para integrar os PE, não há mas é necessário haver nem que seja duma semana ou apenas 3 dias considerando os conteúdos a ministrar e qual o nível a estabelecer para o guarda que serve nestes programas que para além do curso de guardas, deverá ter uma especialização para integrar os PE e dentro destes teria que se especializar em crianças e jovens se for para o NES ou nos idosos ou então no CS, ou seja, tem que haver uma especialização que abarque estas questões até com parcerias que possam ser estabelecidas. A título de conclusão seria necessário haver uma acção de formação e para além disto é ainda necessário haver uma actualização na regulamentação deste serviço com um ponto fulcral que é a questão da formação para integrar estes núcleos porque não é qualquer pessoa que pode trabalhar com crianças ou com idosos portanto é necessário estabelecer um perfil para os elementos destas secções.

8. Caso não seja ministrada qualquer tipo de formação, a instituição GNR deveria apostar na formação dos militares que integram estas secções, dado que contactam diariamente com questões sensíveis?

R: Sim. É feito ao nível das acções da própria instituição, desde logo, pelo Cmdt de DTer é estabelecido um determinado perfil para o indivíduo, isto é, não é qualquer um que integra as secções e é feita uma avaliação do trabalho que eles desenvolvem, caso não se adequem ao pretendido nem responda aos objectivos que lhes são propostos o militar regressa ao posto, ficando esta selecção ao critério do Cmdt de DTer. Eles têm um plano de actividade para o ano inteiro e quando não há escolas têm outras tarefas e outras operações que têm que desenvolver. É necessária a adequação do perfil à função que é feita numa primeira triagem ao nível do Cmdt de DTer o que falta realmente é a questão da formação que qualifique os militares e que de alguma forma se regulamentasse a actividade (o que depois se prende com determinadas questões como por exemplo: será que o militar pode fazer PE para o resto da vida ou em determinada idade deixa de ter requisitos).

Estes militares têm que ter a disponibilidade de inovar, de iniciativa pois é fundamental que estas equipas tenham muita iniciativa, muita pro-actividade.

9. Os militares afectos a estas secções desempenham apenas e só este serviço específico? (Ou podem acumular com outras funções?)

R: Desempenham este trabalho específico, muito embora os elementos da ES na época em que não há escola podem também reforçar as outras equipas (IS, CS) por exemplo em épocas festivas como o natal, o carnaval, a Páscoa verifica-se uma maior afluência aos estabelecimentos comerciais então, pegamos nas equipas da escola segura e vamos alocá-las nessas zonas de maior comércio em reforço às equipas de CS. Estas equipas têm empenhamento todo ano embora não especificamente no núcleo onde pertencem porque por vezes há necessidade de reforço dos outros núcleos.

É ainda de salientar que a secção de PE não é a ES é algo que tem que ser desmistificado mas sim os 3 núcleos (NES NIS NCS) tendo por isso, estes meios que ser geridos

consoante a acção prioritária que estamos a ter porque temos défice de meios esta é a verdade, estes núcleos deveriam ter mais pessoal mas o efectivo é o que temos e temos que o saber gerir.

10. As secções abrangem uma diversidade de matérias, e subdividem-se em vários núcleos que tratam de matérias díspares. O efectivo destas secções está seleccionado e dividido pelos diversos núcleos ou são os mesmos militares que põem em prática as mais diversas acções solicitadas pelo exterior?

R: Está aquém do pretendido em alguns destacamentos há um grande défice de efectivo em virtude de os militares terem sido promovidos ou terem ido para a reserva havendo necessidade de ser alocado mais efectivo aos PE, de qualquer das formas o que tentamos fazer é que haja pelo menos um ou dois militares afectos a cada um dos núcleos sendo especialista naquela área.

Cada núcleo tem o chefe do programa, embora comporte outros militares afectos ao respectivo núcleo. Em cada um dos núcleos sendo esse militar o gestor do programa, o mesmo acontece com o chefe que por falta de efectivo, apesar de ser o mais antigo das secções pode ser o responsável por um dos núcleos.

Nos casos em que o efectivo é reduzido procura-se em que pelo menos um dos militares esteja dado aos IS um ao CS e outros à ES. Quanto ao chefe dos programas também está dado a uma destas áreas muito embora responda pela secção completa.

O que se tenta fazer é gerir ao máximo os meios existentes embora em alguns locais sejam mais reduzidos mas de qualquer forma um dos militares obrigatoriamente é a cara daquele programa, os restantes apoiam quando necessário aquele militar nesse núcleo mas o ideal é estarem pelo menos dois militares dados ao programa (sendo o ideal mesmo num destacamento com uma zona de acção mais reduzida 5 a 6 militares afectos aos programas), no caso concreto de Sintra que tem 11 militares um Sargento Cmdt das secções e 10 guardas nos restantes programas, isto verifica-se uma vez que Sintra tem muitas escolas e é uma zona urbana e tem que ser tratada de outra forma já no caso de Mafra existem apenas 5 elementos.

É importante que haja um gestor de “projecto” porque se todos fizerem tudo ninguém é especialista em nenhuma destas áreas, e, é este passo que importa dar mesmo onde há poucos militares mesmo que estes façam parte do NES eles desenvolvem acções neste âmbito durante as actividades escolares mas quando estas terminam podem fazer outras coisas, sendo que para tal têm que se preparar logo, tem que ser feito um levantamento (como é o caso dos idosos em segurança que foram identificados por georreferenciação assim como fizemos com os estabelecimentos identificando por exemplo todos os centros comerciais na área da actuação dos destacamentos).

Nas épocas de maior afluência de pessoas a esses centros comerciais é reforçado o policiamento nessas áreas logo é necessário que seja feito um trabalho de casa e que haja pastas organizadas em que um dos militares saiba do que se trata desta forma conseguimos qualificar a nossa actuação perante o público-alvo.

11. Ainda relativamente ao efectivo, em que moldes é feita a selecção dos militares que integram as SPE, existem algumas características específicas que prevaleçam no ingresso?

R: Existe mas não está regulamentado, é no fundo por, indicações que são transmitidas pelo comandante do ComTer ou que estejam pré-definidas. O Cmdt DTer escolhe perante determinadas características do militar, como por exemplo, a assertividade, a iniciativa, a inter-acção com as pessoas e a capacidade de diálogo, isto é, para estes serviços têm que ser militares que tenham uma grande capacidade de pró - actividade e iniciativa e acima de tudo serem bons ouvintes, porque muitas vezes os folhetos bem como a capacidade de relacionamento com outras entidades começa desde logo neles porque o Cmdt DTer não pode andar a fazer o trabalho deles caso contrário não valeria a pena haver núcleos.

12. Relativamente aos meios materiais e humanos. Em termos genéricos os meios humanos têm capacidade de resposta? (Dispõem estas secções de meios adequados para a actividade que desenvolvem?)

R: No ComTer de Lisboa em termos de viaturas e motociclos estamos bem. Particularmente as Secções têm os meios suficientes e adequados ao seu desempenho, muitas vezes cedidas por outras entidades aquando a celebração de protocolos como é o exemplo dos governos civis e as Câmaras Municipais que cedem veículos para estas secções, algumas são fornecidas pela guarda mas as viaturas mais modernas foram cedidas pelo governo civil em 2010 para o policiamento de proximidade neste caso “escola segura”.

Relativamente aos meios humanos podíamos crescer mais um pouco e adquirir mais efectivos já há uma proposta nesse sentido mas, face à situação de meios humanos que a guarda vive e dos PTer em particular torna-se para já difícil cumprir os objectivos do aumento de efectivos das equipas das SPE mas diria que se a NEP que irá regular estas secções for de facto aprovada a curto prazo estas secções terão o efectivo suficiente para o que se desejaria ideal (5 a 11 militares).

13. Não lhe foi solicitada esta resposta.

14. Na sua opinião e numa perspectiva futura, que propostas poderiam ser apresentadas para uma maior eficiência na aplicação destes programas especiais?

R: Na minha opinião e para que as coisas futuramente decorram como o pretendido é importante definir desde logo que as SPE mas que, estas têm três áreas de actuação distintas: os IS, o CS, e a ES.

Desde logo as viaturas afectas a estes programas têm a inscrição “Escola Segura” nas mesmas o que não pode acontecer, quanto a mim estas viaturas deveriam ter escrito “policiamento de proximidade secção de programas especiais: NES NIS NCS” e não apenas NES pois neste momento temos que dar o passo em frente e desde logo na identificação dos veículos através dum logótipo próprio destas secções para que as viaturas possam ser utilizadas nas três vertentes deste policiamento.

Todos os veículos que recebemos dizem Escola Segura o que é redutor e não comunica com as pessoas acaba por nos criar ainda outros problemas que é o facto dos veículos da

ES andarem nos montes (visitas a idosos) onde não há escolas, nós precisamos ainda que as SPE tenham capacidade de reacção e para tal têm que aumentar o efectivo, e esse aumento tem que ser feito de acordo com as características dos destacamentos mas no mínimo 6 (2 para cada núcleo).

A verdadeira questão ainda se prende com a formação, na minha opinião a guarda deveria promover uma formação inicial para integrar estas secções (não é preciso ser muito tempo apenas o necessário para sensibilizar os militares para as tarefas que vão desempenhar e a sensibilidade para determinados problemas que terão que enfrentar) de 3 a 5 dias mas ministrada na EG que seria a sede ideal para ser ministrada, e para tal que a actividade seja regulamentada por uma NEP ou Directiva a nível do CO que venha definir as regras até de permanência nos respectivos núcleos.

B 1.6: ENTREVISTADO 6

1. Com a Lei 63/2007, de 06 de NOV, que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana (GNR), foi alterada a designação de Núcleos de Programas Especiais para Secções de Programas Especiais, que estão organicamente compostas na estrutura dos Destacamentos Territoriais. A seu entender estes programas acompanharam, o evoluir da sociedade?

R: Não sendo importante a alteração da designação e que resulta da reestruturação dos quadros de referência que ao nível do DTer passou a ser de 07 militares, veio por outro lado, trazer um grande contributo que foi a mudança de cultura organizacional, pois a partir desse ponto percebeu-se que tais núcleos tinham que obrigatoriamente abarcar todos os programas existentes na Guarda e não se limitarem ao PES, indo de encontro à evolução da sociedade nas várias componentes: realidade criminal; realidade social; realidade económico-financeira.

2. Em que sentido têm evoluído, conseguem realmente estes programas dar resposta às necessidades que levaram à sua criação? (Ou corresponder às expectativas a que foram propostos?)

R: Estes programas apresentam inúmeras valências, sendo uma mais-valia da Guarda, até pelo conceito de proximidade que transmitem aos cidadãos e às populações. No entanto, fruto da realidade vivida nos DTer/PTer na componente dos recursos humanos, existe uma grande dificuldade de direccionar militares para a SPE, pelo que muitas delas ainda vivem assentes em dois militares. Obviamente que perante um tão vasto leque de programas e a área atribuída à responsabilidade de cada Secção, muito trabalho fica por fazer, não sendo possível fazer um bom acompanhamento de cada um dos programas. Assim, os resultados a que se propõe cada um dos programas ficam por vezes muito aquém daquilo que era esperado e desejado.

3. A criação destes programas tem tido por base protocolos celebrados conjuntamente com outras entidades. Tem a GNR correspondido aos objectivos propostos? (Se sim de que forma? Existe alguma dificuldade em cumprir as medidas celebradas por parte das forças de segurança?)

R: A GNR tem feito um esforço para corresponder aos objectivos dos protocolos estabelecidos, mas os efeitos desses protocolos variam caso a caso. Por outro lado as limitações são imensas. Como já foi referido na questão anterior, existe o problema de efectivos, mas outras contingências se levantam, tais como, as dificuldades de meios materiais (refira-se que ainda muito recentemente não tinham um PC portátil), bem como uma uniformização de actuação a nível nacional. Ainda é tudo um pouco amador, em que cada Secção funciona muito em função das capacidades de improviso, de inovação, de motivação, etc., dos militares que as integram e que vão promovendo as mais diversas acções no sentido de levarem a cabo a execução dos programas estabelecidos.

4. A GNR celebra com alguma regularidade parcerias com entidades locais?

R: Sim. Obviamente muitas outras poderiam ser celebradas. Mas infelizmente o facto de se estabelecerem parcerias, não significa operar-se no seio delas. Muitas das vezes essas parcerias são estabelecidas porque a outra parte necessita de parceiros para poder concorrer a projectos financiados por fundos comunitários, nunca saindo para o terreno o que é protocolado.

5. As secções de programas especiais estão organicamente constituídas nos Destacamentos Territoriais, qual o efectivo que suportam e qual o número de militares empenhados nestes programas? (Existe alguma relação proporcional entre as necessidades e o efectivo empenhado?)

R: O efectivo que cada Destacamento tem agregado à SPE varia de Destacamento para Destacamento, no entanto, a norma tem sido entre os 2 e os 4 militares. Não existe qualquer estudo que afira entre as necessidades e o efectivo empenhado, sendo o mesmo determinado em função do número de solicitações que vão sendo requeridas, da sensibilidade para essa missão por parte do Comando e das maiores ou menores limitações em termos de efectivos

6. Visto estarem sediados no DTER, respondem de igual forma às solicitações dos restantes PTER dos Destacamentos? (Ou empenham-se maioritariamente no PTER sede?)

R: Depende da organização do serviço de cada Cmdt. De facto há alguma tendência para esse efeito, que obriga a algum esforço para ser contrariada. No entanto, a única forma de evitar totalmente isso era a criação de uma SPE em cada PTER, o que, em meu parecer não é viável no panorama actual, nem nos tempos que se avizinham devido à falta de efectivo. Não faz sentido ter efectivo na quantidade ideal para estas missões e não ter o efectivo minimamente necessário para o policiamento (por vezes até de patrulhas às ocorrências).

7. A nível de formação dos militares que integram estas secções, existiu em tempos uma breve formação ao nível da escola segura. Existem actualmente algumas limitações nesta área? (A nível institucional são feitas reciclagens/formação contínua? Em que moldes?)

R: À excepção da formação inicial no âmbito do programa Escola Segura, não tem existido quaisquer formações/reciclagens. Tal como já foi referido, e em comparação com os outros Núcleos existentes no DTer (NIC e NPA), o SPE é o parente pobre. Ao nível institucional nada tem sido promovido, e tudo aquilo que tem sido feito, tem sido desenvolvido por “carolice” e boa vontade dos militares e de alguns comandos, como felizmente aconteceu no CTer Porto, onde todos os elementos e Cmdt’s de DTer se reuniram a fim de promoverem e desenvolverem um conjunto de materiais didácticos comuns para todos os DTer.

8. Caso não seja ministrada qualquer tipo de formação, a instituição GNR deveria apostar na formação dos militares que integram estas secções, dado que contactam diariamente com questões sensíveis?

R: Sim. Estas secções, apesar das limitações com que diariamente se debatem, desenvolvem uma acção muito válida, sendo extremamente importante o papel que desenvolvem em determinadas áreas (comunidade escolar, idosos, etc.), pelo que a imagem que conseguem transmitir da Guarda é muito positiva. A anulação destas seria uma grande perda para a Guarda, quer na componente de proximidade quer na componente da transmissão de uma imagem de confiança, de amizade e de proximidade.

9. Os militares afectos a estas secções desempenham apenas e só este serviço específico? (Ou podem acumular com outras funções?)

R: Os militares afectos ao SPE desempenham fundamentalmente estas funções, mas não deixam de efectuar outras, quando tal se torna necessário. Mais uma vez refere-se que se trabalha em situações de limitação de recursos humanos e por vezes o esforço de todos é necessário.

10. As secções abrangem uma diversidade de matérias, e subdividem-se em vários núcleos que tratam de matérias díspares. O efectivo destas secções está seleccionado e dividido pelos diversos núcleos ou são os mesmos militares que põem em prática as mais diversas acções solicitadas pelo exterior?

R: Face à escassez de recursos humanos, são os mesmos militares que desenvolvem todos os programas. Daqui surge uma das grandes contingências destas secções.

11. Ainda relativamente ao efectivo, em que moldes é feita a selecção dos militares que integram as SPE, existem algumas características específicas que prevaleçam no ingresso?

R: Habitualmente as colocações são por escolha. Sim, existem características dos militares que condicionam essas escolhas. Capacidade de criar empatia, dinamismo, iniciativa, conhecimentos na área dos multimédia, relações públicas, especial sensibilidade para problemas sociais sensíveis, etc.

12. Relativamente aos meios materiais e humanos. Em termos genéricos os meios humanos têm capacidade de resposta? (Dispõem estas secções de meios adequados para a actividade que desenvolvem?)

R Tal como já foi referido a principal limitação assenta nos meios humanos. No entanto, também residem muitas outras que vão sendo colmatadas dentro do possível pelo Comando e pela iniciativa dos militares e fruto desse força de vontade tem-se conseguido desenvolver, por vezes, excelentes acções.

13. Não lhe foi solicitada esta resposta.

14. Na sua opinião e numa perspectiva futura, que propostas poderiam ser apresentadas para uma maior eficiência na aplicação destes programas especiais?

R: Apesar das limitações financeiras conhecidas, dotar as SPE's com meios materiais e humanos que dessem uma garantia de intervenção assente numa perspectiva de sucesso, atingindo de igual forma os vários projectos especiais em curso. Ser definida uma estratégia de uniformização a nível Nacional, toda ela assente em critérios bem delineados e sustentáveis, seja do ponto de vista da formação, efectivos e meios materiais, bem como de uma oportuna e adequada actualização de objectivos e boas práticas.

B 2: ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

B 2.1: PERGUNTA Nº 1

Quadro B.1: Quadro resumo das respostas à questão 1.

P.1: Com a Lei 63/2007, de 06 de NOV, que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana (GNR), foi alterada a designação de Núcleos de Programas Especiais para Secções de Programas Especiais, que estão organicamente compostas na estrutura dos Destacamentos Territoriais. A seu entender estes programas acompanharam, o evoluir da sociedade?	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	“Na sua totalidade não, no entanto foram acompanhando algumas das principais problemáticas que foram emergindo/evoluindo na sociedade.”
E2	“Considero que quer numa perspectiva local, quer nacional, os programas existentes são os suficientes e respondem às necessidades das populações.”
E3	“É notório que houve uma tentativa de acompanhamento da evolução destes programas, em relação às necessidades actuais da sociedade, tendo sido criados várias valências destinadas a suprimir deficiências ou lacunas de vários sectores específicos da nossa sociedade.”
E4	“Os programas sim acompanharam, contudo a designação da estrutura foi alterada, mas os meios são os mesmos. No nosso caso, cada SPE tem 2 militares apenas, sendo são estes que desempenham todas as funções da Secção.”
E5	“Com certeza que sim”; “Denota-se aqui um claro acompanhamento, nomeadamente da exigência do cidadão no sentido de darmos resposta, criaram-se diversas valências com vista a dar respostas de forma qualificada e daí melhoramos e modernizamos a nossa actuação transparecendo uma ideia de evolução da instituição para a resolução dos problemas.”
E6	“Não sendo importante a alteração da designação e que resulta da reestruturação dos quadros de referência que ao nível do Destacamento Territorial passou a ser de 07 militares, veio por outro lado, trazer um grande contributo que foi a mudança de cultura organizacional, pois a partir desse ponto percebeu-se que tais núcleos tinham que obrigatoriamente abarcar todos os programas existentes na Guarda e não se limitarem ao Programa Escola Segura, indo de encontro à evolução da sociedade nas várias componentes: realidade criminal; realidade social; realidade económico-financeira.”

B.2.2: PERGUNTA Nº 2

Quadro B.2: Quadro resumo das respostas à questão 2.

P.2 Em que sentido têm evoluído, conseguem realmente estes programas dar resposta às necessidades que levaram à sua criação? (Ou corresponder às expectativas a que foram propostos?)	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	“A sua evolução foi insignificante, já que, inicialmente se conseguiram fazer face ao problema das escolas, actualmente a capacidade de resposta é bastante reduzida.”
E2	“Os programas são criados para responder a situações de criminalidade apresentando uma solução através do policiamento ou do uso da tecnologia entretanto existente. Considero que a generalidade dos programas tem conseguido corresponder às expectativas, sendo não raras vezes alvo de elogios, quer em seminários nacionais quer internacionais.”
E3	“Esta evolução terá sido bem pensada/planeada, no entanto no terreno e no sentido prático essa evolução não aconteceu”; “mas não houve um melhoramento das condições de trabalho, tanto ao nível logístico (equipamentos, viaturas etc. ...), como ao nível humano, em que os mesmos militares inicialmente afectos aos Núcleos Escola Segura, ficaram ainda responsáveis entre outros”; “Por estes motivos, será evidente que as expectativas criadas no início, não terão sido satisfeitas.”

E4	“De um modo geral os programas respondem as necessidades, mas um reforço de efectivo permitiria que pudessem abranger um maior número de pessoas, sabendo que os públicos-alvo dos programas são distintos.”
E5	“Sem dúvida que sim.”; “O modelo é o adequado e está em funcionamento, vamos mantê-lo com as características que ele tem.”
E6	“Existe uma grande dificuldade de direccionar militares para a SPE, pelo que muitas delas ainda vivem assentes em dois militares. Obviamente que perante um tão vasto leque de programas e a área atribuída à responsabilidade de cada Secção, muito trabalho fica por fazer, não sendo possível fazer um bom acompanhamento de cada um dos programas. Assim, os resultados a que se propõe cada um dos programas ficam por vezes muito aquém daquilo que era esperado e desejado.”

B.2.3: PERGUNTA Nº 3

Quadro B.3: Quadro resumo das respostas à questão 3.

P.3: A criação destes programas tem tido por base protocolos celebrados conjuntamente com outras entidades. Tem a GNR correspondido aos objectivos propostos? (Se sim de que forma? Existe alguma dificuldade em cumprir as medidas celebradas por parte das forças de segurança?)	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	“Efectivamente resultam da celebração de protocolos com organismos públicos/outras entidades, mediante objectivos que a Guarda consegue cumprir. As dificuldades existem sempre, face aos meios disponíveis para esse efeito.”
E2	“A GNR tem conseguido cumprir os protocolos assinados com outras instituições, porque só os assina quando isso não trazer entraves ao cumprimento da sua missão e não existam encargos financeiros para a GNR. No entanto os protocolos assinados pela tutela que atribuem tarefas à GNR, nem sempre acautelam as necessidades da GNR para o seu cumprimento. Em ambas as situações a GNR tem atingido os objectivos propostos.”
E3	“Os protocolos existentes entre entidades e o apoio por nós solicitado a outras tantas entidades, resulta que não se terá conseguido atingir os objectivos”; “alguma dificuldade em cumprir um policiamento assertivo.”
E4	“Neste Comando não existe qualquer protocolo com instituições em particular.”
E5	“Esses protocolos são celebrados e levam aos parceiros que assinam esses protocolos em determinadas funções, a que as condições que levam à celebração dos mesmos sejam cumpridas”; “Os protocolos estabelecidos assim como as funções/tarefas que nos são atribuídas no âmbito desses protocolos são cumpridas e temos de alguma forma atendido esses objectivos que nos são claramente traçados.”
E6	“A GNR tem feito um esforço para corresponder aos objectivos dos protocolos estabelecidos, mas os efeitos desses protocolos variam caso a caso. Por outro lado as limitações são imensas”; “bem como uma uniformização de actuação a nível nacional.”

B.2.4: PERGUNTA Nº 4

Quadro B.4: Quadro resumo das respostas à questão 4.

P.4: A GNR celebra com alguma regularidade parcerias com entidades locais?	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	“Neste momento desconheço, mas é normal acontecer.”
E2	“Localmente a GNR é solicitada, com bastante frequência, para integrar parcerias com várias entidades, no âmbito de diversas problemáticas (VD, apoio a idosos, protecção de crianças, etc).”
E3	“Actualmente, esta Secção através do Destacamento, tem um protocolo assinado com o Governo Civil de Portalegre no âmbito do Projecto “Escolinha de Prevenção Rodoviária” do Núcleo Escola Segura. Pontualmente são feitas solicitações para apoio e patrocínios de

	iniciativas desta Secção, tanto no âmbito da Escola Segura, como do Comércio Seguro e Apoio 65. As relações com as várias entidades são excelentes, e não existem dificuldades em ver cumpridas as nossas solicitações.”
E4	“Sim.”
E5	“Sim.”
E6	”Sim. Obviamente muitas outras poderiam ser celebradas. Mas infelizmente o facto de se estabelecerem parcerias, não significa operar-se no seio delas. Muitas das vezes essas parcerias são estabelecidas porque a outra parte necessita de parceiros para poder concorrer a projectos financiados por fundos comunitários, nunca saindo para o terreno o que é protocolado”.

B.2.5: PERGUNTA Nº 5

Quadro B.5: Quadro resumo das respostas à questão 5.

P.5: As secções de programas especiais estão organicamente constituídas nos Destacamentos Territoriais, qual o efectivo que suportam e qual o número de militares empenhados nestes programas? (Existe alguma relação proporcional entre as necessidades e o efectivo empenhado?)	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	“Quando foram criados os Núcleos Escola Segura o efectivo mínimo era de dois militares, existindo núcleos com mais militares, actualmente desconheço o efectivo de cada SPE.”
E2	“O mesmo despacho que altera a denominação de NPE para SPE (Despacho nº 53/09 publicado na Ordem à Guarda, de 15 de Março), prevê também que as SPE tenham um efectivo de 7 a 10 militares. Sabendo que existem 81 SPE e cerca de 240 militares, verificamos uma média de 3 militares por cada SPE, logo muito abaixo do necessário, uma vez que os militares das SPE tem como responsabilidade o cumprimento de todos os programas especiais, devendo para isso estarem constituídos em Núcleos (NES, NIS e NCS).”
E3	“É fundamental a relação entre as necessidades e o efectivo empenhado. Aqui reside de facto o cerne de toda a questão, uma vez que só é possível atingir os objectivos propostos, se possuímos um efectivo eficaz para fazer face às várias solicitações com que nos deparamos no dia-a-dia. Para o Núcleo Escola Segura, este Destacamento dispunha de dois elementos, e são esses mesmos dois elementos que acumulam as funções e valências que entretanto foram sendo criadas.”
E4	“As Secções têm dois militares em cada Destacamento, que é manifestamente pouco.”
E5	“Claro que sim, é avaliado aquele DTER face ao número de escolas e face às características da sua zona de acção assim como, qual o efectivo que deveria ter. Neste momento na Secção de Programas Especiais dos destacamentos temos à volta de 29/30 “; “O que pretendo dizer com isto é que o modelo não é igual para todos os DTER, consoante as características da sua zona de acção “; Ideal de 5 a 11.”
E6	“O efectivo que cada Destacamento tem agregado à SPE varia de Destacamento para Destacamento, no entanto, a norma tem sido entre os 2 e os 4 militares. Não existe qualquer estudo que afira entre as necessidades e o efectivo empenhado, sendo o mesmo determinado em função do número de solicitações que vão sendo requeridas, da sensibilidade para essa missão por parte do Comando e das maiores ou menores limitações em termos de efectivos.”

B.2.6: PERGUNTA Nº 6

Quadro B.6: Quadro resumo das respostas à questão 6.

P.6: Visto estarem sediados no DTER, respondem de igual forma às solicitações dos restantes PTER dos Destacamentos? (Ou empenham-se maioritariamente no PTER sede?)	
Entrevistados	Principais Ideias

E1	“A SPE embora, na maioria dos casos, esteja sediada no Comando do DTer, serve de igual forma todos os Postos desse Comando.”
E2	“A SPE à semelhança do NIC e do NPA, são estruturas na dependência do Cmdt do DTer, cuja área de jurisdição é a área do DTer.”
E3	“As respostas às solicitações são de uma forma equitativa para todos os Postos independentemente da ZA ou do respectivo Posto. A diferença de actuação nas respectivas áreas, apenas tem a ver com o volume de ocorrências, quase totalmente no âmbito da escola segura.”
E4	“A Secção responde de igual modo às solicitações dos Postos, sendo que, o Posto sede é o que mais beneficia pelo facto de se encontrar no mesmo local.”
E5	“Não é essa a indicação que eles têm claramente que não.”; “Não se empenham mais no Posto sede nem o devem fazer a abordagem deles tem que ser uma abordagem transversal ao destacamento na globalidade e não só ao posto sede, sendo assim igual para toda a área do destacamento.”
E6	“Depende da organização do serviço de cada comandante. De facto há alguma tendência para esse efeito, que obriga a algum esforço para ser contrariada. No entanto, a única forma de evitar totalmente isso era a criação de uma SPE em cada PTER, o que, em meu parecer não é viável no panorama actual.”

B.2.7: PERGUNTA Nº 7

Quadro B.7: Quadro resumo das respostas à questão 7.

P.7: A nível de formação dos militares que integram estas secções, existiu em tempos uma breve formação ao nível da escola segura. Existem actualmente algumas limitações nesta área? (A nível institucional são feitas reciclagens/formação contínua? Em que moldes?)	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	“Quando foram criados os NES a formação dos militares foi nula, situação que presumo ainda se manter.”
E2	“A formação é o “calcanhares de Aquiles” do modelo de policiamento de proximidade na GNR, por não existir qualquer formação para os militares que integram as SPE, ao contrário das outras valências, já referidas como é a Investigação criminal ou a protecção do ambiente. Assim, sem militares devidamente formados não podemos avaliar se os objectivos são ou não cumpridos.”
E3	“Não são feitas nem formações nem reciclagens para os militares afectos a estes programas.”; “os militares que vêm integrando estas secções não dispõem de formação específica, o que se torna essencial.”
E4	“A maior parte dos elementos das Secções não possui qualquer formação ministrada pela Guarda, havendo por isso, grandes limitações. Não é feito qualquer reciclagem, nem formação contínua nesta área.”
E5	“Foi feita uma pequena formação muitas vezes com as tais parcerias anteriormente referidas que consistiam essencialmente em acções de formação com pessoas ligadas às escolas, da área dos idosos”; “Fomos dando algumas formações coordenadas naturalmente pela guarda mas pequenas acções de formação agora se me perguntas se há um curso como a investigação criminal, o SEPNA para integrar os programas especiais, não há mas é necessário haver nem que seja duma semana ou apenas 3 dias considerando os conteúdos a ministrar e qual o nível a estabelecer para o guarda que serve nestes programas que para além do curso de guardas, deverá ter uma especialização para integrar os programas especiais”; “A título de conclusão seria necessário haver uma acção de formação e para além disto é ainda necessário haver uma actualização na regulamentação deste serviço com um ponto fulcral que é a questão da formação para integrar estes núcleos porque não é qualquer pessoa que pode trabalhar com crianças ou com idosos portanto é necessário estabelecer um perfil para os elementos destas secções.”
E6	“À excepção da formação inicial no âmbito do programa Escola Segura, não tem existido quaisquer formações/reciclagens. Tal como já foi referido, e em comparação com os outros Núcleos existentes no DTer (NIC e NPA), o SPE é o parente pobre. Ao nível institucional

	nada tem sido promovido, e tudo aquilo que tem sido feito, tem sido desenvolvido por “carolice” e boa vontade dos militares e de alguns comandos, como felizmente aconteceu no CTer Porto, onde todos os elementos e Cmdt’s de Destacamento se reuniram a fim de promoverem e desenvolverem um conjunto de materiais didácticos comuns para todos os DTer.”
--	---

B.2.8: PERGUNTA Nº 8

Quadro B.8: Quadro resumo das respostas à questão 8.

P.8: Caso não seja ministrada qualquer tipo de formação, a instituição GNR deveria apostar na formação dos militares que integram estas secções, dado que contactam diariamente com questões sensíveis?	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	“Deveria ser obrigatória.”
E2	“A formação dos militares da SPE é essencial para uma melhor qualidade do serviço prestado.”
E3	“Sim. Claramente pelos motivos expostos na questão anterior, acrescido da sensibilidade que é necessário ter quando por exemplo de manhã estamos a tratar de assuntos numa escola e à tarde estamos a resolver um assunto com um idoso. É claro que o tipo de discurso é bem diferente e todos temos que ter isso sempre bem presente “
E4	“Claro que sim.”
E5	“Sim. É feito ao nível das acções da própria instituição, desde logo, pelo comandante de destacamento é estabelecido um determinado perfil para o indivíduo”; “É necessária a adequação do perfil à função que é feita numa primeira triagem ao nível do comandante de destacamento o que falta realmente é a questão da formação que qualifique os militares e que de alguma forma se regulamentasse a actividade (o que depois se prende com determinadas questões como por exemplo: será que o militar pode fazer programas especiais para o resto da vida ou em determinada idade deixa de ter requisitos).”
E6	“Sim. Estas secções, apesar das limitações com que diariamente se debatem, desenvolvem uma acção muito válida, sendo extremamente importante o papel que desenvolvem em determinadas áreas (comunidade escolar, idosos, etc.), pelo que a imagem que conseguem transmitir da Guarda é muito positiva. A anulação destas seria uma grande perda para a Guarda, quer na componente de proximidade quer na componente da transmissão de uma imagem de confiança, de amizade e de proximidade.”

B.2.9: PERGUNTA Nº 9

Quadro B.9: Quadro resumo das respostas à questão 9.

P.9: Os militares afectos a estas secções desempenham apenas e só este serviço específico? (Ou podem acumular com outras funções?)	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	“Actualmente desconheço. Quando foram criados os NES era em regime de exclusividade.”
E2	“Os militares das SPE podem prestar outros serviços, sempre que o Cmdt do DTer assim o entenda. Não existindo uma NEP que regule as SPE, os critérios do seu empenhamento são definidos pelo Cmdt do DTer.”
E3	“No caso do Destacamento de Portalegre, os dois militares afectos desempenham, funções na secção, reforçando os Postos no âmbito de outras missões distintas sempre que necessário. O Chefe da Secção integra ainda a escala de Graduado dia ao Comando Territorial de Portalegre, e o militar mais moderno a escala de atendimento em reforço do Posto sede do Destacamento.”
E4	“Apenas fazem este serviço específico e não devem acumular.”
E5	“Desempenham este trabalho específico, muito embora os elementos da escola segura na época em que não há escola podem também reforçar as outras equipas “; “É ainda de

	salientar que a secção de programas especiais não é a escola segura é algo que tem que ser desmistificado mas sim os 3 núcleos (NES NIS NCS) tendo por isso, estes meios que ser geridos consoante a acção prioritária que estamos a ter porque temos défice de meios esta é a verdade, estes núcleos deveriam ter mais pessoal mas o efectivo é o que temos e temos que o saber gerir.”
E6	“Os militares afectos ao SPE desempenham fundamentalmente estas funções, mas não deixam de efectuar outras, quando tal se torna necessário. Mais uma vez refere-se que se trabalha em situações de limitação de recursos humanos e por vezes o esforço de todos é necessário.”

B.2.10: PERGUNTA Nº 10

Quadro B.10: Quadro resumo das respostas à questão 10

P.10: As secções abrangem uma diversidade de matérias, e subdividem-se em vários núcleos que tratam de matérias díspares. O efectivo destas secções está seleccionado e dividido pelos diversos núcleos ou são os mesmos militares que põem em prática as mais diversas acções solicitadas pelo exterior?	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	“Desconheço, no entanto aquando da sua criação foram dadas indicações que deveriam ser efectivos distintos para cada situação, pelo menos no que diz respeito aos jovens e idosos. Abordar temáticas sobre segurança com jovens/crianças é diferente dos idosos.”
E2	“Verifica-se que existe um número reduzido de SPE que estão divididas em núcleos, mas sendo a média de 3 militares por SPE e mais de 50% são compostas por 2 militares, constata-se que são os mesmos militares a operacionalizar todos os programas especiais.”
E3	“Apesar da secção se encontra devidamente dividida por núcleos e valências, isso só acontece em termos administrativos e de resolução de expediente, no tocante à parte prática, essa divisão não existe, sendo que os dois militares tratam de todos os assuntos relativos à secção.”
E4	“São os mesmos.”
E5	“Em alguns destacamentos há um grande défice de efectivo em virtude de os militares terem sido promovidos ou terem ido para a reserva havendo necessidade de ser alocado mais efectivo aos programas especiais, de qualquer das formas o que tentamos fazer é que haja pelo menos um ou dois militares afectos a cada um dos núcleos sendo especialista naquela área.”
E6	“Face à escassez de recursos humanos, são os mesmos militares que desenvolvem todos os programas. Daqui surge uma das grandes contingências destas secções.”

B.2.11: PERGUNTA Nº 11

Quadro B.11: Quadro resumo das respostas à questão 11

P.11: Ainda relativamente ao efectivo, em que moldes é feita a selecção dos militares que integram as SPE, existem algumas características específicas que prevaleçam no ingresso?	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	“Do antecedente era mediante proposta do Comandante do Destacamento tendo em conta determinadas características dos militares.”
E2	“Como já referido não existe uma NEP que regule as SPE, logo não estão definidos critérios de acesso á SPE, ficando ao livre arbítrio dos Cmdt de CTer e de DTer.”
E3	“Actualmente, no Comando Territorial de Portalegre, os últimos dois militares que ingressaram nas secções, foram submetidos a provas de selecção, como sendo utilização de PC em trabalhos de Excel, Word, prova de legislação rodoviária e apresentação de diapositivos PowerPoint. Depois dessa avaliação é que foram seleccionados os que obtiveram nota mais elevada.”

E4	“Na selecção, feita normalmente pelos Comandante de Destacamento, têm em conta, algumas características que se julgam importantes para o desempenho das funções.”
E5	“Existe mas não está regulamentado, é no fundo por, indicações que são transmitidas pelo comandante do ComTer ou que estejam pré-definidas. O comandante de destacamento escolhe perante determinadas características do militar, como por exemplo, a assertividade, a iniciativa, a inter-acção com as pessoas e a capacidade de diálogo.”
E6	“Habitualmente as colocações são por escolha. Sim, existem características dos militares que condicionam essas escolhas. Capacidade de criar empatia, dinamismo, iniciativa, conhecimentos na área dos multimédia, relações públicas, especial sensibilidade para problemas sociais sensíveis, etc.”

B.2.12: PERGUNTA Nº 12

Quadro B.12: Quadro resumo das respostas à questão 12

P.12: Relativamente aos meios materiais e humanos. Em termos genéricos os meios humanos têm capacidade de resposta? (Dispõem estas secções de meios adequados para a actividade que desenvolvem?)	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	“Desconheço.”
E2	“Sobre os meios humanos como já referido são insuficientes, no que diz respeito aos meios materiais, são os suficientes para o número de militares existente.”
E3	“Digamos que se dispões dos serviços mínimos.” “Nos meios humanos reside o principal problema.”
E4	“Não. Faltam meios.”
E5	“No Comando Territorial de Lisboa em termos de viaturas e motociclos estamos bem. Particularmente as Secções têm os meios suficientes e adequados ao seu desempenho”; “Relativamente aos meios humanos podíamos crescer mais um pouco e adquirir mais efectivos”; “No Comando Territorial de Lisboa em termos de viaturas e motociclos estamos bem. Particularmente as Secções têm os meios suficientes e adequados ao desempenho.”
E6	“Tal como já foi referido a principal limitação assenta nos meios humanos. No entanto, também residem muitas outras que vão sendo colmatadas dentro do possível pelo Comando e pela iniciativa dos militares e fruto desse força de vontade tem-se conseguido desenvolver, por vezes, excelentes acções.”

B.2.13: PERGUNTA Nº 13

Quadro B.13: Quadro resumo das respostas à questão 13

P.13: De acordo com as funções que desempenhou, qual foi para si o marco mais significativo relativamente às SPE?	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	“O marco significativo pela positiva foi a criação dos NES e posteriormente a criação das SPE englobando os vários programas existentes. Pela negativa foi o facto de na prática tudo isto não funcionar convenientemente.”
E2	“O reconhecimento da população pelo trabalho desenvolvido, quer por particulares quer por instituições, sendo todos unânimes em louvar o trabalho da GNR no âmbito do policiamento de proximidade e segurança comunitária.”
E3	Não lhe foi solicitada esta resposta.
E4	Não lhe foi solicitada esta resposta.
E5	Não lhe foi solicitada esta resposta.

E6	Não lhe foi solicitada esta resposta.
----	---------------------------------------

B.2.14: PERGUNTA Nº 14

Quadro B.14: Quadro resumo das respostas à questão 14

P.14: Na sua opinião e numa perspectiva futura, que propostas poderiam ser apresentadas para uma maior eficiência na aplicação destes programas especiais?	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	“Em primeiro lugar seleccionar convenientemente os militares que prestam serviço nas SPE. Em segundo lugar criar um plano de formação específico para cada área de actuação. Em terceiro lugar dotar as SPE de meios humanos e materiais suficientes para desenvolver com eficiência os objectivos para cada programa, nomeadamente escola segura, idosos e comércio. Por último este serviço deveria ser considerado como uma especialidade. A Guarda deveria apostar nos programas de proximidade.”
E2	“Para além da aprovação para breve da NEP que regula os programas especiais na GNR e do curso de para os militares das SPE, a existência de uma filosofia de partilha de boas práticas na GNR é fundamental para o sucesso do modelo de policiamento de proximidade e segurança comunitária na GNR.”
E3	“A começar pela dotação de meios materiais mínimos mas eficazes para a competente realização do serviço, como sendo viaturas modernas (a actual tem mais de 14 anos). Essas viaturas devem estar preparadas para o policiamento aos idosos, que na nossa área existem muitos em zonas de campo e mato, com acessos inultrapassáveis por um veículo ligeiro tipo fiat punto, citroen saxo entre outras.”; “a criação de um símbolo para as secções à semelhança de tantas outras especialidades”; “adoptarmos como símbolo o mocho, ao qual todos desde pequenos associamos á sabedoria”; “todos os militares afectos às secções deveriam passar uma actualização de conhecimentos e ser-lhes atribuído um diploma dessa mesma formação”; “Os militares que venham a ser aprovados para integrarem as secções, deveriam também ser sujeitos a uma formação com curso adequado com atribuição de diploma.”
E4	“Mais importante seria, dar formação aos militares, aumentar o efectivo, especializa-los nas diversas matérias e fundamentalmente criar uma estrutura idêntica à SIC e ao SEPNA, para que, estas Secções tivessem algum enquadramento ao nível do Comando Territoriais.”
E5	“Na minha opinião e para que as coisas futuramente decorram como o pretendido é importante definir desde logo que as secções de programas especiais não são a escola segura mas que, estas têm três áreas de actuação distintas: os idosos em segurança, o comércio seguro, e a escola segura”; “dar o passo em frente e desde logo na identificação dos veículos através dum logótipo próprio destas secções para que as viaturas possam ser utilizadas nas três vertentes deste policiamento”; “A verdadeira questão ainda se prende com a formação, na minha opinião a guarda deveria promover uma formação inicial para integrar estas secções de 3 a 5 dias mas ministrada na Escola da Guarda que seria a sede ideal para ser ministrada”; “e para tal que a actividade seja regulamentada por uma NEP ou Directiva a nível do Comando Operacional que venha definir as regras até de permanência nos respectivos núcleos.”
E6	“Apesar das limitações financeiras conhecidas, dotar as SPE’s com meios materiais e humanos que dessem uma garantia de intervenção assente numa perspectiva de sucesso, atingindo de igual forma os vários projectos especiais em curso. Ser definida uma estratégia de uniformização a nível Nacional, toda ela assente em critérios bem delineados e sustentáveis, seja do ponto de vista da formação, efectivos e meios materiais, bem como de uma oportuna e adequada actualização de objectivos e boas práticas.”

APÊNDICE C: TABELAS DE ANÁLISE DE RESULTADOS

C.1: PERGUNTA Nº 1

Quadro C.1: Análise da pergunta 1

P.1 Com a Lei 63/2007, de 06 de NOV, que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana (GNR), foi alterada a designação de Núcleos de Programas Especiais para Secções de Programas Especiais, que estão organicamente compostas na estrutura dos Destacamentos Territoriais. A seu entender estes programas acompanharam o evoluir da sociedade?		E1	E2	E3	E4	E5	E6	%
Respostas concordantes.		x	x	x	x	x	x	100
Respostas discordantes.								0,00
Conceitos chave justificativos	Foram acompanhando algumas das principais problemáticas que foram emergindo/evoluindo na sociedade	x			x		x	50,0
	Respondem às necessidades da população		x					16,7
	Criação de várias valências			x		x		33,3

C.2: PERGUNTA Nº 2

Quadro C.2: Análise da pergunta 2.

P.2 Em que sentido têm evoluído, conseguem realmente estes programas dar resposta às necessidades que levaram à sua criação?		E1	E2	E3	E4	E5	E6	%
Respostas concordantes.			x		x	x		50,0
Respostas discordantes.		x		x			x	50,0
Conceitos chave justificativos	Capacidade bastante reduzida.	x						16,7
	Na generalidade têm conseguido corresponder às expectativas.		x		x			33,3
	O modelo é o adequado e está em funcionamento.					x		16,7
	Resultados aquém dos pretendidos						x	16,7
	Expectativas criadas no início, não foram satisfeitas.			x				16,7

C.3:PERGUNTA Nº 3

Quadro C.3: Análise da pergunta 3.

P.3 A criação destes programas tem tido por base protocolos celebrados conjuntamente com outras entidades. Tem a GNR correspondido aos objectivos propostos?		E1	E2	E3	E4	E5	E6	%
Respostas concordantes.		x	x			x	x	66,7
Respostas discordantes.				x	x			33,3
Conceitos chave justificativos	A guarda consegue cumprir mas com muitas limitações.	x					x	33,3
	Atinge os objectivos propostos		x			x		33,3
	Não atinge os objectivos propostos.			x				16,7
	Não existem qualquer protocolo com instituições em particular.				x			16,7

C.4:PERGUNTA Nº 4

Quadro C.4:Análise da Pergunta 4

P.4 A GNR celebra com alguma regularidade parcerias com entidades locais?		E1	E2	E3	E4	E5	E6	%
Respostas concordantes.		x	x	x	x	x	x	100
Respostas discordantes.								0,00
Conceitos chave justificativos	Sim. É normal acontecer.	x			x	x	x	66,7
	Localmente são solicitadas com muita frequência para integrar parcerias.		x					16,7
	Pontualmente são feitas solicitações para apoio e patrocínios de iniciativas das SPE.			x				16,7

C.5:PERGUNTA Nº 5

Quadro C.5:Análise da Pergunta 5

P.5: As secções de programas especiais estão organicamente constituídas nos Destacamentos Territoriais, qual o efectivo que suportam e qual o número de militares empenhados nestes programas?		E1	E2	E3	E4	E5	E6	%
Conceitos chave justificativos	2 Militares o que é manifestamente pouco	x		x	x			33,3
	7 a 10 Seria o ideal		x					16,7
	É fundamental a relação entre as necessidades e o efectivo empenhado					x		16,7
	Limitações em termos de efectivo						x	16,7

C.6:PERGUNTA Nº 6

Quadro C.6:Análise da Pergunta 6

P.6: Visto estarem sediados no DTER, respondem de igual forma às solicitações dos restantes PTER dos Destacamentos?		E1	E2	E3	E4	E5	E6	%
Respostas concordantes.		x	x	x	x	x		83,3
Respostas discordantes.							x	16,7
Conceitos chave justificativos	Área de jurisdição é a do DTer		x					16,7
	Forma equitativa/transversal	x		x		x		50,0
	Alguma tendência para esse efeito				x		x	33,3

C.7:PERGUNTA Nº 7

Quadro C.7:Análise da Pergunta 7

P.7: A nível de formação dos militares que integram estas secções, existiu em tempos uma breve formação ao nível da escola segura. Existem actualmente algumas limitações nesta área?		E1	E2	E3	E4	E5	E6	%
Respostas concordantes.						x		16,7
Respostas discordantes.		x	x	x	x		x	83,3
Conceitos chave justificativos	Inicialmente não existiu qualquer formação	x						16,7
	“A formação é o calcanhar de Aquiles”		x					16,7
	Não são feitas nem se fazem formações/reciclagens			x		x		33,3
	Foram feitas pequenas formações, embora não haja nenhum curso de formação específico.						x	16,7
	Não possui qualquer formação ministrada na Guarda, havendo por isso grandes limitações.				x			16,7

C.8:PERGUNTA Nº 8

Quadro C.8:Análise da Pergunta 8

P.8: Caso não seja ministrada qualquer tipo de formação, a instituição GNR deveria apostar na formação dos militares que integram estas secções, dado que contactam diariamente com questões sensíveis?		E1	E2	E3	E4	E5	E6	%
Respostas concordantes.		x	x	x	x	x	x	100,0
Respostas discordantes.								0,00
Conceitos chave justificativos	Deveria ser obrigatória	x					x	33,3
	Falta de formação que qualifique os militares					x		16,7,3
	Essencial para uma melhor qualidade do serviço prestado		x					16,7
	Sim			x	x		x	33,3

C.9:PERGUNTA Nº 9

Quadro C.9:Análise da Pergunta 9

P.9: Os militares afectos a estas secções desempenham apenas e só este serviço específico?		E1	E2	E3	E4	E5	E6	%
Respostas concordantes.		x			x	x	x	66,7
Respostas discordantes.			x	x				33,3
Conceitos chave justificativos	Inicialmente era regime de exclusividade	x						16,7
	Podem prestar outro serviço se o Cmdt DTer entender		x					16,7
	Reforçam a actividade do PTer			x				16,7
	Reforçam os restantes núcleos da SPE				x	x		33,3
	Desempenham fundamentalmente estas funções mas não deixam de efectuar outras.						x	16,7

C.10:PERGUNTA Nº 10

Quadro C.10:Análise da Pergunta 10

P.10: As secções abrangem uma diversidade de matérias, e subdividem-se em vários núcleos que tratam de matérias díspares. O efectivo destas secções está seleccionado e dividido pelos diversos núcleos ou são os mesmos militares que põem em prática as mais diversas acções solicitadas pelo exterior?		E1	E2	E3	E4	E5	E6	%
Respostas concordantes.		x				x		33,3
Respostas discordantes.			x	x	x		x	66,7
Conceitos chave justificativos	Efectivos distintos	x						16,7
	São os mesmos elementos a operacionalizar todos os programas		x	x	x		x	66,7
	Há pelo menos um militar afecto a cada um dos núcleos						x	16,7

C.11:PERGUNTA Nº 11

Quadro C.11:Análise da Pergunta 11

P.11: Ainda relativamente ao efectivo, em que moldes é feita a selecção dos militares que integram as SPE, existem algumas características específicas que prevaleçam no ingresso?		E1	E2	E3	E4	E5	E6	%
Respostas concordantes.		x		x	x	x	x	83,3
Respostas discordantes.			x					16,7
Conceitos	Tendo em conta determinadas características	x			x	x		50,0

chave justificativos	Não estão definidos critérios de selecção		x					16,7
	Submissão a provas			x				16,7
	Colocação por escolha						x	16,7

C.12:PERGUNTA Nº 12

Quadro C.12:Análise da Pergunta 12

P.12: Relativamente aos meios materiais e humanos. Em termos genéricos os meios humanos têm capacidade de resposta?		E1	E2	E3	E4	E5	E6	%
Respostas concordantes.						x		16,7
Respostas discordantes.			x	x	x		x	66,7
Conceitos chave justificativos	Faltam meios				x			16,7
	Maior défice de meios humanos embora também se deparem com outras limitações		x				x	33,3
	Serviços mínimos			x				16,7
	Têm meios suficientes					x		16,7

C.13:PERGUNTA Nº 13

Não foi elaborada tabela de análise em virtude desta pergunta, apenas ter sido colocada aos entrevistados 1 e 2.

C.14:PERGUNTA Nº 14

Não foi elaborada tabela em virtude de ser uma pergunta fundamentada nas diversas opiniões dos entrevistados não havendo portanto dados comparativos de análise em tabela.

APÊNDICE D: QUESTIONÁRIO

Parte I - Informações Genéricas de Caracterização dos Inquiridos

1. Quantos anos tem? *

2. Qual o seu género? *

- Feminino
 Masculino

3. Qual a função que desempenha? *

- a) Comandante de Destacamento Territorial (DTER).
 b) Militar pertencente às Secções de Programas Especiais (SPE).

4. Qual a localização do Destacamento onde está a desempenhar funções? *

- Litoral
 Interior

Se é comandante de Destacamento não responda às perguntas 5,6,7.

5. Há quanto tempo presta serviço nas Secções de Programas Especiais?

- a) De 0 a 1 anos.
 b) De 1 a 3 anos.
 c) De 3 a 5 anos.
 d) Mais de 5 anos.

6. Qual o núcleo onde desempenha as suas funções?

(Se achar conveniente pode seleccionar mais do que uma opção)

- a) Núcleo de Escola Segura (NES).
- b) Núcleo de Idosos em Segurança (NIS).
- c) Núcleo de Comércio Seguro (NCS).
- d) Em Todos.

7. Aquando do ingresso nas SPE foi escolhido por:

- a) Oferecimento.
- b) Proposta do Cmdt Dter.
- c) Proposta do Cmdt Pter.
- d) Conhecer os militares das SPE.
- e) Ter formação adequada à função.

Parte II - Inputs ao nível organizacional, da equipa e ao nível dos elementos das equipas

8. As SPE foram criadas recentemente com a reestruturação orgânica da instituição GNR. Para que possamos avaliar o seu funcionamento, assinale a opção do grau de concordância, com as seguintes afirmações considerando a codificação com a seguinte tabela:

8.1) A GNR celebra com regularidade parcerias com entidades locais *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

8.2) As parcerias celebradas cumprem-se na totalidade/êxito. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

8.3) Considero que deveria haver um concurso para ingressar nas SPE. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

8.4) Considero que as SPE deveriam recrutar mais elementos. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

8.5) A Selecção dos militares das SPE é efectuada correctamente. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

8.6) Devem ser aplicada inamovibilidade aos elementos das SPE. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

Parte III – Processo Mediador na Eficácia e Viabilidade das SPE

9. Para avaliar a capacidade de resposta das SPE, é de todo conveniente analisar todos os aspectos que regulam a sua actuação.
Pontue as seguintes afirmações de acordo com o seu grau de concordância.

9.1) O efectivo das SPE recebem alguma formação inicial aquando o ingresso. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

9.2) O efectivo das SPE recebe alguma formação contínua/reciclagens. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

9.3) A formação seria uma mais-valia para o desempenho das funções. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

9.4) As SPE dispõem de meios materiais adequados. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

9.5) Há uniformidade de procedimentos a nível nacional. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

9.6) As SPE devem estar mais perto da população. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

9.7) Há uniformidade de materiais de apoio ao nível do Comando Territorial *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

9.8) A localização das SPE nos DTER é adequada às necessidades. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

9.9) As SPE devem estar sediadas nos PTER. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

9.10) Considero que os militares das SPE desempenham apenas o serviço referente às Secções. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

9.11) As tarefas desempenhadas pelos militares das SPE podem levar à monotonia laboral com o passar dos anos. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

9.12) Procura dinamizar e inovar nas tarefas incumbidas às SPE no seu dia-a-dia. *

1 2 3 4 5

Discordo Totalmente Concordo Totalmente

10. Já recebeu alguma formação nesta área? *

- a) Sim
- b) Não

11. No caso de a resposta ser afirmativa:

- a) Foi a nível institucional.
- b) A título particular.
- c) De outra forma.

12. No DTER a que pertence, dentro dos núcleos anteriormente referenciados, qual a área em que desenvolve mais actividades? *

(Se achar conveniente pode seleccionar mais do que uma opção)

- a) Núcleo de Escola Segura (NES).
- b) Núcleo de Idosos em Segurança (NIS).
- c) Núcleo de Comércio Seguro (NCS).
- d) Em todos de igual forma.

13. Fazem visitas a idosos, comerciantes e às escolas por auto-iniciativa: *

- a) Nunca
- b) Raramente.
- c) Às vezes.
- d) Quase sempre.
- e) Sempre

14. Os materiais de apoio didáctico de que dispõem foram elaborados: *

- a) Pelos próprios.
- b) Fornecidos pela instituição.
- c) Por colegas de trabalho.
- d) De outra forma.

15. Os elementos das SPE no desempenho de funções encontram uma maior dificuldade por: *

(Se achar conveniente pode seleccionar mais do que uma opção)

- a) Falta de meios materiais/humanos.
- b) Acumulação de funções.
- c) Grande separação geográfica entre os Pter .
- d) Grande número de solicitações.
- e) Desempenho de funções nos três núcleos (NES; NIS; NCS).

Parte IV – Desempenho e Eficácia das SPE

Se é comandante de Destacamento não responda às perguntas 16,19 e 20.

16. Quantas solicitações/diligências têm por ano relativamente a cada um dos núcleos:

a) NES

- a) 0-50
- b) 51-100
- c) 101-150
- d) 151-200
- e) Mais de 200

16. Quantas solicitações/diligências têm por ano relativamente a cada um dos núcleos:

b) NIS

- a) 0-50
- b) 51-100
- c) 101-150
- d) 151-200
- e) Mais de 200

16. Quantas solicitações/diligências têm por ano relativamente a cada um dos núcleos:

c) NCS

- a) 0-50
- b) 51-100
- c) 101-150
- d) 151-200
- e) Mais de 200

17. O que poderia aumentar a eficácia das SPE? *

(Se achar conveniente pode seleccionar mais do que uma opção)

- a) Mais meios humanos.
- b) Mais meios materiais.
- c) Mais parcerias.
- d) Mais formação.

18. De que forma pode o relacionamento e partilha de informação entre Pter/SPE ser afectada: *

(Se achar conveniente pode seleccionar mais do que uma opção)

- a) Por estarem sediadas no DTER.
- b) Por darem resposta com mais frequência ao Pter Sede (do Dter).
- c) Por falta de efectivo.
- d) Por falta de meios adequados.
- e) Por outros motivos.
- f) Por falta de sensibilidade dos restantes militares para estas matérias.

19. Quanto ao nível de Eficácia, Considera que a sua equipa é eficaz na actuação de: numere de acordo com o grau de eficácia. a) Núcleo de Escola Segura (NES).

1 2 3 4 5

19. Quanto ao nível de Eficácia, Considera que a sua equipa é eficaz na actuação de: numere de acordo com o grau de eficácia. b) Núcleo de Idosos em Segurança (NIS).

1 2 3 4 5

19. Quanto ao nível de Eficácia, Considera que a sua equipa é eficaz na actuação de: numere de acordo com o grau de eficácia. c) Núcleo de Comércio Seguro (NCS).

1 2 3 4 5

20. Considera que é compatível o desempenho de funções nos três núcleos cumulativamente.

- a) Sim
- b) Não

Obrigado pela sua colaboração

APÊNDICE E: ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

E.1: PARTE I: INFORMAÇÃO GENÉRICA E CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS

E.1.1: QUESTÃO 1

A pergunta nº 1 do referente questionário faz referência à faixa etária dos inquiridos. Esta é variável, 26 a 51 anos de idade, de acordo com a função e os anos de serviço.

E.1.2: QUESTÃO 2

Tabela E.1: Análise da Questão 2

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
Feminino	6	11,1	11,1	11,1
Masculino	48	88,9	88,9	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.1.3: QUESTÃO 3

Tabela E.2: Análise da Questão 3

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
Comandante DTER	20	37,0	37,0	37,0
Militar das SPE	34	63,0	63,0	100,0
Total	54	100,0	100,0	

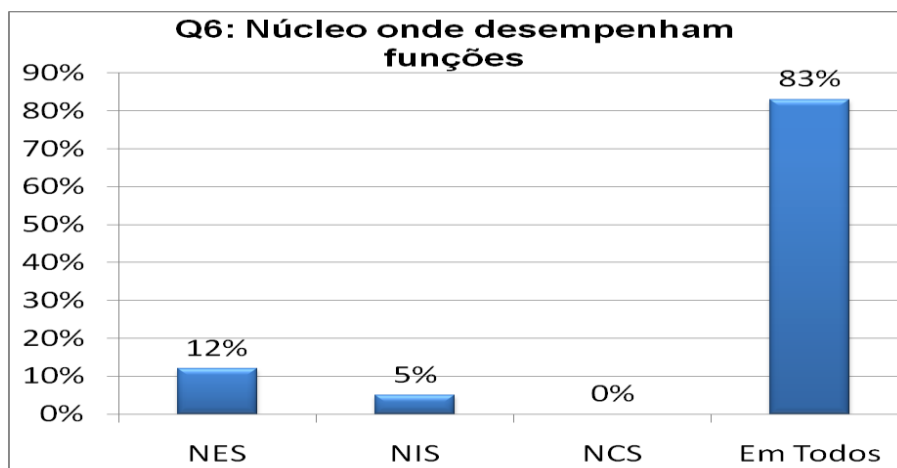
E.1.4: QUESTÃO 5

Tabela E.3: Análise da Questão 5

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
De 0 a 1 anos	6	11,1	18,2	18,2
De 1 a 3 anos	11	20,4	33,3	51,5
De 3 a 5 anos	2	3,7	6,1	57,6
Mais de 5 anos	14	25,9	42,4	100,0
Total	34	63,0	100,0	

E.1.5: QUESTÃO 6

Gráfico 3: Análise da Questão 6



E.1.6: QUESTÃO 7

Tabela E.4: Análise da Questão 7

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem Cumulativa
Oferecimento	5	9,3	15,2	15,2
Proposta do Cmdt DTER	20	37,0	60,6	75,8
Proposta do Cmdt PTER	3	5,6	9,1	84,8
Ter formação adequada à função	5	9,3	15,2	100,0
Total	34	63,0	100,0	

E.2: PARTE II-INPUTS AO NÍVEL ORGANIZACIONAL, DA EQUIPA E AO NÍVEL DOS ELEMENTOS DAS EQUIPAS

E.2.1: QUESTÃO 8.1

Tabela E.5: Análise da Questão 8.1

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem Cumulativa
Discordo	6	11,1	11,1	11,1
Não tenho opinião	11	20,4	20,4	31,5
Concordo	30	55,6	55,6	87,0
Concordo Totalmente	7	13,0	13,0	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.2.2: QUESTÃO 8.2

Tabela E.6: Análise da Questão 8.2

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem Cumulativa
Discordo	6	11,1	11,1	11,1
Não tenho opinião	15	27,8	27,8	38,9
Concordo	25	46,3	46,3	85,2
Concordo Totalmente	8	14,8	14,8	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.2.3: QUESTÃO 8.3

Tabela E.7: Análise da Questão 8.3

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	5	9,3	9,3	9,3
Discordo	7	13,0	13,0	22,2
Não tenho opinião	16	29,6	29,6	51,9
Concordo	5	9,3	9,3	61,1
Concordo Totalmente	21	38,9	38,9	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.2.4: QUESTÃO 8.4

Tabela E.8: Análise da Questão 8.4

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	2	3,7	3,7	3,7
Discordo	1	1,9	1,9	5,6
Não tenho opinião	11	20,4	20,4	25,9
Concordo	20	37,0	37,0	62,9
Concordo Totalmente	30	55,5	55,5	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.2.5: QUESTÃO 8.5

Tabela E.9: Análise da Questão 8.5

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	6	11,1	11,1	11,1

Apêndices

Discordo	8	14,8	14,8	25,9
Não tenho opinião	23	42,6	42,6	68,5
Concordo	15	27,8	27,8	96,3
Concordo Totalmente	2	3,7	3,7	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.2.6: QUESTÃO 8.6

Tabela E.10: Análise da Questão 8.6

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	6	11,1	11,1	11,1
Discordo	6	11,1	11,1	11,1
Não tenho opinião	6	11,1	11,1	22,2
Concordo	7	13,0	13,0	46,3
Concordo Totalmente	29	53,7	53,7	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.3: PROCESSO MEDIADOR NA EFICÁCIA E VIABILIDADE DAS SPE

E.3.1: QUESTÃO 9.1

Tabela E.11: Análise da Questão 9.1

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	23	42,6	42,6	42,6
Discordo	12	22,2	22,2	64,8
Não tenho opinião	10	18,5	18,5	83,3
Concordo	3	5,6	5,6	88,9
Concordo Totalmente	6	11,1	11,1	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.3.2: QUESTÃO 9.2

Tabela E.12: Análise da Questão 9.2

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	20	37,0	37,0	37,0

Apêndices

Discordo	17	31,5	31,5	68,5
Não tenho opinião	11	20,4	20,4	88,9
Concordo	2	3,7	3,7	92,6
Concordo Totalmente	4	7,4	7,4	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.3.3: QUESTÃO 9.3

Tabela E.13: Análise da Questão 9.3

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
Não tenho opinião	1	1,9	1,9	1,9
Concordo	6	11,1	11,1	13,0
Concordo Totalmente	47	87,0	87,0	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.3.4: QUESTÃO 9.4

Tabela E.14: Análise da Questão 9.4

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
				11,1
Discordo	19	Discordo Totalmente	6	46,3
Não tenho opinião	14	25,9	25,9	72,2
Concordo	14	25,9	25,9	98,1
Concordo Totalmente	1	1,9	1,9	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.3.5: QUESTÃO 9.5

Tabela E.15: Análise da Questão 9.5

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	19	35,2	35,2	35,2
Discordo	14	25,9	25,9	61,1
Não tenho opinião	15	27,8	27,8	88,9
Concordo	5	9,3	9,3	98,1
Concordo Totalmente	1	1,9	1,9	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.3.6: QUESTÃO 9.6

Tabela E.16: Análise da Questão 9.6

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	18	33,3	33,3	33,3
Discordo	8	14,8	14,8	48,1
Não tenho opinião	23	42,6	42,6	90,7
Concordo	4	7,4	7,4	98,1
Concordo Totalmente	1	1,9	1,9	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.3.7: QUESTÃO 9.7

Tabela E.17: Análise da Questão 9.7

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
Não tenho opinião	3	5,6	5,6	5,6
Concordo	17	31,5	31,5	37,0
Concordo Totalmente	34	63,0	63,0	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.3.8: QUESTÃO 9.8

Tabela E.18: Análise da Questão 9.8

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	1	1,9	1,9	1,9
Discordo	2	3,7	3,7	5,6
Não tenho opinião	9	16,7	16,7	22,2
Concordo	23	42,6	42,6	64,8
Concordo Totalmente	19	35,2	35,2	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.3.9: QUESTÃO 9.9

Tabela E.19: Análise da Questão 9.9

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem Cumulativa
Discordo	29	53,7	53,7	53,7
Não tenho opinião	13	24,1	24,1	77,8
Concordo	10	18,5	18,5	96,3
Concordo Totalmente	2	3,7	3,7	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.3.10: QUESTÃO 9.10

Tabela E.20: Análise da Questão 9.10

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	8	14,8	14,8	14,8
Discordo	14	25,9	25,9	40,7
Não tenho opinião	20	37,0	37,0	77,8
Concordo	7	13,0	13,0	90,7
Concordo Totalmente	5	9,3	9,3	100,0
Total	54	100,0	100,0	

E.3.11: QUESTÃO 9.11

Tabela E.21: Análise da Questão 9.11

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem Cumulativa
Discordo Totalmente	19	35,2	35,2	35,2
Discordo	15	27,8	27,8	63,0
Não tenho opinião	13	24,1	24,1	87,0
Concordo	5	9,3	9,3	96,3
Concordo Totalmente	2	3,7	3,7	100,0
Total	54	100,0	100,0	

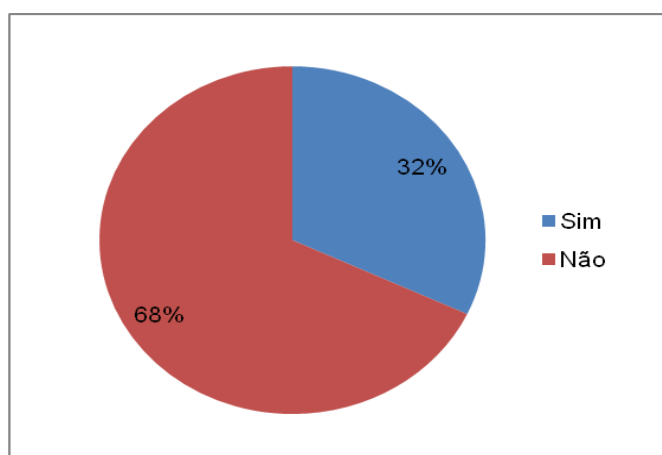
E.3.12: QUESTÃO 9.12

Tabela E.22: Análise da Questão 9.12

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem Cumulativa
Discordo	3	5,6	5,6	5,6
Não tenho opinião	3	5,6	5,6	11,1
Concordo	14	25,9	25,9	37,0
Concordo Totalmente	34	63,0	63,0	100,0
Total	54	100,0	100,0	

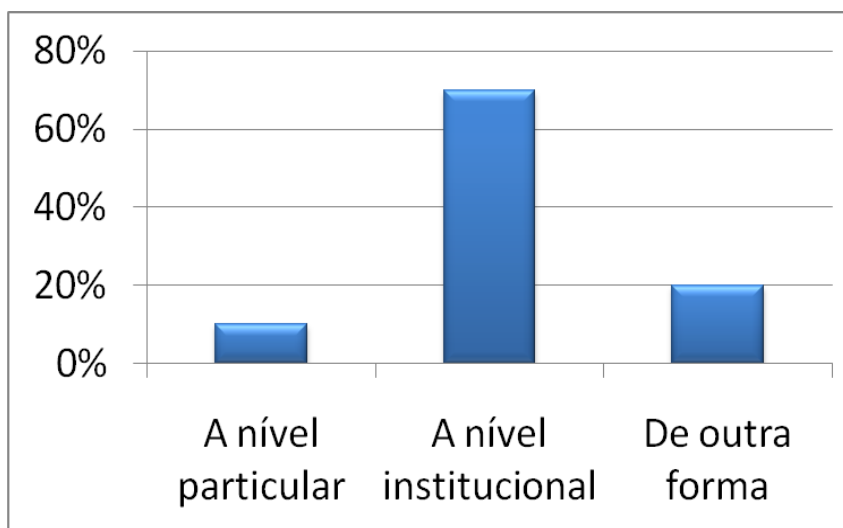
E.3.13: QUESTÃO 10

Gráfico 4: Análise da Questão 10



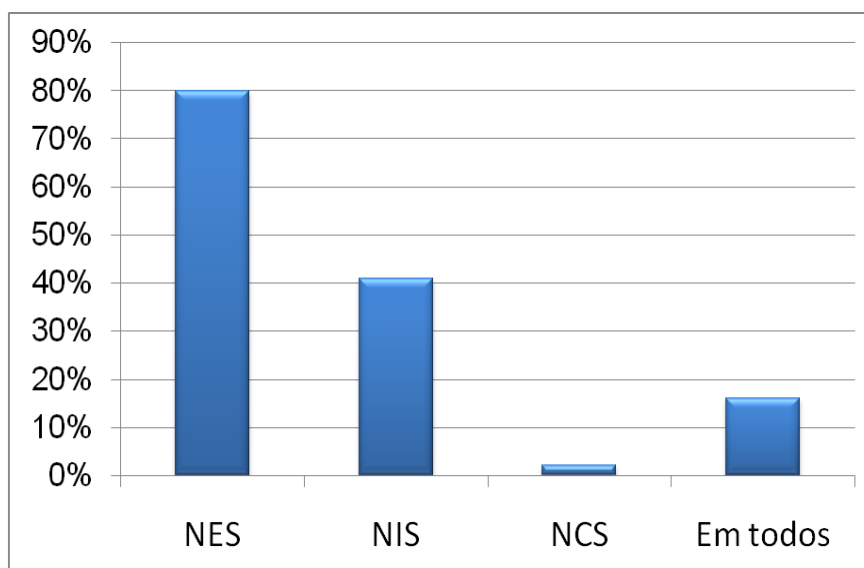
E.3.14: QUESTÃO 11

Gráfico 5: Análise da Questão 11



E.3.15: QUESTÃO 12

Gráfico 6: Análise da Questão 12



E.3.16: QUESTÃO 13

Tabela E.23: Análise da Questão 13

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem Cumulativa
Raramente	1	1,9	1,9	1,9
Às vezes	15	27,8	27,8	29,6
Quase sempre	20	37,0	37,0	66,7
Sempre	18	33,3	33,3	100,0

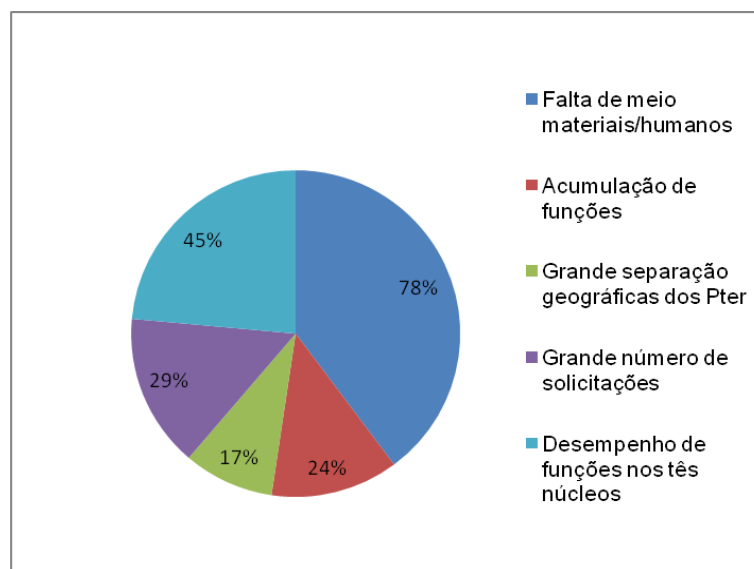
E.3.17: QUESTÃO 14

Tabela E.24: Análise da Questão 14

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem Cumulativa
Pelos próprios	34	63,0	63,0	63,0
Fornecidos pela Instituição	11	20,4	20,4	83,3
Por colegas de trabalho	4	7,4	7,4	90,7
De outra forma	5	9,3	9,3	100,0

E.3.18: QUESTÃO 15

Gráfico 7: Análise da Questão 15



E.4: PARTE IV: DESEMPENHO E EFICÁCIA DAS SPE

E.4.1: QUESTÃO 16A

Tabela E.25: Análise da Questão 16A

	Frequência	Porcentagem	Valid Percent	Cumulative Percent
0 - 50	2	3,7	5,3	5,3
51-100	12	22,2	31,6	36,8
101-150	9	16,7	23,7	60,5
151-200	4	7,4	10,5	71,1
Mais de 200	11	20,4	28,9	100,0

E.4.2: QUESTÃO 16B

Tabela E.26: Análise da Questão 16B

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem Cumulativa
0 - 50	22	40,7	55,0	55,0
51-100	4	7,4	10,0	65,0
101-150	8	14,8	20,0	85,0
151-200	5	9,3	12,5	97,5
Mais de 200	1	1,9	2,5	100,0

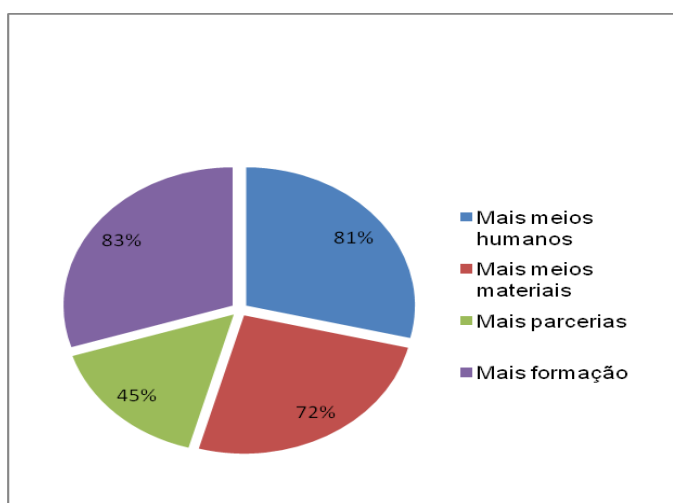
E.4.3: QUESTÃO 16C

Tabela E.27: Análise da Questão 16C

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem Cumulativa
0 - 50	25	46,3	64,1	64,1
51-100	5	9,3	12,8	76,9
101-150	4	7,4	10,3	87,2
151-200	5	9,3	12,8	100,0
Mais de 200	39	72,2	100,0	

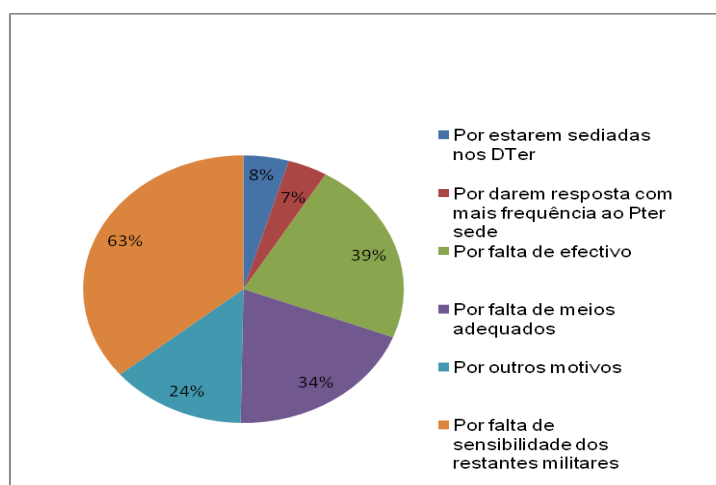
E.4.4: QUESTÃO 17

Gráfico 8: Análise da Questão 17



E.4.5: QUESTÃO 18

Gráfico 9: Análise da Questão 18



E.4.6: QUESTÃO 19A

Tabela E.28: Análise da Questão 19A

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
3	4	7,4	8,5	8,5
4	15	27,8	31,9	40,4
5	28	51,9	59,6	100,0
Total	47	87,0	100,0	

E.4.7: QUESTÃO 19B

Tabela E.29: Análise da Questão 19B

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
3	15	27,8	33,3	33,3
4	18	33,3	40,0	73,3
5	12	22,2	26,7	100,0
Total	45	83,3	100,0	

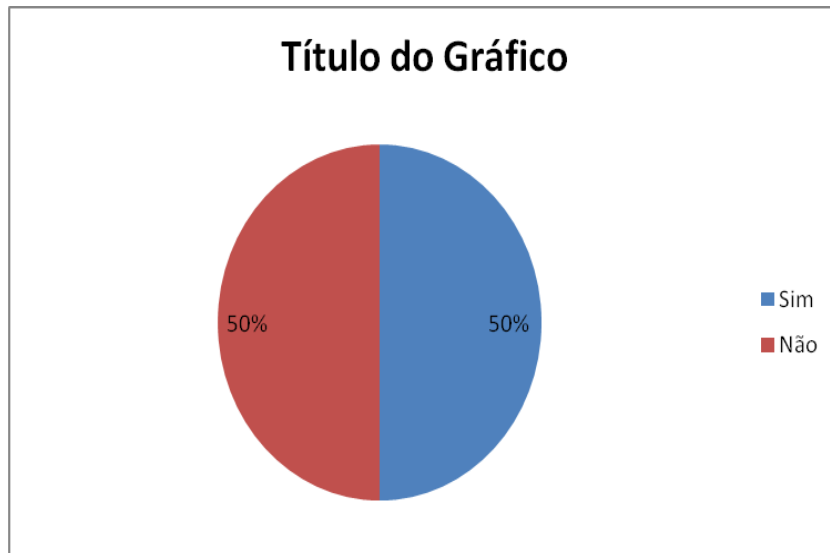
E.4.8: QUESTÃO 19C

Tabela E.30: Análise da Questão 19C

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem Cumulativa
1	2	3,7	4,4	4,4
2	2	3,7	4,4	8,9
3	17	31,5	37,8	46,7
4	18	33,3	40,0	86,7
5	6	11,1	13,3	100,0
Total	45	83,3	100,0	

E.4.9: QUESTÃO 20

Gráfico 10: Análise da Questão 20



ANEXOS

ANEXO A: MODELOS DE POLÍCIA E DE POLICIAMENTO

A.1: OS MODELOS DE POLICIAMENTO: UMA ABORDAGEM FUNCIONAL

A afirmação de Robert Peel, “a polícia é o público e o público é a polícia”, proferida em 1829 é apontada por vários autores como tendo sido a mola impulsora para uma mudança radical na maneira de pensar e agir das corporações policiais da época, levando mais tarde ao surgimento do modelo comunitário de policiamento.

Segundo Moore o estabelecimento de parcerias de trabalho entre a polícia e a comunidade para reduzir o crime e acentuar a segurança de modo a associá-lo à transformação das estruturas geográficas descentralizadas que encorajam o estabelecimento de laços mais estreitos com as comunidades locais.

Nessa perspectiva, todos os modelos que foram surgindo e que, de alguma forma fizessem um corte com o sistema reactivo tradicional de policiamento e apontassem a sua estratégia no sentido da pro-actividade e da aproximação às comunidades foram sendo englobados num grande chapéu-de-chuva ao qual se designou policiamento comunitário, por não existir uma definição clara e consensual para o que o mesmo representava.

O desenvolvimento da instituição policial e a consequente adequação das suas estratégias de funcionamento socioculturais, conduziu a que hoje se possa diferenciar dentro da estratégia comunitária de policiamento dos modelos: o comunitário e o de proximidade.

A.2: O MODELO COMUNITÁRIO ANGLO-SAXÓNICO

Teve a sua génese nos ideais de Robert Peel em 1829 que figura a Polícia Metropolitana de Londres (representada sobretudo, através da emblemática e incontornável figura do Bobby Londrino). Era uma polícia sem poderes especiais, que intervinha numa base consensual, designada por *pollicing by consent*. Peel lançou as bases de sustentação do que é hoje o modelo comunitário de policiamento, cujas medidas foram uma resposta à insegurança e aos motins que se faziam sentir nas ruas londrinas, medidas essas preventivas, tendo como objectivo o apoio às populações.

O modelo comunitário começa a ser implementado na Grã-Bretanha, mais precisamente na Inglaterra e na Escócia. Para Sherman, as primeiras experiências de policiamento de proximidade comunitário, tiveram início no policiamento em equipa (Team Policing), em Aberdeen na Escócia e em Accrington, no Condado de Coventry em Inglaterra, no período que se seguiu à segunda Guerra Mundial. Consistia na formação de equipas de cinco a dez elementos, distribuídos por diferentes áreas da cidade. Em Coventry, o programa chamou-se Unit Beat Policing, constituindo equipas que trabalhavam numa dada área territorial, chamado sector.

O modelo comunitário anglo-saxónico define como objectivo principal da sua acção a aproximação do cidadão à polícia, de modo a melhorar o relacionamento entre ambos, bem como, a orientação da acção policial no sentido da resolução dos problemas da comunidade, este modelo procura acima de tudo co-produzir o bem mais precioso de qualquer sociedade: a sua segurança, envolvendo para o efeito toda a comunidade.

Segundo Antunes Dias (2001), este modelo vai caracterizar-se “ pelo estabelecimento de laços e parcerias entre a polícia (controlo formal) e a comunidade (controlo informal), num esforço conjunto, de forma a inventariar e solucionar um conjunto de problemas, desde a prática de crimes até à emergência de incivilidade”.

Para que este modelo obtenha o sucesso, segundo Antunes Dias tem de assentar numa, estrutura descentralizada ao nível da instituição policial, conferindo maior responsabilidade e liberdade de acção aos vários níveis hierárquicos, assim como a polícia deve interiorizar uma perspectiva de natureza proactiva, procurando o cidadão, auscultando os seus anseios e preocupações, e promovendo contactos, através dos quais se consolidam a confiança e a participação.

Para tal, este modelo procura conferir aos agentes policiais um maior grau de autonomia, para que estes possam analisar e resolver no terreno os problemas com os quais se tem deparado.

A.3: O MODELO FRANCÓFONO DE PROXIMIDADE

Em França, a necessidade de criação de condições que promovessem a aproximação da força policial às populações começou por fazer-se sentir nos anos oitenta, depois de terem sido analisados os principais problemas com que se debatia a força policial no seu quotidiano laboral.

Segundo Carlos Alves, no início dos anos oitenta, o policiamento urbano caracterizava-se principalmente pela luta contra a pequena delinquência e que, para isto, foram tomadas medidas de intensificação da presença policial na via pública e de desenvolvimento do “*ilotage*”.

A partir daqui foram lançadas as bases para o surgimento do policiamento de proximidade, embora nessa altura se falasse apenas de necessidade de aproximação entre o polícia e o cidadão e não propriamente do policiamento de proximidade. O que todavia viria a ocorrer mais tarde.

Posto isto, foram aparecendo aos poucos algumas expressões tais como “segurança da vida quotidiana”, “policiamento do dia-a-dia”, “juntar-se-á à população”, “aproximação social”, entre outras.

O conceito de policiamento de proximidade em França consolidou-se nos finais de 1990, pois começaram a ser introduzidas novas políticas que vinham já configurar o policiamento de proximidade.

Segundo Georges Fenech, citando Alain Peyrefitte, o modelo francês de proximidade caracteriza-se por definir cinco objectivos principais: “a territorialização (bairros delimitados), a responsabilização (um responsável por cada sector territorial), o sistema de parcerias (no enquadramento dos contractos locais de segurança), o serviço público (melhor acolhimento) e a polivalência (dos polícias generalistas) ”.

As forças policiais participam activamente na melhoria da qualidade de vida das cidades e na prevenção da delinquência e da criminalidade, não de forma isolada, mas em conjunto com outros actores sociais, com responsabilidades directas na segurança da sociedade.

Em síntese consideramos que no modelo francês de proximidade a polícia desempenha uma função de regulação oportuna de incidentes e de urgências sociais, procurando, no cumprimento desta função, ter um contacto mais aprofundado com a comunidade procurando também fazer parcerias informais com os demais actores sociais. Acresce-se a isso o facto de ser um modelo que aposta na vertente da investigação criminal (através do qual os franceses chamam polícia técnica de proximidade), da prevenção da delinquência juvenil (numa óptica de ocupação dos tempos livres dos jovens de modo a evitar que enveredem pela pratica criminal durante os períodos de férias) e que apela cada vez mais à contratualização e ao estabelecimento de parcerias.

ANEXO B: ORGANOGRAMA DAS SECÇÕES DE PROGRAMAS ESPECIAIS

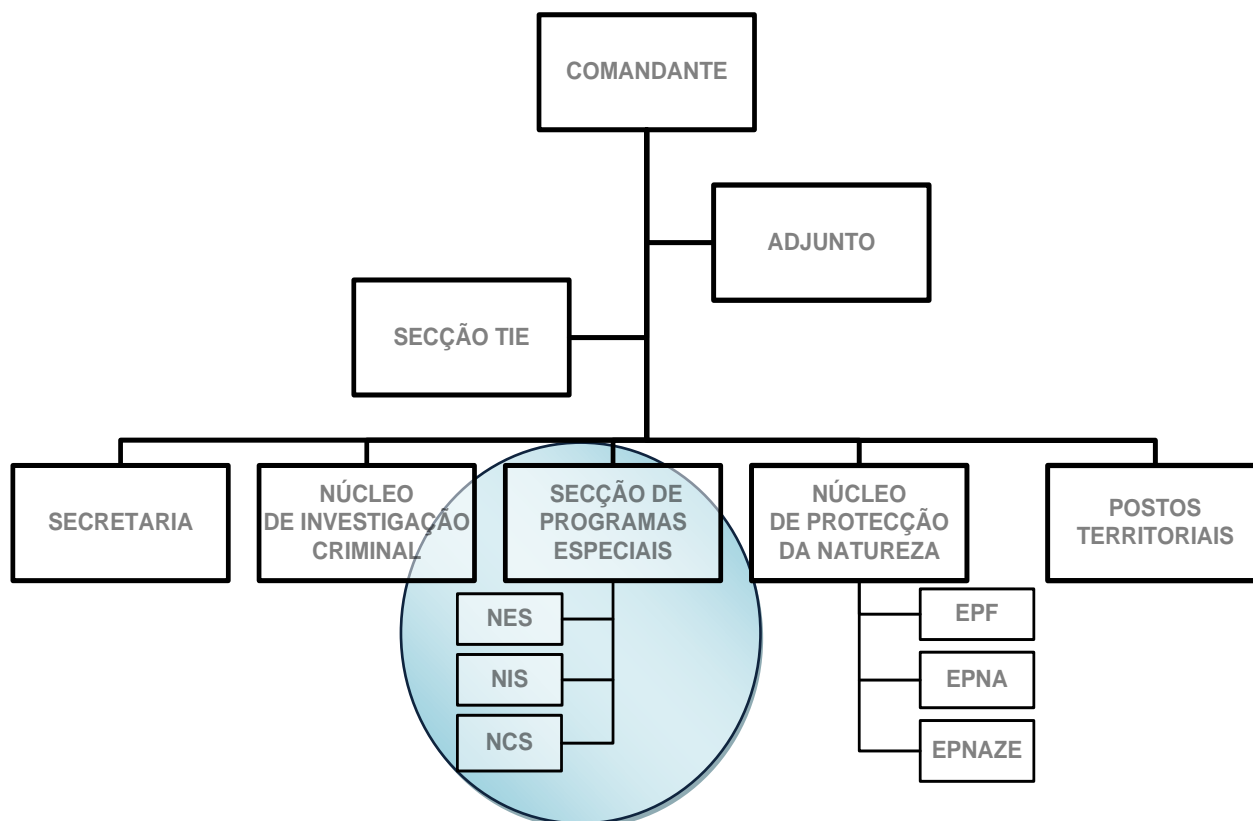


Figura 1: Organograma das Secções de Programas Especiais na GNR.

Fonte: www.gnr.pt (consultado em 21-01-2011).

ANEXO C: PROGRAMA INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE

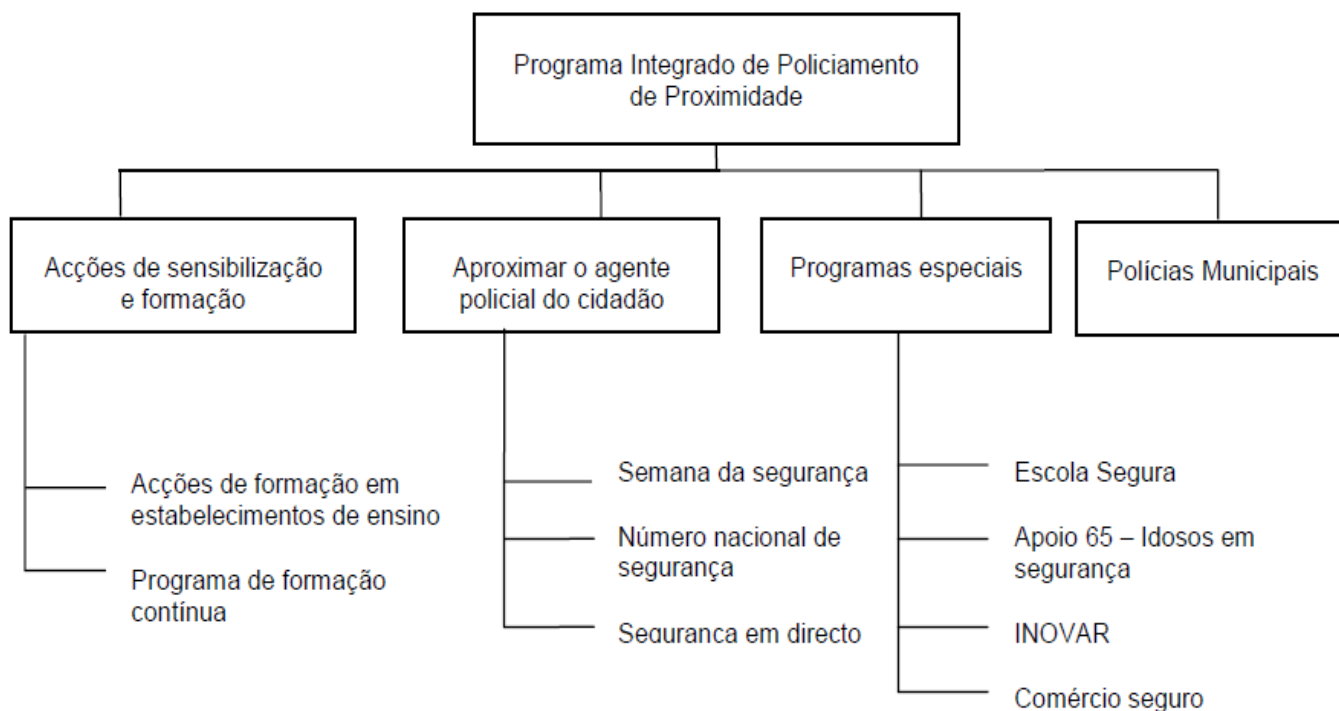


Figura 2: Organização do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2006, p.298).

ANEXO D: PROJECTO-PILOTO IMPLEMENTADO NA PSP

Tabela I.1: Projecto-piloto em 26 Subunidades da PSP

COMANDO	SUBUNIDADE	
CM LISBOA	1.ª Divisão	2.ª Esquadra
		3.ª Esquadra
		4.ª Esquadra
		22.ª Esquadra
CM PORTO	1.ª Divisão	7.ª Esquadra
		9.ª Esquadra
CR MADEIRA	Esquadra do Funchal	
CR AÇORES	CECP Horta	Esquadra Sede
	CECP Angra do Heroísmo	Esquadra Sede
	CECP Ponta Delgada	1.ª Esquadra
CP AVEIRO	Esquadra de S. João da Madeira	
CP BEJA	Secção Policial de Beja	
CP BRAGA	Esquadra Sede – Braga	
CP BRAGANÇA	Esquadra Sede – Bragança	
CP COIMBRA	1.ª Esquadra Coimbra	
CP ÉVORA	Esquadra Sede – Évora	
CP FARO	Esquadra Sede – Faro	
CP GUARDA	Esquadra Sede – Guarda	
CP LEIRIA	Esquadra de Peniche	
CP PORTALEGRE	Esquadra Sede – Portalegre	
CP SANTARÉM	Esquadra de Abrantes	
CP SETÚBAL	Esquadra do Montijo	
CP VIANA DO CASTELO	Esquadra Sede – Viana do Castelo	
CP VILA REAL	Esquadra Sede – Vila Real	
CP VISEU	Esquadra Sede – Viseu	

Fonte: <http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/pipp.aspx?menu=1> (consultado em 10-07-2011).

ANEXO E: MISSÃO DAS EQUIPAS DE PROXIMIDADE E APOIO À VÍTIMA E DAS EQUIPAS DO PROGRAMA ESCOLA SEGURA

As EPAV são responsáveis pela segurança e policiamento de proximidade, em cada sector da área de responsabilidade das subunidades e, de acordo com o diagnóstico de segurança efectuado em cada Comando: pela prevenção e vigilância em áreas comerciais, vigilância em áreas residenciais maioritariamente habitadas por cidadãos idosos, prevenção da violência doméstica, apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação, identificação de problemas que possam interferir na situação de segurança dos cidadãos e pela detecção de cifras negras.

As EPES são responsáveis pela segurança e vigilância nas áreas escolares, prevenção da delinquência juvenil, detecção de problemas que possam interferir na situação de segurança dos cidadãos e pela detecção de cifras negras no seio das comunidades escolares.

Os elementos policiais que constituem estas equipas são designados por Agentes de Proximidade. Operacionalmente estes Agentes têm uma missão que abrange desde o policiamento de visibilidade, a resolução e gestão de ocorrências/conflitos, o reforço da relação polícia - cidadão e a detecção de situações que possam constituir problemas sociais ou dos quais possam resultar práticas criminais.

Os Agentes de Proximidade estão sujeitos a um determinado número de regras de *empowerment* ou delegação de poderes e de responsabilização. Estes desenvolvem contactos com a população em geral, serviços das juntas de freguesia e das câmaras municipais, dos tribunais, técnicos locais de determinados projectos de assistência social, conselhos directivos dos estabelecimentos de ensino, comerciantes, bem como os cidadãos em geral. A responsabilização dos Agentes de Proximidade constitui outro dos elementos fundamentais do Programa, designadamente, através de definição de protocolos de procedimento, formulários e normas de actuação que os vinculem a identificar problemas e a actuar em situações que possam directa ou indirectamente influenciar a segurança pública e segurança rodoviária (viaturas abandonadas, iluminação pública, *graffities*, sinais de trânsito danificados ou destruídos, casas devolutas, identificação de menores em risco ou em situação de abandono).

O carácter inovador do PIPP assenta igualmente no facto do projecto-piloto ter sido objecto de um processo de avaliação. Com efeito, a PSP através dum financiamento do Programa Operacional da Administração Pública (POAP), efectuou uma avaliação junto da população e elementos policiais, de forma a analisar as representações e percepção sobre o trabalho da PSP, os sentimentos de segurança ou insegurança e o impacto que este novo programa teve nesse sentimento. A avaliação efectuou-se num primeiro momento em Outubro de 2006 e novamente em Dezembro de 2007.

Os elementos policiais afectos ao programa desempenham funções específicas. De acordo com a Directiva Estratégica nº 10/2006 de 15 de Maio, estes elementos passaram a organizar-se em equipas (EPES) que desempenham funções específicas deste programa.

- a) Garantir a segurança, visibilidade e protecção de pessoas e bens nas áreas escolares, promovendo uma boa relação e troca de informação permanente entre a Polícia e os membros da comunidade educativa;
- b) Desenvolver de forma sistemáticas acções de sensibilização e de formação junto da comunidade escolar numa perspectiva de prevenção de comportamentos de risco e de adopção de procedimentos de auto-protecção;
- c) Esclarecer os alunos/encarregados de educação para a necessidade de apresentação formal de denúncia criminal em caso de serem vítimas de crime, bem como de comunicar imediatamente aos conselhos executivos e às entidades policiais ocorrências ou movimentações suspeitas que possam indiciar uma acção preparatória ou de execução de um acto criminoso;
- d) Sinalizar situações de jovens em risco, com comportamentos delinquentes, consumos de substâncias estupefacientes ou álcool ou prática reiterada de incivilidades ou crimes, no sentido dos mesmos serem encaminhados para as entidades competentes;
- e) Efectuar o diagnóstico da situação de segurança das imediações dos estabelecimentos de ensino na sua área de responsabilidade e informar as autoridades competentes, através da cadeia de comando, para a sua resolução;
- f) Apoiar as vítimas de crimes e proceder ao seu encaminhamento pós-vitimação para as entidades competentes;
- g) Procurar a colaboração do público, indo ao seu encontro, e sob coordenação do Comando, reunir-se com os conselhos executivos, associações de pais e associações de estudantes, procurando a adesão destes para o esforço colectivo de segurança.

ANEXO E.1: ORGANOGRAMA DAS EQUIPAS DE PROXIMIDADE E APOIO À VÍTIMA E DAS ESQUIPAS DO PROGRAMA ESCOLA SEGURA

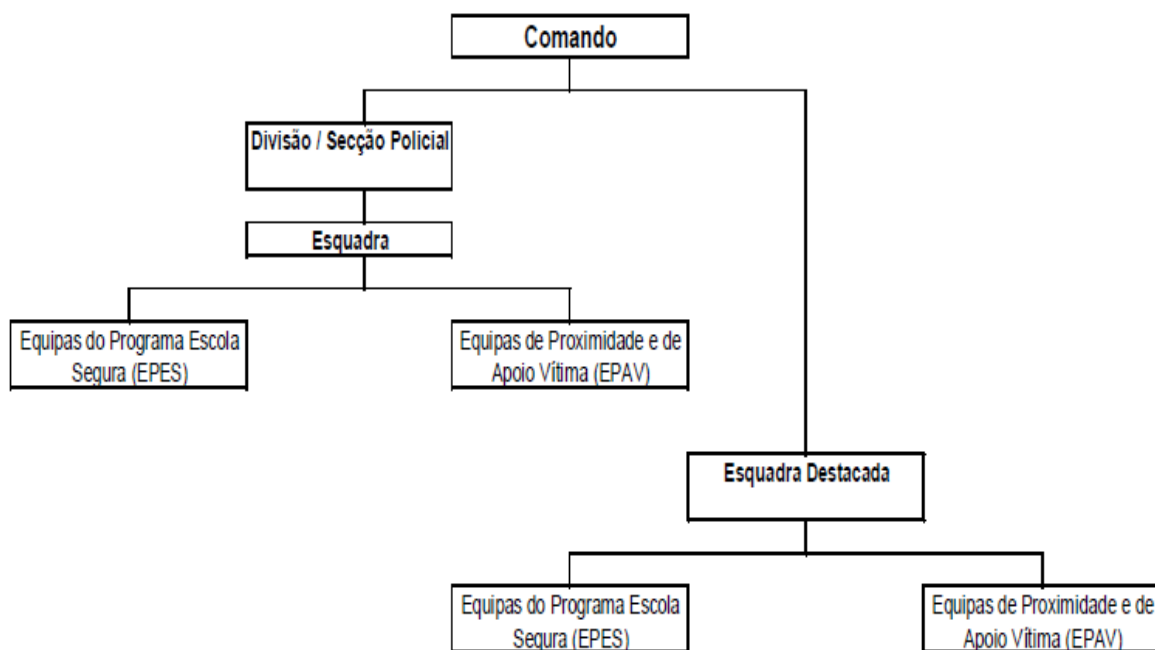


Figura 3: Organograma das EPAV e das EPES.

Fonte: Directiva Estratégica nº 10/2006 de 15 de Maio.

ANEXO E.2: ESTRUTURA ORGÂNICA E DE ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE.

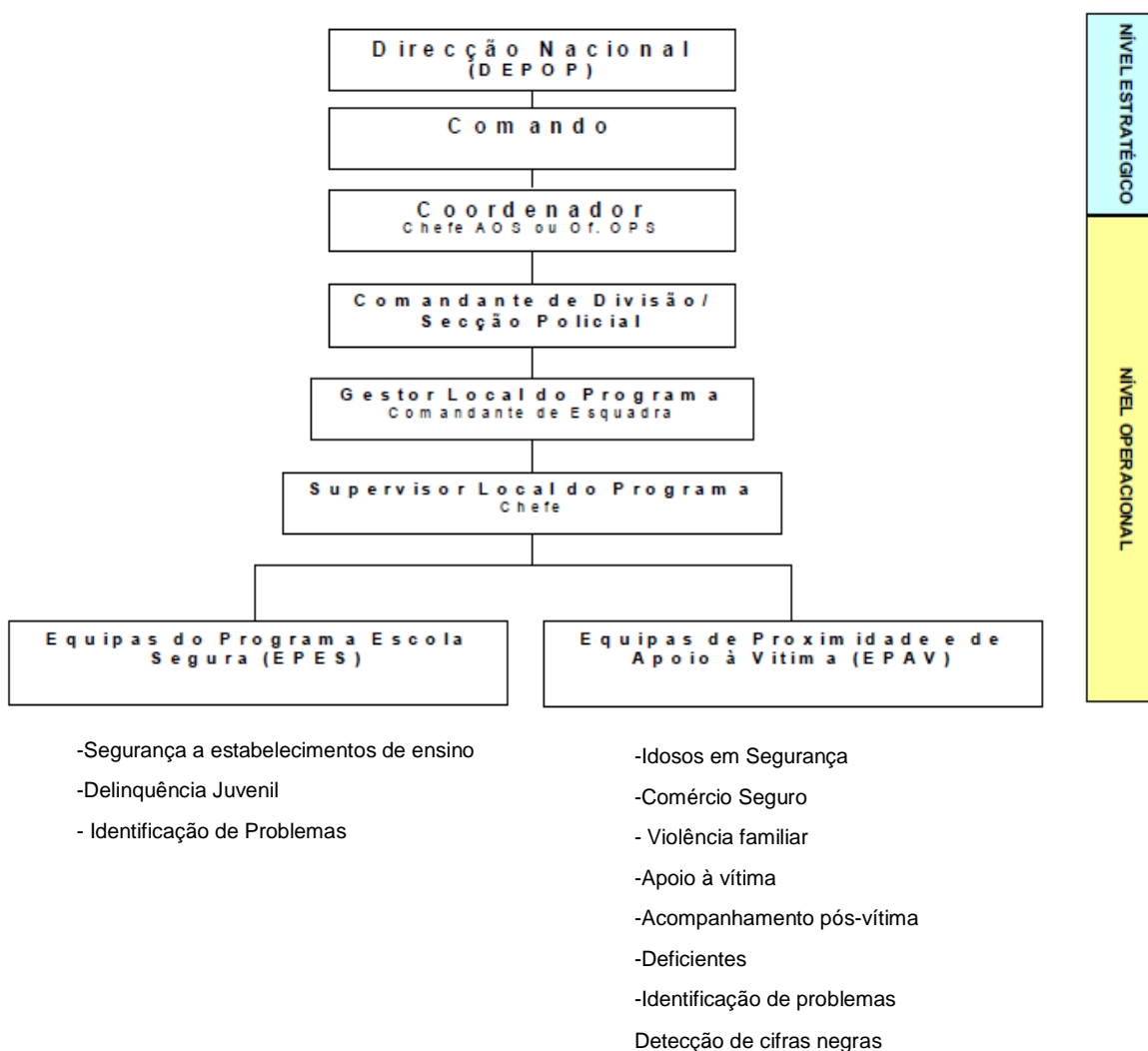


Figura 4: Estrutura Orgânica e de Enquadramento do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade.

Fonte: Directiva Estratégica nº 10/2006 de 15 de Maio.